Unidade I

A ÁFRICA VISTA DO BRASIL

A África é um continente rico e diverso, mas freqüentemente considerado como um espaço homogêneo e normalmente associado à pobreza, fome e doenças. Nesta Unidade, refletiremos sobre as representações acerca de África e africanos em dois tópicos:

Tópico 1 – A África como espaço natural
Tópico 2 – Tribos sem História?

São objetivos desta Unidade:

- analisar as representações estereotipadas sobre África e africanos;
- distinguir os principais fundamentos político-ideológicos destas representações.

Vamos começar?

Tópico 1 - **A África como espaço natural**

Se pararmos pessoas na rua ao acaso e pedirmos a cada uma delas para falar a primeira palavra que lhe vier à mente ao pensar em "África", certamente ouviremos muitos termos ligados ao mundo natural ("leões", "gorilas", "elefantes", "girafas", "deserto", "floresta", "savana", etc.). A ideia que a maioria das pessoas tem sobre a África é de ela ser um ambiente dominado pela natureza, o que é, no mínimo, uma distorção. A vida humana tem uma longa história no continente; a paisagem africana, como em quase todos os lugares, é profundamente marcada pela presença e trabalho humanos.

É fácil percebermos como as pessoas constroem essas representações equivocadas (é só nos lembrarmos dos filmes de safári, dos desenhos de Tarzan, das reportagens sobre a vida animal africana e mesmo dos livros escolares utilizados, inclusive, no presente). Mais difícil é percebermos o que está por trás dessas noções. Para isto, vamos ao passado buscar os porquês destas representações.

Antecedentes

Para começarmos a entender melhor essa história, temos de voltar nossos olhares, não à África pré-colonial, mas à Europa da revolução industrial e do Iluminismo. Então, por alguns instantes, vamos voltar ao passado, entre o fim do século XVIII e o fim do século XIX.

Na Europa deste período foi desenvolvido um amplo sistema de observação, descrição e explicação do mundo não-europeu e seus habitantes e, ainda hoje, podemos identificar seus efeitos na maior parte das visões sobre esses espaços. Aqui, vamos conversar sobre dois elementos importantes deste sistema: o **evolucionismo** e o **racialismo**.

Evolucionismo

Noção segundo a qual todas as sociedades humanas percorrem, em seu desenvolvimento, uma única estrada, que parte de formas mais simples de organização e "avança" em direção à crescente complexidade das formas de organização social, das técnicas materiais e da vida cultural. O ponto de partida desse percurso seria um "estado de natureza" e, o de chegada, a "civilização". Os europeus acreditavam que a sua própria sociedade era a que mais tinha avançado nesse suposto caminho. A África, por outro lado, era o lugar em que, desse ponto de vista, os passos tinham sido os mais tímidos. Daí para afirmar serem os africanos "primitivos" e estarem muitos séculos "atrás" dos europeus foi muito rápido. Os europeus passaram a acreditar que, ao estudar os "povos primitivos", estariam desvendando o passado longínquo de sua própria sociedade; mais que isso, eles passaram a se sentir moralmente obrigados a "civilizá-los".

Racialismo

É muitas vezes confundido com o racismo, mas, para melhor combater a discriminação e seus efeitos, temos que diferenciar a discriminação racial do conjunto de idéias que o justifica e lhe dá suporte e significado. Por isso, usamos o termo racialismo para nos referir à noção de que a humanidade está dividida em raças que detêm características físicas e psicológicas claramente distintas.

Muitos racialistas do século XIX acreditavam na existência de uma hierarquia na capacidade intelectual das raças, que se refletia nos seus feitos "civilizatórios" (como a arquitetura monumental, as artes decorativas, a escrita, a matemática, o monoteísmo e o estado territorial centralizado). Porém, não concordavam em tudo: alguns acreditavam que essas diferenças eram devidas a um "atraso" cultural e faziam coro com os evolucionistas quando diziam ser um "dever moral" europeu civilizar as "raças inferiores"; outros pensavam que os limites intelectuais estavam determinados pelo "sangue", e que o destino dessas raças seria simplesmente o extermínio por raças mais "fortes" e "capazes".

Mas... onde podemos identificar as noções de evolucionismo e racialismo?

As noções de evolucionismo e racialismo estão presente no trabalho de um dos mais influentes pensadores europeus, o filósofo alemão *Georg Wilhelm Friedrich Hegel*. Ele escreveu, em 1831, em suas "Lições de Filosofia da História Universal" (um clássico do evolucionismo):

> O negro, como já observamos, exibe o homem natural em seu estado mais completamente selvagem e desregrado. Devemos deixar de lado qualquer pensamento de reverência e moralidade – tudo o que podemos chamar de sentimento – se quisermos compreendê-lo corretamente; não há nada em consonância com a humanidade que possa ser encontrado neste tipo de caráter.[1]

Neste pequeno trecho, vemos o racialismo em ação. O que resulta disso é, por um lado, a homogeneização dos habitantes de todo um continente sob uma categoria racial ("o negro") e, por outro, a associação deste "tipo" racial à natureza, como forma de afastá-lo da "civilização" – e da própria humanidade.

Tratar a África exclusivamente como um espaço natural significa esconder a experiência milenar da vida humana que se desenrolou e se desenrola ali. Na Europa, esse imaginário serviu para justificar a dominação colonial do continente entre o fim do século XIX e o terceiro quarto do século XX e serve ainda hoje para justificar a continuidade das trocas econômicas desiguais e a influência política dos antigos colonizadores em países "independentes".

Nas Américas, sua função é reforçar a discriminação racial, negando uma plena humanidade, e, em consequência, uma plena cidadania, aos descendentes de africanos.

[1] HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *The Philosophy of History, by G W F Hegel, with prefaces by Charles Hegel and the translator, J. Sibree, M.A.*. Ontario: Batoche Books, 1900. [compilação de palestras proferidas em Berlim, entre 1830 e 1831]. Introdução. Disponível em http://search.marxists.org/reference/archive/hegel/works/hi/introduction-lectures.htm

Agora que já compreendeu melhor o que é evolucionismo e racialismo, você consegue identificar, no dia a dia, como estas noções são traduzidas em práticas?

Tópico 2 – **Tribos sem história?**

A negação da África pela Europa no século XIX não termina aí. Não bastava insistir no predomínio da natureza, era preciso explicar o grande número de povos, costumes, línguas e religiões que os navegadores, exploradores, missionários e primeiros conquistadores europeus mencionavam em seus relatos.

Com o tempo, foi-se desenvolvendo uma "ciência colonial", que buscava entender a realidade em determinada região africana para estabelecer uma estratégia de dominação mais eficiente. Essa disciplina, praticada por administradores coloniais, oficiais militares ou religiosos, tinha a ideia de "tribo" como categoria-chave. Veja as palavras do antropólogo Jan Vansina:

> Uma convenção do gênero etnográfico era que os povos constituíam grupos territoriais chamados "tribos", que eram as unidades de observação dadas. Tribos eram de duração quase indeterminada. No interior de uma tribo todo mundo tinha as mesmas crenças e práticas, e as observações feitas em uma parte do território tribal eram válidas para qualquer outra parte. Ademais, por definição, cada tribo diferia de seus vizinhos.[2]

Segundo esse ponto de vista, as características que demarcavam uma tribo em relação às outras eram o uso coletivo de um nome para se referir ao grupo (um **etnônimo**), a crença em um ancestral comum, o uso de um mesmo idioma e a religião.

A crítica ao conceito de tribo começou na década de 1950, quando estudos mais aprofundados verificaram que raramente as fronteiras desses quatro fatores eram correspondentes. Havia aqueles que se reconheciam pelo mesmo etnônimo e falavam línguas diferentes, ou praticavam religiões distintas, enquanto pessoas que falavam o mesmo idioma ou praticavam a mesma

religião percebiam-se mutuamente como estrangeiras.

A suposição de que havia um consenso absoluto sobre a organização social e a vida cultural de cada tribo só era possível através da ideia que os administradores e cientistas europeus tinham da "tradição".

As sociedades "tribais" (ou "primitivas") seriam, para eles, "sociedades tradicionais" – não só as regras de conduta eram pautadas rigidamente pelo costume, como esse costume era transmitido, oralmente e de forma imutável, de geração a geração, desde o princípio dos tempos.

Os europeus não admitiam que os africanos pudessem refletir criticamente sobre a sua própria cultura. As mudanças ocorridas no passado eram atribuídas a "migrações" de outros povos (em geral, povos que vinham do Oriente Médio ou do Mediterrâneo, identificados com "raças" mais "civilizadas").

Vamos refletir juntos... O que significa caracterizar o continente africano como um espaço "tribal"? Você já parou para pensar sobre isso?

Essa caracterização significa privilegiar o aspecto cultural e ocultar o aspecto político: esconder a longa tradição e a grande variedade de formas assumidas pelo Estado na África era fundamental para o projeto de dominação europeu, que não se cansava de afirmar não existirem sinais de "civilização" no continente.

As "tribos" forneciam, além disso, uma forma familiar de classificar pessoas e grupos, através da qual os administradores europeus podiam entender minimamente a realidade africana para melhor governá-la.

Esse esforço em compreender para melhor dominar gerou também o que chamamos de **unanimismo**, ou seja, a ideia de ue, no fundo, as principais características culturais são comuns a toda a África ou, pelo menos, a todas as regiões do continente habitadas por populações de pele negra.

Mas basta lançarmos um olhar mais cuidadoso sobre a África e veremos exatamente o contrário: desde muito antes do colonialismo, as formas de organização dos povos do continente eram extremamente fluidas e variadas e a inovação e a criatividade eram bastante comuns.

A tradição, constantemente recriada, mudava quando novas situações exigiam. Pessoas, idéias e técnicas circulavam: viagens de estudo, negócios ou com objetivos espirituais eram freqüentes e correspondiam a longos percursos por terras estrangeiras. É claro, havia, desde então, identidades grupais que hoje chamaríamos de "étnicas". O importante é percebermos que essas identidades eram (e são) construções sociais e, como tal, produtos de uma história.

Muitas vezes, esses grupos estavam relacionados a algum tipo de autoridade central (religiosa, política ou militar). Podia acontecer também que um determinado número de grupos que reconheciam ter origens diferentes habitasse a mesma região ou até a mesma cidade, compondo uma rede interdependente e intensa de trocas comerciais e simbólicas em que cada grupo tinha uma especialidade.

As formas de organização social na África iam da vida nômade em pequenos núcleos familiares a grandes Estados centralizados e burocrático

Em outras partes, grupos étnicos surgiram no contexto do tráfico de escravos e da escravidão – tanto a partir de grupos militares especializados na captura de pessoas quanto a partir de suas vítimas preferenciais.

Mesmo onde existiam identidades étnicas claramente definidas, havia outras formas de agrupamento e identificação, como o

pertencimento a **irmandades religiosas**, **grupos de idade** ou **sociedades secretas** de caçadores ou ferreiros, por exemplo, que teciam uma rede de lealdades e solidariedades que, muitas vezes, atravessavam as fronteiras étnicas.

Reconhecer a enorme diversidade cultural, política e social africana é urgente e necessário. Negá-la equivale a desacreditar a capacidade e a própria humanidade dos africanos e de seus descendentes nas Américas. Afinal de contas, em todos os lugares onde a humanidade fez história, a pluralidade foi a regra. Não há motivo para pensar que na África teria sido diferente.

Leitura básica

OLIVA, Anderson Ribeiro. "A História da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática". *Estudos Afro-asiáticos*. 25, 3 (2003), pp. 421-461. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2003000300003>.

Para saber mais

"África". *Wikipédia*. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/África>.

HAMA, Boubou; KI-ZERBO, Joseph. "Lugar da história na sociedade africana". In: KI-ZERBO, Joseph (dir.). *Metodologia e pré-história da África*. São Paulo: Ed. Ática, 1982 (História Geral da África: I). pp. 61-71.

HAMPATÉ-BÂ, Ahmadou. “A tradição viva”. In: KI-ZERBO, Joseph. *Metodologia e pré-história da África.* São Paulo: Ed. Ática, 1982 (História Geral da África: 1). pp. 181-218.

LANGER, Johnni. “Civilizações perdidas no Continente Negro: o imaginário arqueológico sobre a África”. *Mneme: Revista de Humanidades.* 7, 14 (2005). Disponível em <http://www.seol.com.br/mneme/ed14/143.pdf>.

LEAKEY, Richard. “Uma família numerosa” e “A origem dos humanos modernos”. In: *O surgimento da espécie humana.* Rio de Janeiro: Rocco, 1997. pp. 33-50 e 83-100.

SILVA, Alberto da Costa e. “A paisagem e o homem”. In: *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. pp. 7-43.

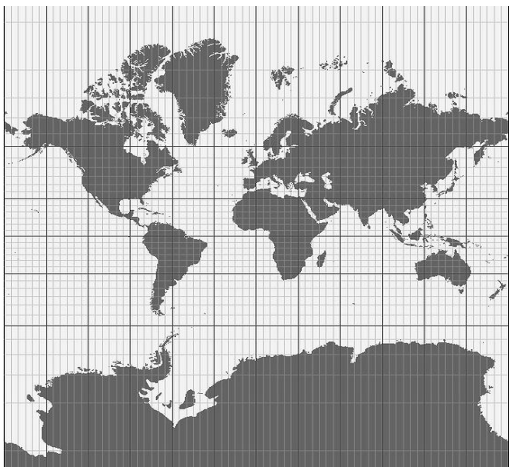
SILVEIRA, Renato da. “Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental”. **Afro-Ásia**. 23 (1999), 87-144. Disponível em <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n23_p89.pdf>.

Enquanto isso, na sala de aula

A seguir, sugerimos algumas atividades para trabalhar o tema em sala de aula.

Geografia: representações do mundo – projeções de Mercator e Gal-Peters

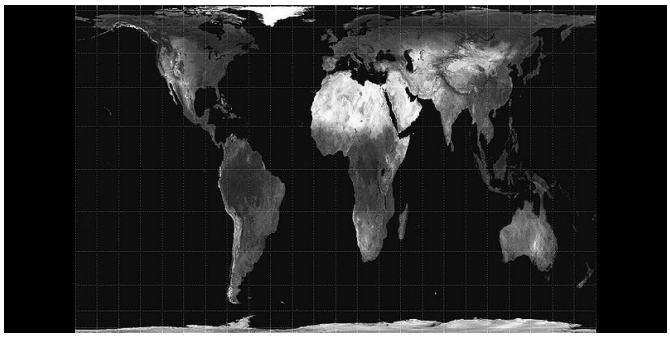
Que forma tem o mundo?



Projeção de Mercator

http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mercator-proj.jpg

A maioria dos livros didáticos e mapas escolares costuma utilizar, em seus mapas-múndi, a projeção criada pelo cartógrafo flamenco Gerardus Mercator em 1569. O século XVI foi um período de intensa renovação na cartografia, uma vez que o conhecimento sobre os contornos dos continentes aumentava a cada nova "descoberta" europeia. A maioria dos cartógrafos da época adotou a projeção de Mercator porque ela representava, de maneira eficaz, as distâncias e as rotas marítimas – algo fundamental nessa era em que a integração comercial do globo se fazia a bordo dos navios europeus. Ao longo desses quatro séculos e meio, seu uso foi generalizado, ao ponto de chegarmos a nos acostumar com a projeção de Mercator como a representação "correta" da forma dos continentes e oceanos.



Projeção de Peters

http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Gall-peters.jpg

Em 1973, o historiador Arno Peters causou uma enorme polêmica, nos meios cartográficos e geográficos, ao chamar a atenção para os impactos políticos e sociais do uso da projeção de Mercator para representar o mundo. Ele sugeriu uma nova projeção que, em vez das distâncias, privilegiasse a representação mais eficaz das áreas, baseando-se no trabalho do clérigo britânico James Gall, de 1855. Nessa época, o debate internacional girava em torno do subdesenvolvimento e da dependência econômica e política das ex-colônias africanas e asiáticas em relação à Europa e aos Estados Unidos. Por isso, pareceu importante a Peters que a projeção de Mercator fosse substituída por outra, que mostrasse melhor o quanto o "primeiro mundo" era desproporcional, em área, ao "terceiro mundo".

Obviamente, ambas as projeções distorcem a forma real da terra. Nenhuma projeção é capaz de representar o mundo corretamente, já que mapas são planos e a terra é uma esfera. Projeções cilíndricas, como a de Mercator e a de Gall-Peters, ficam especialmente distorcidas nos "cantos". De toda forma, é preciso lembrar que a forma como o mundo é representado nos mapas que vemos o tempo todo tem uma influência sobre nossas percepções das desigualdades estruturadas espacialmente neste planeta.

Experimente mostrar à sua turma a projeção de Mercator e fazer-lhe algumas perguntas, localizando continentes ou ilhas, e comparando-os em tamanho. Compare, por exemplo, África e Europa, África e Groenlândia, África e Ásia, América do Norte e América do Sul, Europa e América do Sul. Escreva, no quadro, as relações encontradas (muito maior, um pouco maior, do mesmo tamanho). Em seguida, mostre a projeção de Gall-Peters e reveja, uma por uma, todas as comparações. Explique a diferença entre as projeções e discuta com a turma as implicações dos mapas sobre as percepções individuais do nosso mundo.

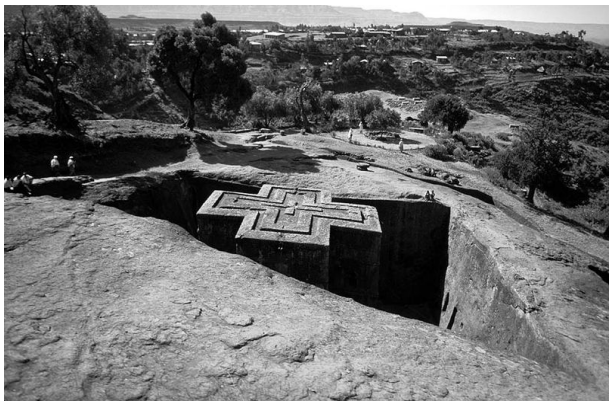
História: periodização, Estado, escrita e arte monumental

Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna, Idade Contemporânea. Aprendemos a ver essa sucessão de rótulos como a própria substância do desenvolvimento humano. Talvez esteja na hora de começarmos a questionar essa história.

Hieróglifos do Papiro de Ani, um exemplo do Livro Egípcio dos Mortos

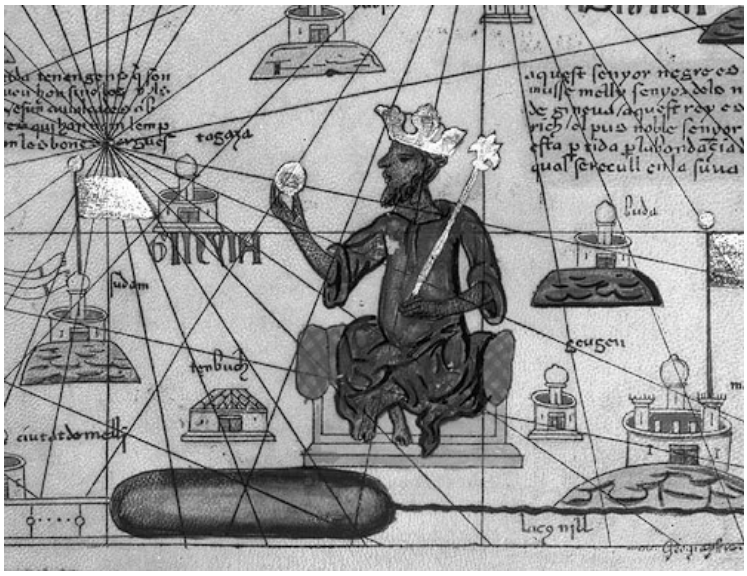
http://en.wikipedia.org/wiki/File:Papyrus_Ani_curs_hiero.jpg

Aqui vamos tratar apenas do que essa periodização, imaginada pela primeira vez durante o Iluminismo na Europa do século XVIII, deixa de fora: a “pré-história”, aquilo que vem antes da “história”. Aprendemos normalmente que a história começa quando surge a “civilização” ou um de seus indicadores, a escrita. A ideia de “civilização” inclui a escrita, mas também a emergência do Estado e a construção de monumentos e obras públicas. Depois que a civilização emergiu, no Oriente Médio e no Egito, ela teria se espalhado, por conquistas militares ou por difusão de conhecimentos, para outras áreas. Mas a civilização não poderia ter surgido assim, do nada. Antes dela, tinham que vir, em ordem cronológica, a “revolução neolítica” (a invenção da cerâmica, da agricultura e da pecuária, a sedentarização e, mais tarde, a urbanização), a metalurgia do bronze e, em seguida, a do ferro.



Igreja de Saint George, em Lalibela, Etiópia
http://en.wikipedia.org/wiki/File:Bete_Giyorgis_Lalibela_Ethiopia.jpg

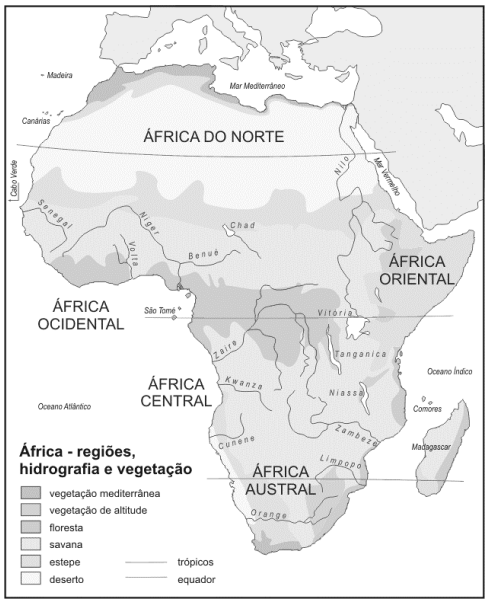
O primeiro problema dessa narrativa é que ela está impregnada de evolucionismo. A Europa dos séculos XVIII e XIX gostava de se pensar como a herdeira “natural” dos grandes impérios e dos grandes monumentos da Antiguidade. Assim, ela fez da história do Egito e da Mesopotâmia os capítulos iniciais de sua própria história. O segundo, é que, muitas vezes, as coisas simplesmente não aconteceram dessa forma. Boa parte das inovações que constam da lista de pré-requisitos da civilização foi inventada ou descoberta de maneira independente diversas vezes, ao longo de muitos séculos ou, mesmo, de milênios. Ainda é importante acrescentar que a ausência da escrita em uma sociedade não significa que ela seja mais "atrasada", mais “primitiva”, ou menos “sofisticada” que as outras. O caso da África ilustra bem esse ponto.



Representação de Mansa Musa, regente do Império do Mali no século XIV
http://en.wikipedia.org/wiki/File:Mansa_Musa.jpg

Experimente guiar sua turma em uma pesquisa sobre como se desenvolveram, na África, os aspectos que geralmente são considerados como indicadores da "civilização". Escolha alguns dentre os seguintes temas: invenção da cerâmica, sedentarização, urbanização, agricultura e pecuária, metalurgia, formação de Estados e invenção da escrita. Evite restringir a pesquisa ao Egito antigo; tente incluir várias regiões do continente. Em seguida, discuta a noção que temos de civilização e a relação dela com a visão que temos da África.

Material de apoio



Mapa: África - regiões, hidrografia e vegetação

Cronologia: fases da História da África

Pré-História	c. 5,5 milhões AP	surgimento dos australopitecos, ancestrais do gênero Homo, no vale da Grande Falha, na África
	c. 2,5 milhões AP	surgimento do Homo *habilis*, o primeiro hominídeo a fabricar ferramentas de pedra
	c. 1,8 milhões AP	surgimento do Homo *erectus*, que usava roupas de pele, fazia fogo e fabricava diversos tipos diferentes de ferramentas de pedra
	c. 200 mil AP	surgimento do Homo *sapiens*, nossa própria espécie, o primeiro hominídeo a enterrar os mortos e a deixar registros de sua vida mental em cavernas e rochas
	c. 10.000 a.C. a c. 6.000 a.C.	umidificação do Saara possibilita o surgimento de um modo de vida sedentário baseado na pesca na região entre o lago **Chade**, o rio Nilo e os grandes lagos; invenção da cerâmica na região do Saara úmido
	c. 5.000 a.C.	ressecamento do Saara provoca grandes movimentos populacionais em direção ao vale do Nilo, ao lago Chade e ao Sael
	c. 5.000 a.C. a c. 3.500 a.C.	surgimento da agricultura no planalto da Etiópia; difusão de culturas no vale do Nilo a partir do Oriente Médio
História Antiga Egito, Núbia, Etiópia e litoral mediterrâneo	c. 3.500 a.C.	surgimento combinado da urbanização, da escrita e do Estado no Egito
	séc. VIII a V a.C.	fundação de colônias fenícias (Cartago) e gregas (Cirene) no litoral mediterrâneo
	séc. II a.C.	conquista romana do norte da África
Período Pré-Colonial	c. 3.500 a.C. a séc. X d.C.	difusão gradual da agricultura e da urbanização
	séc. III	introdução do camelo no Saara possibilita o comércio transaariano; desenvolvimento de Estados e cidades-Estado comerciais no Sahel e ao longo do rio Niger (Gana, Djenné, Timbuctu, Gaô, Tadmeka, Takkeda)
	séc. VII	conquista islâmica do norte da África; início de um comércio de longa distância entre a costa do Índico e a África Central
	séc. VII a XII	infiltração do Islamismo através do comércio na África Ocidental e Oriental; criação de uma série de Estados baseados no comércio transaariano (Songhai, Tacrur, Mali); surgimento e consolidação de um tráfico de escravos através do Saara em direção ao mundo islâmico e, em menor grau, à Europa cristã [ver **tráfico de escravos, Saara**]; estabelecimento de rotas de comércio de longa distância entre o litoral do Índico e zonas agrícolas, pastoris e mineiras no interior da África Central; surgimento de Estados e cidades-Estados ao longo dessas rotas (Mapungubwe, Zimbabwe, Mwene Mutapa)
	séc. XIII	surgimento de grandes Estados na África Central, ligados à introdução da metalurgia (Kongo, Matamba, Ndongo) ou ao comércio de cobre (Luba, Lunda)
	séc. XIII a XV	expansão militar de Estados comerciais dá origem aos "impérios" da África Ocidental (Mali, Songhai); a escravidão começa a ser utilizada na África Ocidental para a produção de mercadorias [ver **escravidão mercantil**]
	séc. XIV	portugueses navegam na costa ocidental africana e estabelecem-se nas ilhas atlânticas (Madeiras, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe); início de um pequeno comércio marítimo de escravos em direção à Europa [ver **tráfico de escravos, Atlântico**]
	séc. XV	portugueses chegam ao oceano Índico contornando a África; emprego de escravos nas ilhas portuguesas para a produção de tecidos que, por sua vez, são trocados por ouro e mais escravos na África Ocidental e Central
	séc. XVI	início do tráfico de escravos para as Américas; ascensão dos Estados litorâneos da África Ocidental envolvidos no comércio de escravos

	séc. XVII a XVIII	ampliação do volume do tráfico transatlântico de escravos e da magnitude dos conflitos provocados na África por domínio de rotas comerciais ou visando à captura de grandes quantidades de cativos; aumento lento, mas contínuo, da presença europeia ao longo do litoral africano
	séc. XIX	abolição gradual do tráfico de escravos; aumento da utilização comercial de escravos na África para a produção de mercadorias destinadas ao tráfico "legítimo" com a Europa e as Américas; intensificação do tráfico de escravos através do Índico com direção ao mundo islâmico [ver **tráfico de escravos, Índico**]
Período Colonial	1884 a 1885	**Conferência de Berlim**
	c.1880 a c.1920	conquista militar europeia
	1910	Inglaterra concede a independência à minoria branca na África do Sul
	c.1920 a c.1960	domínio colonial
	1949 a 1971	implantação progressiva do regime de segregação racial (***apartheid***) na África do Sul
	c.1945 a c.1960	formação de sindicatos, associações, partidos políticos e grupos armados africanos empenhados na luta pela independência
Período Pós-Colonial	1955 a 1965	independência da maior parte dos países africanos
	1961 a 1974	guerras de libertação nas colônias africanas de Portugal
	1965	minoria branca da colônia inglesa da **Rodésia do Sul** promove uma “declaração unilateral de independência” e instaura um regime de segregação racial
	1974 a 1975	independência das colônias africanas de Portugal
	1980	a Rodésia do Sul passa a se chamar Zimbábue com o fim do regime de segregação racial
	1989	o Sudoeste Africano passa a se chamar Namíbia com o fim da ocupação ilegal pelo regime sul-africano
	1994	fim do sistema de segregação racial, apartheid, na África do Sul; Nelson Mandela vence as primeiras eleições democráticas para presidente
c. = *circa* (cerca de, por volta de) AP = antes do presente (usado para eventos muito recuados no tempo) a.C. = antes de Cristo, ou antes do ano zero do calendário gregoriano d.C. = depois de Cristo, ou depois do ano zero do calendário gregoriano as datas não explicitamente marcadas são d.C.		

Unidade II

CONGO-ANGOLA PRÉ-COLONIAL

Na Unidade anterior, além de melhor conhecermos a geografia do continente africano, vimos como as representações distorcidas sobre a África de hoje sofrem a influência de noções forjadas no passado.

Nesta Unidade, estudaremos a região africana chamada Congo-Angola, de onde veio grande contingente de escravizados aportados no Brasil.

Tópico 1 – Contextualizando: A África Ocidental
Tópico 2 – Congo-Angola: povos, idiomas e sociedades
Tópico 3 – Cristianização e escravidão: adaptação e resistência
Tópico 4 – A colônia de Angola e a resposta africana

Ao concluir seu estudo, esperamos que você tenha condições de:

- reconhecer a complexidade sócio-política dos grupos que habitavam a região do Congo-Angola antes da chegada dos portugueses;
- identificar os principais impactos da implantação do tráfico atlântico de escravos sobre esses grupos e suas instituições políticas;
- analisar as dinâmicas de adaptação e resistência utilizadas para lidar com as novas situações decorrentes do contato europeu.

Vamos continuar nosso encontro com a África?

Tópico 1 - **Contextualizando: a África Central**

Paisagens: a floresta, a savana e a estepe seca

Rio Congo

A região da África Central é dominada pela imensa bacia do rio **Congo** (ou Zaire). Ao norte, estendem-se florestas cortadas pelos seus afluentes, rios caudalosos e, na maioria das vezes, navegáveis. Boa parte desses cursos d'água nascem longe, nas savanas ao sul, e correm em direção ao norte em diversos vales paralelos. Já na selva, começam a convergir e virar para oeste, até despejarem suas águas no rio principal. Mais para o sul, a savana vai, aos poucos, tornando-se mais árida, transformando-se em estepe e, mais à frente, em deserto.

Esses distintos ambientes propõem diferentes desafios a quem quer que se disponha a habitá-los; em virtude disso, modos de vida bastante especializados desenvolveram-se em cada uma dessas regiões. Até o início do primeiro milênio a.C., as regiões de floresta e de savana eram muito esparsamente povoadas por grupos nômades que viviam da caça e da coleta, e por grupos de pescadores que habitavam aldeias sedentárias nas margens dos rios, lagos e estuários. A partir do século X a.C., esses diferentes povos assistiram à chegada de pequenos grupos cujos antepassados haviam começado a se movimentar dois milênios antes, provavelmente a partir de uma zona de transição entre a

savana e a floresta, ao sul do rio **Benué**, na atual República dos Camarões.

Lá, eles já dominavam a agricultura do dendê, do inhame e de outros tubérculos, faziam cerâmicas, navegavam pela costa, pescavam no mar e em rios, e criavam cabras e cachorros, além de coletar extensivamente frutas e castanhas. Não foi um movimento rápido de conquista, nem uma migração populacional avassaladora o que ocorreu por ali; ao contrário, foi uma expansão feita por uma infindável série de pequenos deslocamentos em busca de novas terras para cultivo ou moradia, ou de rios e lagos piscosos ainda pouco explorados. A cada geração, o território ocupado se expandia, em geral não mais do que um dia de marcha, ou cerca de trinta quilômetros [ver **Expansão bantu,** no Glossário].

Esse imenso e lento processo migratório parece ter durado de 3.000 a.C. até o século VI d.C. e chegou a abranger, aproximadamente, um terço de todo o território do continente. O fato de os antepassados longínquos desses migrantes falarem o mesmo idioma (ou um conjunto de idiomas muito semelhantes) faz das línguas de boa parte da África Central, Oriental e Austral elementos de uma mesma grande família, conhecida como **bantu** (palavra que designa "gente" ou "povo" em boa parte delas). A diferenciação linguística acompanhou as principais direções da expansão migratória: assim, existe um grupo de línguas denominado de bantu ocidental (faladas pelos grupos que atravessaram a floresta e chegaram às savanas da África Central) e outro grupo chamado de bantu oriental (cujos idiomas são falados pelos grupos que contornaram a floresta e se estabeleceram nos grandes lagos, nas savanas orientais ou na costa do Oceano Índico).

É importante fazer algumas ressalvas: dizer que o nível de semelhança entre as línguas bantu é alto não significa dizer que elas sejam, sempre, mutuamente inteligíveis. Dentro do bantu ocidental, por exemplo, as diferenças entre as línguas podem ser comparadas às diferenças existentes entre as línguas neolatinas (português, espanhol, francês, italiano, romeno, etc.). Se um falante de português pode, com algum esforço, entender um de espanhol, já terá uma dificuldade bem maior para entender um de romeno ou de francês. Da mesma forma, povos falantes de línguas da mesma família raramente têm o mesmo modo de vida, nem compartilham necessariamente as mesmas crenças, cosmologias e valores. É preciso insistir, portanto, que "bantu" não pode ser usado para se referir a um povo ou a uma tradição cultural. A origem desse tipo de simplificação está nas noções europeias do século XIX acerca da realidade africana que discutimos na unidade passada.

A chegada dos grupos falantes de idiomas da família bantu também não representou a extinção das populações que os precederam. O mais provável é que os diferentes modos de vida se complementassem. Entretanto, as pequenas vilas tornavam-se o centro das trocas entre as várias populações, e o idioma dos **bantófonos** ganhou proeminência, embora incorporando, provavelmente, aspectos dos idiomas locais. Na maioria dos casos, os diversos grupos devem ter se misturado, ao longo de vários séculos, através de casamentos ou incorporações simbólicas a grupos de parentesco, embora haja casos em que uma persistente separação é vigente até hoje, com regras rígidas governando os contatos entre diferentes populações.

Comércio, metalurgia e formações políticas

Se os grupos bantófonos já saíram da terra de seus antepassados com o conhecimento da agricultura, o mesmo não ocorreu na relação deles com a metalurgia. Introduzidas na região dos Camarões, a partir do norte, por volta do século VII a.C., muito tempo depois do início dos movimentos migratórios, as técnicas de fundição de ferro devem ter alcançado diversos desses grupos a meio do caminho da floresta, por intermédio de trocas

comerciais ou de novas migrações. Além disso, a metalurgia parece ter sido inventada de maneira autônoma, no século IX a.C., na região do lago Vitória, na África Oriental, de onde lentamente se difundiu para as regiões vizinhas. É possível ainda que a fundição do ferro tenha sido também inventada, de modo independente, na região do baixo rio Congo. Qualquer que seja a sua origem, o certo é que, por toda a África Central, a introdução do trabalho com o ferro vai se ligar fortemente ao processo de concentração de poder político que já vinha ganhando corpo.

Em primeiro lugar, porque, embora a posse de instrumentos de ferro fornecesse uma certa vantagem material (machados que permitiam uma maior produtividade na derrubada da floresta, enxadas mais duráveis ou armas mais eficazes), a lenta disseminação de seu uso não parece indicar que o poder que deles emanava residisse em aspectos práticos. Ao que parece, eram os elementos simbólicos relacionados à forja que possibilitaram o surgimento, em muitos lugares, de dinastias de reis ferreiros. Nesses locais, as insígnias reais [ver **emblema**, no Glossário] e da distinção social em geral – passaram a ser objetos e adornos de ferro, e o uso do sino sem badalo, único ou duplo (parecido com o agogô usado no Brasil) se difundiu por toda região como prenúncio da palavra do rei.

Em segundo lugar, porque a distribuição irregular das jazidas de minério impulsionava o comércio de média e longa distância. As **especializações produtivas** dos grupos que habitavam ambientes distintos, e mesmo dos que viviam em diferentes partes da floresta ou da savana, haviam desde logo estimulado um pequeno comércio de excedentes. Em uma região tão cheia de rios, os pescadores tornavam-se, muitas vezes, comerciantes de ocasião, levando produtos de uma vila a outra ao longo do caminho. A savana produzia sal, grãos, cobre e tecidos de palma

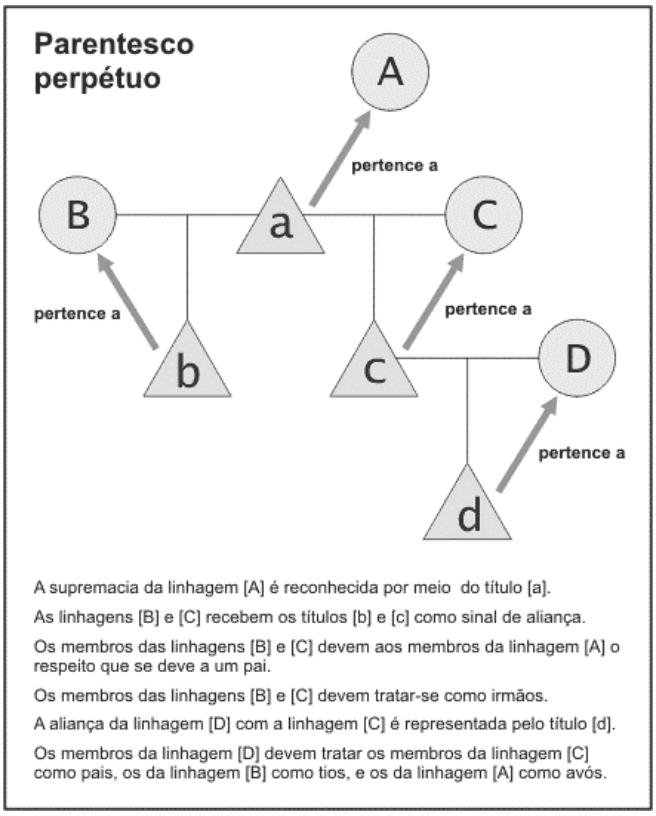
de ráfia; da floresta, eram exportados inhames, canoas, tinturas e resinas vegetais, e, mais tarde, bananas. Com o adensamento populacional e a instituição de mercados, tornou-se cada vez maior a necessidade de autoridades com novas jurisdições.

É verdade que a concentração de poder e a centralização política já viviam, desde há muito, um lento crescimento. Parentes e agregados reunidos em **grupos domésticos** agrupavam-se em **linhagens**, por meio da assunção de um parentesco fictício com o grupo doméstico mais antigo da vila. As linhagens que controlavam as vilas mais importantes buscavam fundar **chefias**, através da submissão das vilas vizinhas, por meio da força ou de alianças. Essas chefias, por sua vez, buscavam uma ascendência, ainda que frouxa, sobre as demais.

Essa centralização estava ligada ao controle do acesso aos recursos naturais, fosse a terra para o cultivo, os campos de caça ou os cursos d'água. Em muitas tradições centro-africanas, é possível identificar um tempo recuado no qual o poder emanava de espíritos aquáticos, provavelmente mobilizados por grupos que controlavam o acesso aos rios. De forma similar, diversos poderes se concentravam nos emblemas administrados pelos chefes de linhagem, que controlavam a distribuição das roças entre parentes e agregados, e arbitravam as disputas internas, recorrendo aos espíritos dos ancestrais e dos “donos da terra”. A caça também era uma atividade que mobilizava forças poderosas, e **sociedades secretas** de caçadores estiveram na origem de diversos Estados centro-africanos.

O **parentesco perpétuo**, comum a grande parte da África Central, também foi uma instituição que esteve na base da formação do Estado. A ascendência que uma dada linhagem obtinha sobre as demais era corporificada em um título, que passava a ser utilizado pelo seu chefe. À medida que novas linhagens reconheciam essa supremacia, celebravam-se "casamentos" entre o título político, considerado masculino, e a

linhagem submetida, considerada feminina. Desse casamento podiam nascer "filhos": novos títulos, dependentes do primeiro, que passavam a ser utilizados pelos chefes das linhagens subalternas. Os títulos, assim como o parentesco neles contido, eram transmitidos por herança. Assim, uma linhagem portadora de um título “filho” ou “sobrinho” prestava à linhagem portadora do título superior a deferência devida a um “pai” ou a um “tio”, independente de quantas gerações tivessem se passado desde a criação do laço de parentesco perpétuo.



Esse processo contínuo de centralização enfrentava sempre a resistência das linhagens, que só admitiam submeter-se a um poder externo em casos extremos, como guerras, secas, enchentes, pragas ou epidemias. Sempre que possível, buscava-se reequilibrar situações nas quais uma linhagem ou outro grupo houvesse obtido uma ascendência muito marcada sobre as demais. Por outro lado, o impulso centralizador ganhava terreno

aos saltos, à medida que surgia e se alastrava alguma inovação nas técnicas ou nas instituições de legitimação do poder. Por volta do século XIII, uma dessas inovações mudou definitivamente o panorama político da África Central.

Com a ascensão do comércio marítimo no Oceano Índico, mercadorias trazidas da Pérsia, da Arábia e da Índia passaram a chegar à África Central, ao longo de sucessivas trocas rio **Zambeze** acima. Na extremidade dessa rede comercial, a meio caminho entre os dois oceanos, onde viviam os *luba*, as terras férteis e a população se concentravam nos vales dos rios. A diferenciação social provavelmente foi acentuada pela afluência de mercadorias, trocadas pelo cobre abundante, que passou a ser trabalhado em forma de pequenas cruzes que serviam como moeda. Uma sociedade de caçadores forneceu as bases para a instituição de um rei considerado sagrado, cujo sangue era portador de um poder sobrenatural, passado de pai para filho. A ativação desse poder por meio de uma iniciação removia o rei de suas redes de parentesco, colocando-o acima da sociedade; uma sociedade secreta da qual ele era o chefe permitia contrabalançar os poderes das linhagens que compunham o reino.

A força legitimadora que emanava da noção de **realeza sagrada** logo ficou evidente aos vizinhos dos luba, que passaram a adotá-la em maior ou menor grau. Diversas tradições centro-africanas identificam caçadores luba como heróis civilizadores e ancestrais. Na prática, a introdução da instituição em um local era, via de regra, o projeto político de uma linhagem ou de um grupo de linhagens – e, obviamente, encontrava fortes resistências por parte das demais. Esse processo levou a uma reação em cadeia em que diversas linhagens optaram por abandonar o seu território e se estabelecer mais a oeste ou a sul para fugir do domínio da nova realeza. Por vezes, as próprias linhagens em fuga procuravam estabelecer, junto às populações que encontravam, instituições de poder baseadas no modelo luba, contribuindo para

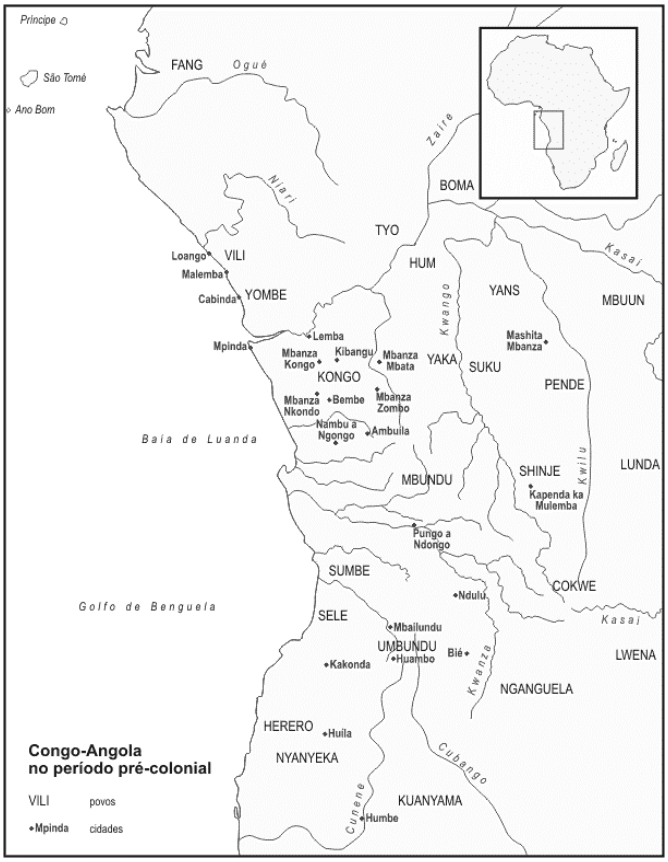
disseminar ainda mais o conceito de realeza sagrada pela África Central.

Embora ainda saibamos muito pouco sobre a história desses amplos espaços, o que sabemos é suficiente para mostrar que a África Central foi palco de uma série de experiências de concentração e centralização do poder, que, por sua vez, eram contidas por uma tendência persistente ao equilíbrio de poder entre as linhagens. Longe de ser uma ideia estranha, como pensavam os evolucionistas europeus do século XIX [ver **evolucionismo**, no Glossário], o Estado na África Central tinha uma longa história, e dispunha de um grande conjunto heterogêneo de técnicas, símbolos e instituições que podiam ser recombinadas para criar novas formas de exercício do poder político.

Tópico 2 - **Congo-Angola: povos, idiomas e sociedades**

Sabemos que grande parte das representações sobre África nasceu de visões distorcidas elaboradas pelos europeus sobre o continente. E como era a África antes do período do tráfico atlântico? Como se organizava a região Congo-Angola, ligada ao Brasil de forma tão marcante pela história?

Quando os portugueses e outros europeus chegaram ao litoral do Congo-Angola, no fim do século XV, identificaram reinos e domínios, mais do que povos e idiomas. Isso porque as identidades étnicas na região estavam ligadas a autoridades políticas cada vez mais abrangentes. As diversas formas de centralização política do período pré-colonial criaram as bases das identidades grupais existentes ainda hoje.



Mapa 1 - Congo-Angola no período pré-colonial

Os mais importantes grupos populacionais da região são os *kongo* (ou bakongo), localizados na margem sul do baixo curso do rio Congo; os *mbundu* (ou ambundo, ou bundo), localizados ao redor da bacia do rio **Kwanza** (ou Cuanza); e os *umbundu* (ou ovimbundo), que se concentram no planalto central angolano.

Cada um desses grupos apresenta diversas subdivisões, que podem ser, na maioria dos casos, associadas a eventos políticos bem conhecidos, como a fragmentação de Estados ou a introdução de novas técnicas de legitimação e centralização do poder.

Os idiomas falados pelos grupos *kikongo*, *kimbundu* e *umbundu* fazem parte do grupo linguístico **bantu**.
Esses e muitos outros povos da região organizavam-se socialmente em **linhagens**, cuja estrutura interna permitia certa diferenciação tanto de ocupações quanto de riqueza.

Além de cargos específicos vinculados à cura, à comunicação com os espíritos e à guarda dos emblemas representativos da autoridade política ou religiosa, havia espaço para especialistas na produção de diversos tipos de manufatura, na caça, na pesca e na coleta. As regras de casamento e sucessão eram bastante variáveis, o que permitia uma relativa mobilidade social. Era possível, por exemplo, um jovem ambicioso se integrar a uma linhagem mais rica e poderosa que a sua como meio de ascensão social.

Essas sociedades viviam em um estado constante de competição interna, com suas linhagens empenhadas em acumular cada vez mais riqueza e prestígio. Por vezes, essa competição se transformava em conflito militar. Pessoas de outros grupos, ao serem capturadas, eram, muitas vezes, utilizadas no trabalho agrícola ou doméstico e tornavam-se **cativos de guerra**.

Não devemos confundir linhagem com o chamado **comunismo primitivo**, um tipo de sociedade imaginado por pensadores do século XIX influenciados pelo evolucionismo, no qual não haveria diferenças de poder ou riqueza dentro do grupo social

Entretanto, a tendência era a alternância das linhagens ao longo das gerações.

Havia uma resistência generalizada à concentração de poder e à interferência de autoridades externas nos assuntos internos de cada um dos grupos sociais.

Ainda assim, a história política dessas regiões é extremamente complexa. Várias formas de autoridade foram estabelecidas sobre grandes porções de território e diversas técnicas de controle político foram inventadas nessa região.

A centralização política foi mais bem sucedida ao norte e, como resultado, a diferenciação social aumentou bastante por ali. Entre os kongo, um Estado centralizado foi organizado por volta do século XIII ou talvez antes. Uma camada social que se considerava superior, devido ao nascimento (uma "aristocracia"), comandava o exército e coletava impostos das linhagens que controlava.

O apoio popular aos governantes dependia da forma como a riqueza coletada era mais tarde redistribuída. À medida que o reino se expandia, a aristocracia aumentava seu uso de cativos de guerra, especialmente ao redor da capital, *Mbanza Kongo*, explorando sistematicamente sua mão de obra em plantações de gêneros alimentícios para consumo da corte.

E por que, apesar da presença de cativos, não podemos dizer que havia escravidão mercantil na África Central, pelo menos até o século XVI?

Em primeiro lugar, porque a proporção de escravos na população total e na produção de riqueza era pequena. Em segundo, porque a função do escravo não era, como nas colônias americanas e no mundo árabe, a produção de mercadorias destinadas ao mercado

externo. Em terceiro, porque o cativo não podia ser comprado nem vendido – em outras palavras, ele não era uma mercadoria.

ESCRAVIDÃO DOMÉSTICA	ESCRAVIDÃO MERCANTIL
Forma de escravidão na qual os cativos são absorvidos, em uma posição subalterna, a um grupo de parentesco, e passam a ser empregados na produção de alimentos e utensílios a serem consumidos pelo próprio grupo.	Sistema econômico no qual a produção da riqueza de uma sociedade, geralmente inserida em um amplo circuito de trocas comerciais, baseia-se fundamentalmente no trabalho escravo. Para essas sociedades, o escravo é uma mercadoria, destinada a produzir outras mercadorias a serem vendidas no mercado externo.

Até aqui, vimos como a região do Congo-Angola era diversa e complexa, social e politicamente. No próximo tópico, veremos como cristianização e escravidão se articulavam às disputas políticas locais e os movimentos de adaptação e resistência surgidos neste contexto.

Tópico 3 - **Cristianização e escravidão**

O equilíbrio de poder no reino do Kongo passava periodicamente por momentos de instabilidade, em virtude das regras de sucessão ao trono. Em princípio, qualquer descendente do herói fundador, *Nimi a Lukeni*, podia propor sua candidatura. O novo *Mani Kongo* (senhor do Kongo) era escolhido por um conselho formado por representantes da aristocracia; entretanto, toda sucessão tinha um pouco de conquista, pois sempre havia dois ou três candidatos. Tornava-se rei quem garantisse o controle da capital, Mbanza Kongo, e dos emblemas reais. Os recursos naturais (e espirituais) das províncias eram mobilizados nessas disputas, já que os adversários eram, em geral, governadores provinciais indicados pelo rei anterior.

Quando os portugueses chegaram ao porto de *Mpinda*, em 1483, na foz do rio Congo, um setor da aristocracia congolesa percebeu logo na religião que os estrangeiros traziam uma possível vantagem nas disputas pela sucessão ao trono: um poder espiritual a mais a ser mobilizado contra outros pretendentes. Dois anos mais tarde, congoleses que haviam visitado Portugal contaram aos seus compatriotas os desenvolvimentos técnicos e militares dos europeus, assim como as capacidades do deus que cultuavam.

Isso foi suficiente para que o rei *Nzinga a Nkuwa* decidisse converter-se, sendo batizado como *D. João I*. Ele mudou o nome da capital, Mbanza Kongo, para *São Salvador* e pediu aos portugueses o envio de padres, para ensinar aos seus súditos a nova religião, e de mestres de ofícios, para adquirir a tecnologia exibida pelos portugueses em seus navios e armas.

D. João I enviou a Portugal diversos jovens da aristocracia para que fossem educados conforme os costumes europeus e, alguns, para que se ordenassem sacerdotes católicos.

A disputa pela sucessão de D. João I opôs, de um lado, um candidato cristão apoiado, inclusive militarmente, pelos portugueses, e, de outro, um grupo que desejava livrar-se dos europeus e de sua influência nos assuntos internos do reino. Depois de coroado, o candidato cristão, D. Afonso I, tentou modernizar o Kongo e inserir o reino, de forma independente, nas novas redes comerciais, culturais, religiosas e diplomáticas abertas pela navegação atlântica.

A etiqueta da corte foi adaptada aos padrões europeus, os nobres passaram a ostentar títulos de conde, duque ou marquês, a escrita foi incorporada ao controle dos impostos e aos registros administrativos, e o Mani Kongo passou a se corresponder com outros reis europeus e com o chefe da Igreja Católica no Vaticano.

As mudanças implantadas por D. Afonso I tinham como objetivo ampliar o poder da realeza e, num primeiro momento, foram bem sucedidas. No entanto, os reis seguintes passaram a enfrentar problemas cada vez maiores à medida que o **tráfico de escravos** tornava-se mais e mais importante em toda a região.

Quase todos os europeus que passaram a viver no Kongo, inclusive os padres, estavam profundamente envolvidos na compra de escravos para as ilhas atlânticas ou para as Américas. Com o aumento da demanda, multiplicaram-se conflitos entre aldeias, ataques aos povos que habitavam as fronteiras do reino, condenações ao cativeiro pelos crimes mais banais, além de raptos dentro da própria jurisdição do Mani Kongo. Os recursos obtidos com o tráfico eram mais e mais utilizados pelos governadores locais para ampliar seu poder frente ao rei; mesmo

os Estados vizinhos que costumavam pagar tributo ao Mani Kongo passaram a enfrentar militarmente o seu antigo senhor.

> Outro processo que modificou profundamente a sociedade kongo foi a **cristianização**, que seguiu um padrão comum a diversos espaços fora da Europa entre os séculos XVI e XVIII, como a China e a costa do Malabar, na Índia. Houve batismos em massa, e o número de padres nunca foi suficiente para ministrar os sacramentos e catequizar a população interessada.

Entretanto, a maioria dos súditos do reino via a adesão ao cristianismo como a mobilização de um poder espiritual entre outros; se as novas divindades (Cristo, a virgem e os santos) pareciam especialmente poderosas, isso nunca significou a negação dos demais poderes que compunham o campo religioso kongo (espíritos da água, as forças envolvidas na transformação do ferro, ancestrais, etc.).

Os emblemas de ambas as tradições, a local e a estrangeira, foram livremente misturados em diversas ocasiões, para desespero dos padres europeus, que viviam protestando contra os usos "heréticos" dos símbolos católicos. A influência dos padres, entretanto, era muito grande sobre Mbanza Kongo: o cargo de confessor do rei, sempre ocupado por um português ou outro europeu, foi incorporado formalmente à estrutura do Estado, integrando o colégio eleitoral que decidia os destinos da sucessão – o que demonstra o grau de ingerência obtida pelos portugueses na política interna.

O avanço da escravidão terminou por enfraquecer a realeza, desafiada por governadores de províncias que declaravam independência e por reis vizinhos que disputavam rotas de comércio de escravos. As sucessões ao trono tornaram-se cada vez mais problemáticas e devastadoras, resultando em uma situação de guerra civil permanente que produzia uma escravização em larga escala dos próprios súditos do reino, incluindo a aristocracia.

A confusão política avançava, e a capital terminou sendo abandonada. Os emblemas reais foram espalhados pelo território, divididos entre vários pretendentes ao trono que não conseguiam reunir apoios suficientes para impor o seu domínio sobre o território do reino.

No início do século XVIII, um movimento religioso liderado por *D. Beatriz Kimpa Vita* tomou de assalto o reino do Kongo. D. Beatriz, uma sacerdotisa treinada nas **técnicas Kongo de cura**, dizia estar possuída por Santo Antônio e incumbida de reunificar o reino e restaurar a capital. Os candidatos a Mani Kongo não se interessaram pela proposta desse movimento com receio de perderem o apoio da Igreja Católica, que o via como herético. Os súditos comuns do reino, ao contrário, aderiram à pregação de D. Beatriz com imenso entusiasmo.

Em 1704, Dona Beatriz ocupou, com seus seguidores, a capital abandonada; dali enviava pregadores para espalhar sua mensagem por todo o reino. A cada dia, um número maior de pessoas acorria à cidade, à espera da restauração do reino, que nunca viria. Dona Beatriz foi presa por um dos pretendentes ao trono e queimada na fogueira, sob o olhar dos padres, em 1706. Seus seguidores, entretanto, permaneceram em São Salvador até 1714. A tomada militar da capital pelo pretendente ao trono preferido pela Igreja Católica não trouxe a paz nem a unidade ao reino.

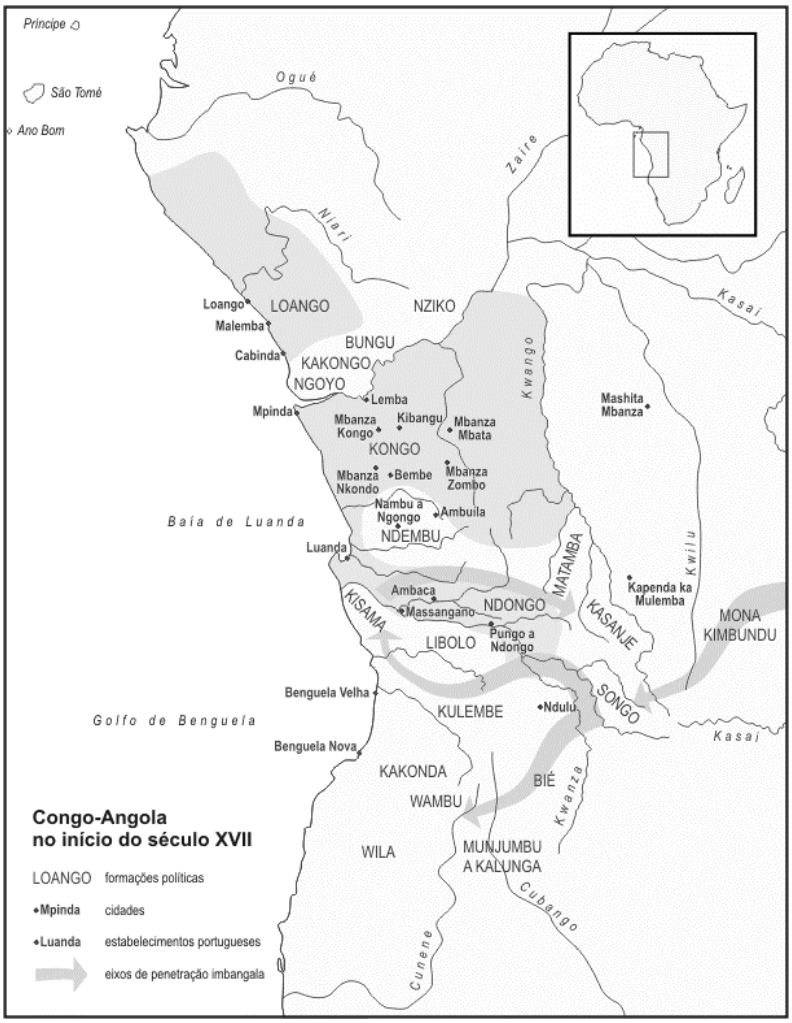
Os sobreviventes do movimento foram escravizados – pelo menos sete mil foram embarcados para as Américas nos meses seguintes. A guerra civil prosseguiu, e muitos dos habitantes do Kongo continuaram a ser escravizados em razão das disputas militares entre os vários partidos da aristocracia até o fim do tráfico transatlântico de escravos, na segunda metade do século XIX.

Kongo, técnicas de cura - o campo da prática religiosa no reino do Kongo e nas regiões vizinhas de fala kikongo estava baseado no conceito de *kindoki*, termo que significa o poder de operar neste mundo através da interferência do outro mundo, em que habitavam ancestrais e divindades relacionadas a locais específicos, como montes, florestas e cursos d'água.

Para saber mais sobre o assunto, procure o termo no Glossário.

Tópico 4 - **A colônia de Angola e a resposta africana**

Em 1575, Paulo Dias de Novais desembarcou em frente à ilha de Luanda, limite sul do reino do Kongo, de posse de um título de capitão concedido pela coroa portuguesa. Em frente à ilha ficava o reino do *Ndongo*, que dominava a região litorânea da *Kisama* (ou Quissama) e todo o baixo curso do rio Kwanza. Os portugueses procuraram fazer deste rio a sua principal via de penetração em direção ao interior e à fonte dos escravos. O Ndongo bloqueou o caminho, travando, por mais de trinta anos, o avanço português.



Mapa 1 – Congo-Angola no início do século VII

Os governadores de Luanda obtiveram um auxílio inesperado: bandos de guerreiros tidos como terríveis pelas linhagens mbundu surgiram a sul e a leste do Ndongo por volta de 1600. Conhecidos como *jagas* pelos portugueses, esses grupos, que chamavam a si mesmos de *imbangala*, foram indispensáveis para derrotar militarmente os exércitos do Ndongo.

Os imbangala haviam se formado a partir da migração de parte das linhagens mais poderosas da Lunda, milhares de quilômetros a leste, quando, no século XIV, esse território sofreu mudanças políticas que levaram a uma centralização muito rápida e muito intensa do poder.

Os migrantes lunda entraram em contato com novas formas de poder político em Estados que barraram seu caminho quando eles chegaram à área ocupada por populações mbundu, a oeste, e umbundu, a sul. A partir daí, eles criaram um novo tipo de organização social, extinguindo suas próprias linhagens e se agrupando em **kilombos** – acampamentos fortificados de guerreiros submetidos a um chefe imbangala que atacavam as aldeias agrícolas ao redor, pilhando comida e raptando crianças, que eram incorporadas ao bando após um batismo de sangue.

A aliança com alguns kilombos imbangala possibilitou aos portugueses derrotar militarmente o Ndongo, abrindo caminho para o interior e alavancando a captura e o comércio de escravos. Parte dos imbangala permaneceu aliada aos portugueses, especializando-se na tarefa de escravizar membros das linhagens vizinhas, e fundou o reino do Kasanje, entre a colônia portuguesa e as zonas de captura de escravos. Eles participavam do tráfico, mas mantinham sua independência frente aos portugueses. Outros grupos mantiveram-se como importantes inimigos dos europeus, impedindo o avanço deles para o interior. Outros, ainda, estabeleceram-se como chefes no planalto central, consolidando a centralização política das terras dos umbundu.

Kilombo - sociedade de iniciação masculina de origem umbundu, ligada à circuncisão. Esteve na base da centralização política do antigo Estado do Kulembe, e mais tarde na do Libolo. A partir do Libolo o kilombo foi incorporado por migrantes de origem lunda, os imbangala, que o transformaram em uma organização social predatória. As linhagens foram abolidas e a reprodução do grupo se dava através do rapto de crianças, principalmente do sexo masculino

---

Para saber mais sobre o assunto, procure o termo no Glossário.

O Ndongo voltaria a se pôr de pé e a cruzar o caminho dos portugueses, especialmente a partir de 1624, sob o reinado de *Nzinga a Mbandi* (a "rainha Jinga" que acompanha o "rei do Congo" nas **congadas** brasileiras).

Aproveitando a invasão holandesa de Luanda, a rainha do Ndongo organizou uma grande aliança contra a colônia de Angola, que incluía o reino do Kongo e alguns kilombos até então associados aos portugueses. Durante sete anos, os portugueses ficaram bloqueados na pequena povoação de *Massangano*.

Nzinga semeava o caos, libertando todos os escravos dos portugueses que conseguissem escapar para o Ndongo. Os holandeses, no entanto, auxiliaram os portugueses contra o Ndongo porque precisavam de seus conhecimentos no interior para manter vivo o fluxo de escravos para Pernambuco, que também haviam invadido na mesma época, e onde a produção de açúcar estava ameaçada por falta de mão-de-obra.

A retomada de Luanda por uma expedição enviada pelo Rio de Janeiro e o rearranjo das alianças obrigou Nzinga a retirar-se para a *Matamba*, e a adotar, ela própria, algumas das inovações políticas dos imbangala. O estado de guerra só foi suspenso em 1683, quando Nzinga assinou um tratado de paz e se converteu (pela segunda vez) ao catolicismo.

Congada - festa popular, encenada por grupos de afrodescendentes, em diversas regiões do país, que celebram reis negros, especialmente o "Rei do Congo" e a "Rainha Jinga" (uma referência à rainha do Ndongo e depois da Matamba, Nzinga a Mbandi).

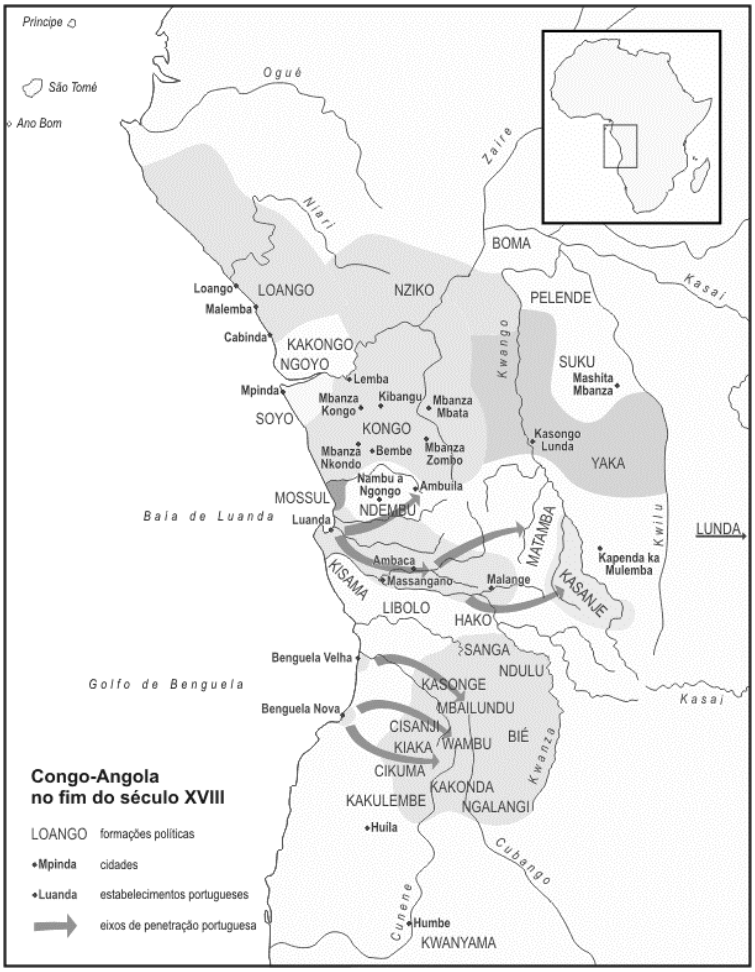
Para saber mais sobre o assunto, procure o termo no Glossário.

Se o vale do Kwanza foi aberto aos portugueses devido à aliança com grupos imbangala, o mesmo não se pode dizer das zonas de captura de escravos. Ao sul do Kongo, os dirigentes de Estados africanos (em especial os da Matamba, os do Kasanje e os dos estados umbundu no planalto central) conseguiram manter fechado o caminho para o interior, impondo-se como intermediários do tráfico e derivando daí sua riqueza e seu poder.

Entre os portos de embarque angolanos e os Estados intermediários, outras redes foram responsáveis por fazer girar a economia escravista atlântica. Formadas, em grande medida, por alianças comerciais e matrimoniais entre africanos e portugueses, as redes de **sertanejos** e **pumbeiros** tinham como nós os *presídios* (guarnições portuguesas em Massangano, Ambaca e Malange) e os grandes mercados africanos (Bié, Wambu, Kasanje, Matamba, o lago **Malebo**). Até a conquista colonial propriamente dita, no fim do século XIX, e apesar das pretensões da coroa portuguesa, foram essas redes que governaram a vida cotidiana e os destinos da colônia de Angola.

Malebo - lago no baixo curso do Congo em que se inicia um longo trecho navegável em direção ao interior do continente africano. Entre os séculos XVII e XVIII foi um importante ponto da rede comercial do tráfico de escravos da África Central – era ponto de encontro para os comerciantes de escravos do interior, que viajavam pelo rio Congo ou que vinham, por terra, da Matamba e da Lunda.

Para saber mais sobre o assunto, procure o termo no Glossário.



Mapa 2 – Congo-Angola no fim do século XVIII

Com base no que vimos até agora, será que ainda podemos manter uma visão uniforme da África?

Leitura básica

MILLER, Joseph C.. "O Atlântico escravista: açúcar, escravos e engenhos". Afro-Ásia. 19/20 (1997). p. 9-36. Disponível em <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n19_20_p9.pdf>.
VAINFAS, Ronaldo; SOUZA, Marina de Mello e. "Catolização e poder no tempo do tráfico: o reino do Congo da conversão coroada ao movimento antoniano, séculos XV-XVIII". Tempo. 3, 6 (1998). Disponível em <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg6-7.pdf>.

Para saber mais

ALENCASTRO, Luís Felipe de. "Lisboa: capital negreira do Ocidente". In: *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. pp. 77-116.

FERREIRA, Roquinaldo. "Escravidão e revoltas de escravos em Angola (1830-1860)". *Afro-Ásia*. 21/22 (1998-1999). pp. 9-44. Disponível em <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n21_22_p9.pdf>.

MILLER, Joseph C.. *Poder político e parentesco: os antigos Estados mbundu em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico de Angola, 1995.

SILVA, Alberto da Costa e. "No alto rio Lualaba" e "No Baixo Zaire e nos planaltos de Angola". In: *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. pp. 477-490 e 491-508.

Enquanto isso, na sala de aula

Geografia: urbanidades africanas

A representação da África quase sempre é orientada para o mundo natural. Savanas, florestas, desertos e grandes animais ocupam a maior parte dos filmes, livros, desenhos animados e histórias em quadrinhos que circulam por aí. A representação da Europa, ao contrário, é centrada nas cidades: a única fase da história europeia valorizada negativamente – a Idade Média – é geralmente caracterizada, nos manuais escolares, pelo abandono das cidades. No entanto, quando, em muitas partes da Europa, ainda não existia cidade alguma, já havia grandes aglomerações urbanas no continente africano, nos vales dos rios Nilo (3000 a.C.) e Níger (século II d.C.).
Experimente mostrar a seus alunos descrições e imagens de cidades africanas feitas por viajantes europeus entre os séculos XV e XVIII, e discuta com eles as noções do senso-comum sobre esse tema. Experimente também mostrar fotografias das grandes cidades africanas contemporâneas e suas construções modernas – Cidade do Cabo, Joanesburgo,

Luanda, Kinshasa, Lagos, Nairobi, Cairo – e peça para a turma tentar identificar, no mapa-múndi, em qual lugar elas se localizam. Em seguida, com um mapa político do continente africano em mãos, relacione as fotos, os nomes das cidades e os países a que pertencem. Você pode também aproveitar para abordar aspectos da economia desses países ou de suas regiões respectivas.

Cidade do Cabo, África do Sul

Joanesburgo, África do Sul

Língua Portuguesa: o português do Brasil e os idiomas do grupo bantu

Por que o português falado no Brasil é tão diferente, no vocabulário, na prosódia, e mesmo na sintaxe, da língua que é falada em Portugal? Em parte, por causa da influência dos africanos que foram trazidos para cá. Os senhores brasileiros classificavam os escravos de várias maneiras. A primeira forma de diferenciação era estabelecida conforme o nascimento:

os que já haviam nascido no Brasil eram chamados de *crioulos*. Os africanos podiam ser *boçais* (os recém-chegados, que falavam apenas idiomas africanos) ou *ladinos* (como eram chamados os que já conseguiam se comunicar em português). Fossem crioulos, boçais ou ladinos, pouco a pouco suas palavras, expressões, jeitos de falar e de construir as frases foram se infiltrando na língua portuguesa que se falava por aqui.

Durante os primeiros três séculos do tráfico, os principais grupos que chegavam ao Brasil vinham da região do Congo-Angola e eram falantes de idiomas do grupo **bantu**. Sua influência no vocabulário foi tão profunda e tão disseminada que, muitas vezes, a consciência da origem africana de determinada palavra se perdeu. Pesquisas recentes têm mostrado que um grande número de palavras consideradas pelos gramáticos como tendo origem tupi, ou que tinham uma etimologia duvidosa, viera efetivamente da região do Congo-Angola.

No entanto, talvez o maior impacto desses idiomas no português tenha sido na prosódia, a maneira como pronunciamos as palavras. A prosódia do português de Portugal dá ênfase aos encontros consonantais e substitui as vogais das sílabas átonas pela vogal muda; no Brasil, além de não usarmos a vogal muda, tendemos a eliminar os encontros consonantais, colocando sempre um "i" no meio (compare as pronúncias portuguesa e brasileira de "pneu", "advogado", "cacto" e "observação"). Também transformamos o "l" no fim da sílaba em "u" (um português nunca entende, de primeira, quando um brasileiro fala "aldeia", e vice-versa). O "r" no fim das palavras também tende a sumir na fala cotidiana de algumas partes do Brasil ("mar", "doutor", "partir"). Finalmente, tendemos a transformar os "e" e os "o" finais em "i" e "u", respectivamente (pense em "sono" ou "volte"). Isso porque as sílabas das línguas bantu são formadas segundo o padrão "consoante + vogal" e a fala popular no Brasil tende a se conformar a ele.

Alguns dos principais "erros" que a norma culta aponta na fala popular são também reflexo da influência das línguas do Congo-Angola. A troca do "r" pelo "l", por exemplo, muito comum no Brasil, é resultado de não existir diferença entre esses dois fonemas em parte dos idiomas bantu, – qualquer um deles pode ser usado sem prejudicar o entendimento (uma coisa parecida ocorre entre o "d" forte, falado em partes do interior da Bahia, e o "d" fraco, falado em Salvador e no Recôncavo). Assim, vemos, por exemplo, na tradição popular brasileira, o porto de onde embarcaram muitas pessoas como escravas para o Brasil ser referido tanto como "Luanda" quanto como "Aruanda". O desaparecimento do "r" nos encontros consonantais "pr" é outro exemplo, o que explica a pronúncia popular de palavras como "problema" e "próprio".

Faça experiências de prosódia com sua turma. Escreva no quadro palavras com encontros consonantais, "l" no fim da sílaba, e "r", "e" e "o" finais, e peça que a turma as pronuncie. Aponte as diferenças entre as formas escritas e as formas faladas, e debata a influência das línguas africanas no português do Brasil, apresentando exemplos de palavras de origem **bantu**. Você pode aproveitar para introduzir a discussão sobre o preconceito linguístico, abordando a noção de "erro" presente na norma culta e a relação entre essa norma e a diferenciação social.

Algumas palavras de origem bantu no português

bagunça
batuque
bobó
bode
bunda
cachaça
cachimbo
caçula
cafundó
cafuné
calundu
canjica
capanga
cochilar
coringa
dengo
dendê
engabelar
farofa
fubá

fuxico
gangorra
gingar
jiló
lengalenga
macaco
marimbondo
maxixe
miçanga
minhoca
mocambo
mocotó
molambo
moleque
muamba
mucama
mugunzá
muxoxo
quiabo
quitanda
quitute
samba
senzala
tanga
xingar

Material de Apoio

Texto de apoio: Salve Antoniana

Dona Beatriz Kimpa Vita criou uma oração, em kikongo, baseada na "Salve Rainha", que era então rezada em latim. A "Salve Antoniana", como ficou conhecida, é uma crítica ao modo como o cristianismo vinha sendo ministrado e praticado no reino do Kongo, sendo, também, uma formulação teológica original.

"Salve", dizeis, e não sabeis por quê.
"Salve", recitais, e não sabeis por quê.
"Salve", bateis, e não sabeis por quê.
Deus quer a intenção, é a intenção que Deus toma.
De nada serve o casamento, a intenção Deus toma.
De nada serve o batismo, a intenção Deus toma.
De nada serve a oração, a intenção Deus quer.
De nada servem as boas ações, a intenção Deus quer.
A mãe e o filho sobre os joelhos.
Se não fosse Santo Antônio, como haveriam de fazer?
Santo Antônio é o piedoso,
Santo Antônio é o remédio nosso,
Santo Antônio é o restaurador do reino do Kongo,
Santo Antônio é o consolador do reino dos céus.
Santo Antônio é ele mesmo a porta do céu.
Santo Antônio tem a chave do céu.
Santo Antônio está acima dos anjos, e da virgem Maria.
Santo Antônio é ele mesmo o segundo Deus...

Texto de apoio: Deus te preteje (Itamar Assunção)

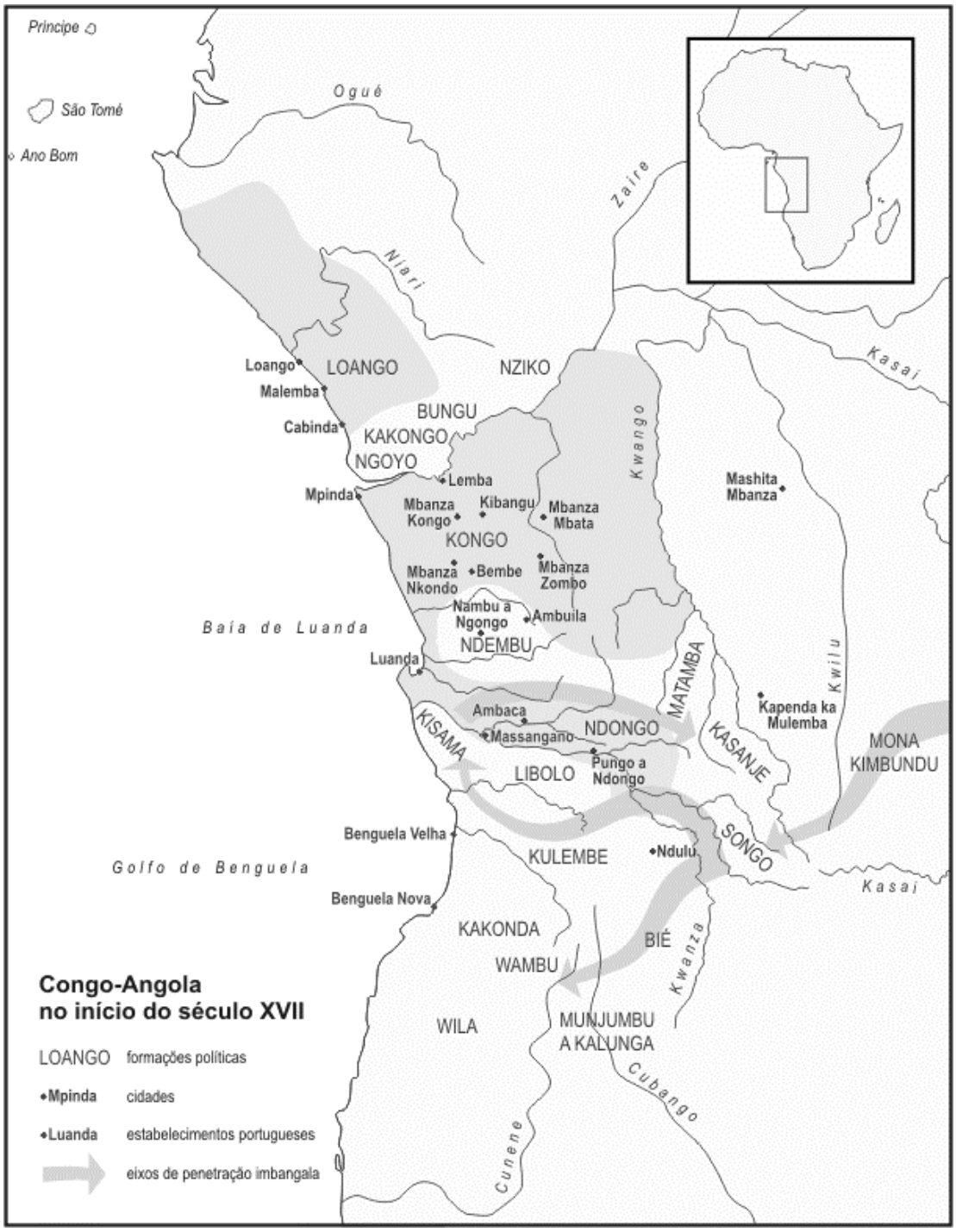
Em 1524, Gil Vicente, considerado o pai do teatro português, escreveu "Frágua de Amor". Na peça, um ferreiro vendia a vários personagens as propriedades mágicas de sua forja (frágua), que podia transformar qualquer um que nela entrasse. Em um determinado momento da peça, entram na forja dois negros, que saem brancos, com a aparência e as vestimentas de cavalheiros. Entretanto, sua

condição é traída por sua fala, cuja diferença em relação ao português formal da época demonstra claramente aos outros personagens a sua origem. O músico e poeta negro Itamar Assunção retoma, em 2003, a peça de Gil Vicente, para abordar o tema da língua e dos sentidos que o "erro" pode ter.

Deus te preteje curumim
Mim fala língua de pinguim
Nem sim nem não nem nim nem são
Mim fala língua macarrão

Deus te preteje teu irmão
Mim fala língua de crivão
Crivão que vem do carabono
Onde é que tá o meu cambono
Onde é que tá o meu cambono
Cê deu tanta martelada
Que eu não fala portugás
De mi fala inventada numa frágua
Num zás trás
Gil Vicente é meu ferreiro
Puruquê me fêz primeiro
Mi chamando furunando
Ele foi mi inventando
Mi sá negro de crivão
Hoje Gigante Negão!

Itamar Assunção, "Deus te preteje" in: *Pretobrás*. São Paulo: Atração fonográfica, 2003.



Mapa 3 – Congo-Angola no início do século XVII

Unidade III

A BAÍA DO BENIM PRÉ-COLONIAL

Depois de estudarmos as representações sobre África e africanos e conhecermos um pouco mais a região Congo-Angola no período pré-colonial, vamos conhecer um pouco mais sobre a África através da região da Baía do Benim, no mesmo período.

Tópico 1 – Contextualizando: A África Ocidental
Tópico 2 – Baía do Benim: povos, idiomas e sociedades
Tópico 3 – Religião e legitimidade política
Tópico 4 - Escravidão, tráfico e poderio político-militar
Tópico 5 - O início do século XIX no Golfo do Benim

São objetivos desta Unidade:

- identificar a grande diversidade linguística, cultural, religiosa, social e política existente na região no período pré-colonial;
- reconhecer o papel da religião na formação, consolidação e legitimação das estruturas políticas locais;
- analisar os efeitos do tráfico de escravos e da progressiva utilização interna de mão-de-obra escravizada sobre os Estados da Baía do Benim e seus habitantes;
- perceber como o processo de formação das identidades étnicas contemporâneas esteve ligado à centralização política e aos fluxos e refluxos do tráfico atlântico de escravos.

Tópico 1 - **Contextualizando: a África Ocidental**

Paisagens: o Saara, o Sael, a savana e a floresta

A África Ocidental tem uma história de ocupação humana contínua desde há, pelo menos, quarenta mil anos. Durante esse período, variações climáticas mudaram completamente a paisagem mais de uma vez. Assim, ao se falar dos diferentes ambientes ocupados pelo homem na longa duração, é preciso ter em mente que, entre 10.000 e 6.000 a.C., o que hoje é o deserto do Saara viveu um período de grande umidade. Savanas arborizadas cobriam a maior parte do território, e rios caudalosos vinham desembocar em um lago **Chade** 400 vezes maior do que o atual. As florestas começavam muito mais ao norte, alcançando o rio **Níger**. Nesse ambiente, que se estendia do Níger ao vale do **Nilo** e aos **Grandes Lagos**, desenvolveu-se um modo de vida chamado de cultura aquática – em que a pesca permitiu o estabelecimento de vilas sedentárias e um gradual aumento da população, além do refinamento das técnicas de trabalho com pedra e da invenção da cerâmica.

A partir de mais ou menos 5.000 a.C., o Saara começou novamente a secar. Muito lentamente, as florestas transformaram-se em savanas, as savanas em estepes e as estepes em deserto. Também muito lentamente, os grupos foram abandonando os locais mais secos, em direção ao vale do Nilo, ou do Níger, ou às margens de um Chade que diminuía a cada década. Muitas vezes, voltava a chover durante alguns anos, ou mesmo décadas, e os grupos interrompiam seu deslocamento ou reocupavam locais abandonados. Durante esse processo, a agricultura de cereais parece ter sido introduzida a partir do Oriente Médio, do Egito e da Etiópia, associada à criação de cabras. As populações que se

concentravam no limite entre a savana e a floresta, por sua vez, conseguiram domesticar certos vegetais nativos, como o inhame, o dendezeiro e a abóbora, que complementavam a dieta, que ainda incluía muita caça e pesca.

Com a crescente desertificação, as ligações da África Ocidental com o Mediterrâneo e com o vale do Nilo foram rompidas. O estabelecimento de ambientes naturais com limites próximos aos atuais ocorreu cerca de 2.000 a.C.. De lá para cá, consolidaram-se e puderam crescer populações com estilos de vida adaptados a cada um dos ambientes (estepe, savana, floresta e litoral). A largura relativamente pequena de cada uma dessas faixas, e a existência de grandes rios navegáveis que as atravessavam, fez com que, desde cedo, um importante e diversificado comércio se estabelecesse entre diversas populações. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da navegação costeira permitiu a incorporação dos produtos das regiões litorâneas às redes de troca.

Os principais eixos comerciais eram o sistema formado pelos rios Níger, **Volta** e Senegal, que interligavam amplos e diversos espaços no interior, alcançando os litorais da Alta Guiné, da Costa do Ouro, da Baía do Benim e da Baía de Biafra, onde séries de braços de mar, lagos costeiros, estuários e os canais do gigantesco delta do Níger ampliavam o seu alcance e a diversidade de seus produtos. O rio **Benué**, por onde se alcançava o lago Chade e os rios que o alimentavam, representava uma extensão do sistema, menos intensamente percorrida, mas, mesmo assim, importante.

Do mar, vinham, principalmente, sal, peixe salgado, e certo tipo de concha (o *cauri*) utilizada como moeda em diversos locais. O principal produto da floresta era a *noz de cola* (ou *obi*), cujo consumo estava ligado a uma série de cerimônias sociais, e que

servia também como moeda, embora apenas em transações específicas e geralmente rituais. Outras especialidades florestais, como o dendê, eram também largamente apreciadas. A savana produzia grãos, tecidos e artigos de ferro. Entre a savana e a estepe circulavam, conforme as estações, os rebanhos de cabras, cujos produtos eram também comercializados. Por fim, o ouro, frequente ao redor do rio Volta e na região entre as nascentes do Níger e do Senegal, complementava os recursos que circulavam por essa extensa rede.

Embora ainda saibamos muito pouco sobre a experiência humana na região em períodos muito recuados, parece ser seguro afirmar que os ambientes mais favoráveis à vida humana foram os de transição entre dois ambientes e, em especial, a fronteira entre a savana e a floresta. Nesses locais, em que o desenvolvimento agrícola possibilitava um contínuo adensamento populacional e uma progressiva diversificação social, a fundição do ferro parece ter sido inventada de forma autônoma. Desenvolveram-se também diversas formas de representação artística em terracota, e mais tarde em bronze, cuja beleza e perfeição técnica ainda hoje impressionam, indicando o alto grau de complexidade alcançado pelas sociedades que as produziram.

Placa de bronze de guerreiros do Benin espadas cerimoniais
(sécs. XVI-XVIII)

Figura de bronze do séc. XII, Benin

Comércio de longa distância, escravidão e formações políticas

A introdução do camelo no Saara, no século III d.C., reincorporou a África Ocidental aos circuitos comerciais do Mediterrâneo e do Oriente Médio, que haviam se desenvolvido de forma independente por mais de dois milênios. Ao mesmo tempo, trouxe a ameaça de ataques repentinos de nômades montados que passaram a controlar as rotas do deserto. As necessidades de defesa, o acesso desigual às rotas comerciais entre os diversos ambientes e o controle das regiões produtoras das mercadorias mais valiosas – como o ouro – provavelmente condicionaram o surgimento dos primeiros Estados.

Muitos deles eram bastante reduzidos em área: apenas uma cidade localizada numa encruzilhada e os campos do entorno. Outros controlavam vastos espaços, mas não diretamente e sim através de uma esfera de influência que ia diminuindo de eficácia quando ia se afastando do centro. Era comum o prestígio pessoal estar ligado ao acesso a produtos vindos de longe, por isso não espanta que a maior parte dos reis tentasse

controlar rigidamente o comércio, fosse através da imposição de um monopólio sobre as trocas externas, fosse através da criação de taxas de alfândega e de passagem sobre as negociações que tinham lugar em seus domínios. Isso explica por que, em inúmeros Estados e cidades-Estado da África Ocidental, o título dado ao rei signifique literalmente "senhor do mercado".

A rápida conquista islâmica do norte da África e do sul da Europa, entre 640 e 701, unificou politicamente a margem norte do deserto [ver **Califado**]. A primeira consequência disso foi o islamismo ter alcançado, no rastro das caravanas, a África Ocidental. Diferente do que havia ocorrido no Egito e no Magrebe, ali, a islamização se disseminou durante um longo período, principalmente através da propaganda feita por comerciantes muçulmanos. Houve, é claro, movimentos de expansão militar por parte de grupos dominantes locais convertidos ao Islã, ligados à formação de Estados através da conquista territorial e da conversão forçada de populações diversas, mas, até o século XIX, esses movimentos foram poucos e esporádicos. A segunda consequência foi um aumento de volume do comércio transaariano, impulsionado pelo reaquecimento econômico do Mediterrâneo, que demandou da África Ocidental, principalmente, dois produtos: ouro e escravos. Em troca, oferecia-se armas de ferro e de fogo e uma infinidade de artigos de luxo, como têxteis, contas de vidro, joias e utensílios domésticos [ver **tráfico de escravos, Saara**].

Já havia cativos na África Ocidental desde muito antes da penetração muçulmana. De fato, ao longo de quarenta milênios de ocupação contínua e crescente, pontuados por movimentos populacionais importantes, desenvolveram-se sociedades e povos com organizações sociais muito diversificadas. Embora,

ao que parece, o Estado só tenha começado a ganhar visibilidade e escala significativa após a reabertura do Saara ao comércio, a diferenciação social nas pequenas unidades (os **grupos de parentesco**, as vilas, os grupos de vilas próximas) certamente já era uma realidade, assim como os conflitos entre grupos vizinhos que podiam resultar na captura de prisioneiros e na sua utilização como força de trabalho [ver **cativos de guerra**]. Entretanto, o que chamamos de escravismo no Mediterrâneo e no Oriente Médio representa uma situação muito diferente, tanto nos aspectos macro-estruturais quanto nos aspectos cotidianos, no que significava ser escravo.

No Mediterrâneo, tanto na parte muçulmana quanto na cristã, imperava a **escravidão mercantil**, na qual o escravo é uma mercadoria, destinada a produzir outras mercadorias a serem vendidas no mercado externo. Bem antes dos portugueses, os árabes e outros povos islamizados utilizaram esse sistema na produção, por exemplo, de açúcar. Há dois processos que, frequentemente, derivam da escravidão mercantil.

O primeiro deles é que, por ser uma mercadoria cara, o escravo torna-se um item fundamental do consumo conspícuo, ou seja, ele passa a ser adquirido e exibido publicamente como prova do *status* social superior de quem o possui [ver **escravidão conspícua**]. O segundo, é que, em ocasiões nas quais a demanda militar não é suportada pelo contingente populacional de livres, sociedades escravistas tendem a formar contingentes militares de escravos [ver **escravidão ancilar**]. Isso podia ocorrer quando houvesse pretensões de expansão territorial, quando houvesse necessidade de defesa contra um inimigo mais poderoso, ou quando fosse necessário conter dissensões e revoltas internas (nesse caso, os homens livres que compõem os exércitos comuns podiam simplesmente aderir à revolta, em

função de lealdades familiares ou locais). Poderia acontecer também que os funcionários do palácio mais próximos do rei (escribas, coletores de tributo, especialistas rituais, chefes dos

exércitos, etc.) fossem, na sua maioria, escravos – já que os príncipes e os membros da aristocracia, muitas vezes, só tinham a ganhar com a morte do rei. Não era raro que esses grupos escravizados adquirissem, ao longo do tempo, uma grande autonomia – em alguns casos, a dependência que os reis tinham deles fazia com que chegassem ao poder de fato. No cômputo geral, entretanto, a quantidade de escravos ancilares ou de escravos utilizados apenas como indicativo de *status* sempre foi muito menor que o número de escravos empregados na produção de mercadorias.

Ora, em fins do século X, o mundo islâmico se fragmentou com a mesma velocidade com que se tinha constituído em império. Ao mesmo tempo, houve certa recuperação populacional na Europa, até então uma região periférica, pobre e desorganizada politicamente, que servia apenas como zona de captura de escravos e de saque para os exércitos muçulmanos. A proliferação de conflitos entre os mundos islâmico e europeu (as cruzadas são um bom exemplo), e entre os diferentes Estados surgidos a partir das antigas províncias do Califado, fez crescer a necessidade de homens para os exércitos. O comércio, por outro lado, não parou. Ao contrário, a recuperação europeia progressivamente ampliou as redes de troca do Mediterrâneo, o que significou, também, um aumento na procura por mão-de-obra escrava. Outra consequência disso foi uma maior demanda pelo ouro africano, necessário para alimentar a incorporação da Europa à economia monetária vigente no mundo árabe.

Relacionado a esse aumento da demanda por escravos, houve um fortalecimento dos Estados no *Sael*, como é conhecida a

faixa de estepes na margem sul do deserto do Saara. Na maior parte das vezes, estruturas militares especializadas na captura de escravos conseguiram impor seu domínio sobre certas regiões, cuja população se via livre, dessa forma, de ser vítima

de suas atividades, em troca de um tributo em gêneros. Em outros locais, povos que até então tinham prezado a autonomia dos pequenos grupos de parentesco se viram forçados a compor grandes alianças militares para fazer frente aos captores, as quais terminaram por se consolidar enquanto estruturas permanentes de poder.

Na periferia de um circuito de trocas onde imperava a escravidão mercantil, a África Ocidental logo assistiu, nos arredores das cidades-Estado comerciais, ao surgimento de experimentos desse tipo de escravidão. Com o tempo, os escravos chegaram a ser a maioria da população em algumas dessas cidades, como Jenné e Timbuctu, nas margens do Níger. Ao mesmo tempo, com a consolidação de Estados maiores e mais bem defendidos, as zonas de captura foram sendo cada vez mais empurradas em direção ao sul e ao leste, o que tornava a obtenção de cativos cada vez mais difícil e dispendiosa. Tudo isso contribuiu para uma importância cada vez maior dos mercadores (de escravos e de mercadorias produzidas por escravos) que, com o tempo, suplantaram as aristocracias militares em quase todos os Estados do Sael e da savana.

Em um contexto como esse, não é de espantar que o islamismo ganhasse cada vez mais adeptos na África Ocidental. Em primeiro lugar porque, enquanto uma religião universal, o Islã proporcionava às dinastias reinantes uma fonte de legitimidade que não estava vinculada a nenhum grupo social ou região específica, permitindo uma maior autonomia do rei em relação

aos vários setores da população do Estado. No caso de reinos nas margens do deserto, o zelo religioso podia servir para justificar aventuras militares contra vizinhos pagãos, as quais alimentavam o mercado de escravos e o tesouro real. Em segundo lugar, porque permitia a mercadores convertidos

ingressarem em uma rede de possibilidades comerciais que se estendiam da península Ibérica às fronteiras da China e da Índia, na época os mais importantes mercados produtores e consumidores do mundo. Em terceiro lugar, e o que deve ter influenciado um número significativamente maior de pessoas, porque a lei islâmica proibia a escravização de muçulmanos – converter-se significava, em princípio, a imunidade contra a escravização.

No século XIV, a chegada dos europeus ao rio Senegal e, mais tarde, ao golfo do Benim acarretaria a abertura de uma nova rota de comércio. Os produtos buscados pelos portugueses eram os mesmos que os muçulmanos esperavam do outro lado do Saara: ouro e escravos [ver **tráfico de escravos, Atlântico**]. O fato de sua extremidade africana se localizar no litoral, e não no Sael, mudou, a médio prazo, o balanço de poder entre as duas regiões. Não que os portugueses tivessem conseguido, como queriam, desviar todo o comércio transaariano para seus navios e sufocar comercialmente os Estados muçulmanos do Mediterrâneo – os reis e comerciantes africanos direcionavam seus produtos para o Atlântico ou para o Saara de acordo com as condições comerciais vigentes em cada uma das rotas. Mas a afluência para os reinos do litoral dos artigos de luxo, das armas de fogo e dos cavalos trazidos nos navios reforçou as estruturas de poder locais e criou uma situação de competição até então não experimentada pelos Estados do Sael. A exaustão das zonas de captura próximas e do ouro das minas mais ao norte contribuiu para reforçar o poderio dos Estados litorâneos.

Tópico 2 - **Baía do Benim: povos, idiomas e sociedades**

Os povos que habitam o golfo do Benim podem ser identificados principalmente pelo idioma que falam. Embora todos façam parte de uma mesma grande família (conhecida pelos linguistas como **Níger-Congo**), há, nessa região, dois subgrupos principais:

Ramo Kwa	Ramo Benué-Congo
Faladas no entorno do rio Volta	Faladas no entorno do baixo curso do rio Níger
akan, grupo *gbe (ewe, fon, aja)*	*yoruba* ou iorubá, *edo*, *ijaw* ou ijó, *igbo* ou ibo, *igala*, *nupe* ou nupê

Ao norte da confluência entre os rios Níger e Benué, até o lago Chade, estende-se um largo território onde se fala *haussa* (ou *hauçá*, ou *uçá*), um idioma ligado às línguas faladas atualmente no deserto do Saara, do grupo **Afro-Asiático**.

Cada um dos idiomas dos povos do Benin só se consolidou durante o século XIX, quando a maior parte deles passou a ser escrito; antes disso, havia um conjunto de variações próximas, mas que eram vistas por seus próprios falantes como diferentes. Da mesma forma, em alguns casos, a ideia de uma identidade cultural unificada não fazia nenhum sentido antes do século XIX. É o caso dos falantes de *yoruba* e de *gbe*, por exemplo.

Por muito tempo, é possível que as pessoas se percebessem como semelhantes, ou mesmo como levemente aparentadas, mas não se percebiam como pertencentes ao mesmo povo. Um caso distinto parece ser o dos falantes de haussa, que tiveram, em uma antiga tradição política comum, um forte fator de identidade.

A fixação da maior parte dessas identidades étnicas mais recentes esteve relacionada a dois processos:

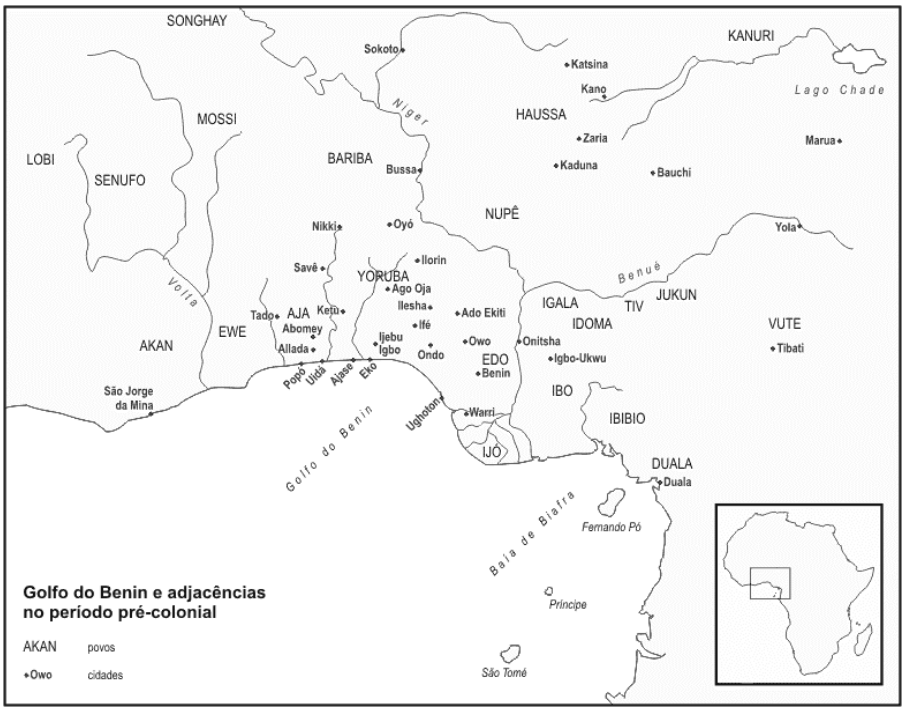
- a formação de grandes estruturas políticas ligadas ao tráfico de escravos (*Benim*, *Oyó*, *Daomé*);
- o retorno de ex-escravos a regiões próximas de seus locais de origem, no século XIX.

Sabemos que o tráfico de escravos inventou "nações" a partir dos portos de embarque na África. Essas "nações" funcionavam como "rótulos" que indicavam as características da "mercadoria" escravo. Segundo os traficantes, os "angolas" seriam mais indicados para o trabalho agrícola, os "minas", para o comércio, e assim por diante.

> Embora fosse mais provável que um "congo" conseguisse se comunicar com outro "congo" do que com um "mina", já que seus idiomas eram mais parecidos, dentro de cada uma dessas categorias poderiam ser colocadas pessoas com origens geográficas e sociais bem diferentes.

Quando havia realmente uma proximidade de línguas e costumes, essas identidades serviram de ponte, nas Américas, para a criação de solidariedades informais e, mesmo, de espaços institucionais de atuação social (legais, como as irmandades católicas ou as sociedades de auxílio mútuo, ou ilegais, como os terreiros de candomblé).

Algumas dessas identidades foram levadas para a África Ocidental por retornados que se viam como *nagôs* (yoruba) ou *jejes* (ou aja, fon e ewe). Suas experiências nas Américas foram um dos fatores decisivos na consolidação das identidades étnicas que podem ser atualmente identificadas no continente africano.



Mapa 3.1 – Povos do Benin pré-colonial

Se os falantes de gbe das savanas se aproximavam linguisticamente dos *akan*, a oeste do rio Volta, as complementaridades comerciais e as mútuas influências culturais os aproximavam muito mais dos falantes de yoruba da floresta.

De fato, a região entre o rio Volta e o rio Níger constituiu uma rede de trocas e de circulação de produtos, ideias e pessoas, englobando os territórios gbe, yoruba, edo, nupe e igala. Esse contínuo cultural e comercial se refletiu na situação política – cujos desenvolvimentos tenderam a se enquadrar nesse espaço.

No território haussa, por sua vez, uma lenta migração de grupos *fula* (ou fulani, ou peul, ou fulbe) islamizados terminou por integrar a região mais diretamente no circuito de trocas da savana, ao longo do enorme arco que corresponde ao curso do rio Níger, por onde grupos fula foram se fixando.

Os fulas eram, na maior parte, pastores que conduziam seus rebanhos de acordo com as estações do ano, mas havia também comerciantes, artesãos e sacerdotes. No início do século XIX, uma revolução política e religiosa, iniciada por uma comunidade muçulmana fula, tomou de assalto o país haussa e vinculou definitivamente sua história à da região yoruba.

Tópico 3 - **Religião e legitimidade política**

Contam alguns yoruba que quando *Olodumaré*, o Deus supremo, decidiu criar o mundo, encarregou da tarefa seu filho *Obatalá*. Este, porém, embebedou-se e dormiu; seu irmão *Odudua*, então, tomou dele o saco da criação e, após obter a permissão de Olodumaré, foi até o local onde seria construída a cidade de *Ilê Ifé*. Derramou ali a terra que o saco continha e, sobre ela, plantou um dendezeiro e pôs uma galinha. A ave começou a ciscar e a espalhar a terra, que veio a se tornar o mundo. Obatalá recebeu, como compensação, a tarefa de criar a humanidade.

Outras tradições iorubanas dizem, ao contrário, que Odudua era filho de um príncipe de Meca que não aceitou a imposição do islamismo e foi morto pelos seguidores de Maomé. Ele retirou-se com seus companheiros para Ilê Ifé, onde fundou um reino. Por vezes, nesses relatos, Meca é substituída por Medina, ou mesmo pelo Iraque, onde ficava a capital do **Califado**, Bagdá, entre os séculos VIII e XIII.

As variações das tradições de fundação iorubanas demonstram a importância da religião na legitimação do poder político. Provavelmente, a primeira versão apresentada é mais antiga e a segunda deve ter surgido quando o islamismo começou a ganhar força na região, embora antes que alguns dos principais reis do Iorubo se tornassem muçulmanos. Na verdade, ao fim do século XIX, a esmagadora maioria dos Estados da África Ocidental representava seus heróis fundadores como descendentes de Maomé ou de seus generais e parentes.

Ifé provavelmente foi o centro de onde se difundiu um conjunto complexo de instituições políticas, em uma data ignorada,

certamente anterior ao século XII, quando essas inovações teriam alcançado o reino do Benim. Os primeiros relatos europeus, no século XV, davam conta que a cidade tinha uma espécie de supremacia religiosa – o *oni* (ou rei) de Ifé foi considerado pelas fontes portuguesas como equivalente ao papa católico.

Todos os reis iorubanos, por exemplo, tinham de ser confirmados pelo oni. Acreditava-se que o *adé*, coroa do *obá* (rei) do Benim, tinha vindo de lá e, até o fim do século XIX, quando morria o rei do Benim, seus restos eram levados a Ifé para ali serem enterrados. Contudo, já no século XV, Ifé não exercia nenhum controle direto sobre os outros reinos. Provavelmente, o sistema de poder instalado ali se disseminou por todo o Iorubo, mas as diversas regiões foram gradualmente desenvolvendo suas próprias instituições baseadas nas de Ifé e conquistando uma autonomia de fato.

> Todas as dinastias iorubanas representavam seus antepassados fundadores como filhos ou netos de Odudua. No entanto, com o fortalecimento de outras cidades iorubanas no século XVI, como *Oyó*, *Ilesha* e *Ijebu*, surgiram outras tradições que afirmam que o oni de Ifé não era descendente de Odudua, mas de seu escravo. Dessa forma, contestavam a supremacia de Ifé, ressaltando a sua própria importância.

A introdução do islamismo nessa região apenas reforçou a tendência de entretecer religião e legitimidade política. Entre os haussa, a formação do Estado parece ter ocorrido lentamente, ao longo de séculos de centralização crescente, que reaproveitava inovações de seus vizinhos a leste, no *Mali*, e a oeste, em *Kanem* e *Bornu*. Entretanto, o herói fundador das dinastias de sete reinos é retratado como filho do rei de Bagdá.

A nova religião começara a penetrar por ali com os pastores fula a partir do século XI, mas foi apenas no século XV que ela se

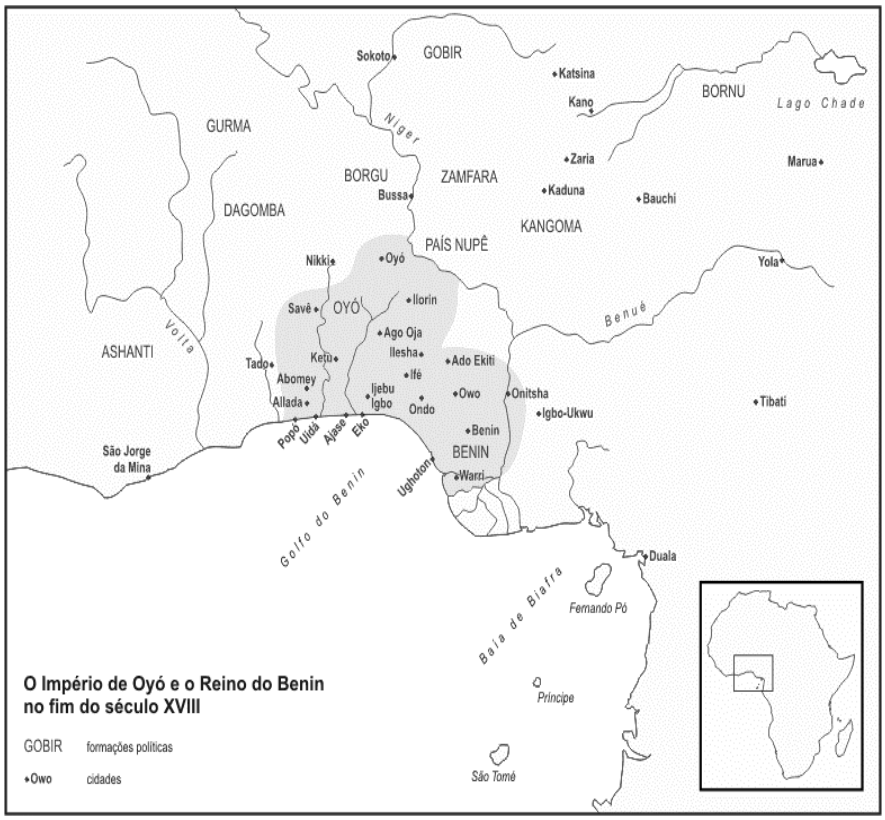
tornou dominante, com a chegada de grupos originários do império do Mali, que conseguiram dominar os Estados já existentes.

A legitimidade desses novos governantes baseava-se no recurso às duas tradições religiosas, a islâmica e a local. Isso porque a maior parte da população do país haussa não abandonou suas antigas crenças e resistiu, inclusive de armas nas mãos, aos novos reis muçulmanos. Apenas quando os cultos locais passaram a ser reconhecidos pela nova realeza, a situação se estabilizou.

Tópico 4 - **Escravidão, tráfico e poderio político-militar**

O impacto do tráfico transaariano de escravos e do estabelecimento da escravidão mercantil na savana chegou por volta do século XV ao baixo curso do rio Níger. Como as antigas zonas de captura no norte estavam devastadas, a ameaça de ataques de bandos armados a vilas e cidades cresceu no Iorubo. Essa situação de insegurança favoreceu a centralização política.

Na encruzilhada entre o território ocupado pelos yoruba, pelos nupe e pelos *bariba* do reino do *Borgu*, a cidade de Oyó cresceu como entreposto para os produtos que vinham das florestas ao sul para serem embarcados no Níger.



Mapa 3.2 – O Império de Oyó e o Reino do Benin

A tradição atribui a *Xangô*, bisneto de Odudua e filho de uma princesa nupe, as instituições e os **emblemas** da realeza, assim como a introdução de novas técnicas militares baseadas no poder dos arqueiros, que permitiram à cidade manter os vizinhos mais poderosos a distância e dominar os mais vulneráveis.

Ao longo do século XVI, outra inovação militar transformaria a cidade na capital de um império: a introdução do cavalo. Com o uso da cavalaria, Oyó passou a exigir tributos de praticamente todo o Iorubo e ainda dos pequenos reinos do Daomé, *Allada* (ou Ardra) e *Uidah* (ou Ajudá).

A economia do império de Oyó rapidamente passou a girar em torno do tráfico de escravos em troca, principalmente, de cavalos e armas. A meio caminho entre o oceano e o Níger, os mercadores podiam escolher se levariam os inimigos capturados ao litoral, para serem negociados em *Ajase* ou *Eko* (a cidade chamada atualmente de Lagos), ou se os venderiam a mercadores nupe ou haussa, intermediários do tráfico através do Saara.

Vivendo da escravização, os grupos dominantes de Oyó passaram a adotar cada vez mais maciçamente o trabalho escravo para a produção de alimentos para a corte, assim como para compor os exércitos reais. Embora não possamos falar de escravidão mercantil propriamente dita, uma forma associada – o uso de escravos como força militar e burocracia palaciana – era bastante evidente.

> O Benim havia-se ligado mais diretamente ao comércio com os europeus. A partir do final do século XV, dali começou a embarcar pimenta e escravos em troca de manilhas de ferro e produtos de luxo trazidos nos navios portugueses. O obá foi o principal fornecedor de escravos para os primeiros colonos da ilha de São Tomé, situada mais ao sul. Esse comércio foi a base de uma importante expansão militar, que fez com que o Benim pudesse enfrentar Oyó e barrar suas conquistas a leste.

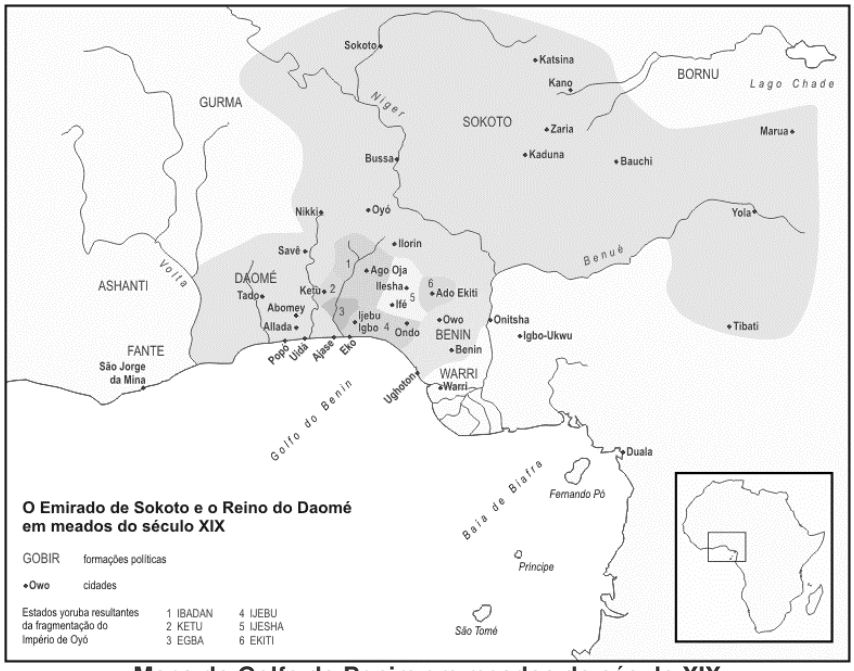
Mas, a partir da metade do século XVI, o Benim se retirou do tráfico de escravos com os portugueses. Portugal já não se interessava pela pimenta africana e o Benim, situado na floresta, onde a cavalaria não era uma vantagem militar, não conseguia produzir

escravos na proporção que o sistema escravista do Atlântico ia começando a tomar.

O tráfico se deslocou então para o oeste, onde prontamente deu impulso ao fortalecimento dos reinos de Allada, Daomé e Uidah. Logo, o poder de Allada atraiu a cobiça de Oyó, que devastou o reino no começo do século XVII. Aos poucos, o Daomé, com capital na cidade de *Abomey*, foi crescendo em força e território, até anexar Allada e Uidah. Em 1730, Oyó novamente enviou seus exércitos ao Daomé, que teve de passar a pagar um tributo anual.

Todos esses desenvolvimentos bélicos alimentavam continuamente o tráfico transatlântico de escravos; e não surpreende o fato de o período entre o fim do século XVII e o fim do século XVIII ter sido aquele em que um grande contingente de falantes de gbe (aja, ewe, fon) desembarcou como escravos na Bahia – conformando o que aqui seria chamado de "nação jeje".

Tópico 5 - **O início do século XIX no golfo do Benim**



Mapa do Golfo do Benim em meados do século XIX

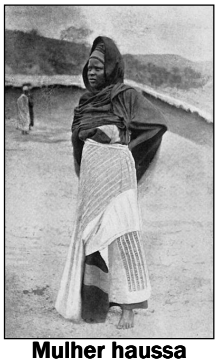
O século XIX foi um tempo de grandes revoluções em toda a região. Durante o século XVIII, a importância da escravidão nas estruturas do império de Oyó só fez crescer. Ao mesmo tempo, muitas pessoas, principalmente os mais pobres e os escravos, convertiam-se ao islamismo. Quanto mais a captura de escravos transformava-se em riqueza, mais fortes ficavam os chefes militares de Oyó, e o *alafin* (senhor do palácio) tinha cada vez mais dificuldade em controlá-los.

Em 1796, o comandante-em-chefe dos exércitos provinciais do reino, *Afonjá*, quis substituir o rei que tinha acabado de morrer, mas foi rejeitado pela aristocracia do palácio. Afonjá rebelou-se e se estabeleceu em *Ilorin*, e passou a atacar as cidades e vilas que haviam permanecido leais ao novo rei. A luta no coração do império animou os *ologum* (chefes de guerra) das várias cidades yoruba.

No início do século XIX, começaram a ser frequentes conflitos longos e sangrentos entre diversas cidades que, em teoria, estavam submetidas à autoridade de Oyó. Esse estado permanente de guerra

civil abasteceu o tráfico atlântico de escravos – e os recursos obtidos com a venda de cativos aumentaram, por sua vez, ainda mais o poder das províncias litorâneas.

O Daomé aproveitou a oportunidade e passou a se expandir na periferia do que tinha sido o império e a fornecer a carga humana de centenas de navios ancorados em Uidah. Outros portos, como Ajase, *Porto Novo*, *Badagri*, *Popó Grande* e *Popó Pequeno*, também funcionavam como escoadouros para o tráfico.


Mulher haussa
Séc XX

Outras importantes reviravoltas ocorriam, ao mesmo tempo, nas terras haussa. Um movimento de renovação islâmica angariava cada vez mais adeptos. A maioria era, assim como seu líder, o xeque *Usuman dan Fodio*, de origem fula. Essas comunidades de crentes reclamavam contra o que achavam ser um"relaxamento" religioso no governo dos vários Estados haussa: a influência da crença pré-islâmica nos ritos públicos, nas instituições da realeza e na vida cotidiana dos habitantes.

O caráter opressivo dos Estados haussa, profundamente comprometidos com a captura e o tráfico de escravos, fazia com que a palavra dos reformadores islâmicos fosse cada vez mais popular. Em 1804, dan Fodio retirou-se com seus seguidores para um local protegido e decretou uma **jihad** contra os reinos haussa.

Homem haussa
Séc XX

Essa atitude representou uma verdadeira revolução no pensamento islâmico, pois foi a primeira vez que uma jihad foi decretada contra outros muçulmanos. Em menos de cinco anos, o movimento reformador havia consolidado seu poder sobre um vasto território, unificado politicamente no quadro do *Emirado de Sokoto*. O novo

regime, entretanto, logo se revelou tão tirânico quanto os anteriores. Não só os prisioneiros de guerra eram negociados com os nupe mais ao sul, como os exércitos de Sokoto organizavam ataques anuais aos seus vizinhos, com o único objetivo de capturar escravos.

A unidade do emirado tinha de ser garantida sob os cascos dos cavalos, mas, no fim das contas, a quantidade de escravos que resultava das expedições punitivas fortalecia ainda mais o poder dos *emires* (ou governadores).

Boa parte dos escravizados no contexto da jihad de Sokoto foi embarcada em direção às Américas. Os baianos ou seus parceiros de negócio levavam vantagem na aquisição de escravos nos portos do golfo do Benim por monopolizarem um dos produtos preferidos pelos vendedores africanos: o fumo de corda do Recôncavo. Por conta disso, muitos haussa vieram parar na Bahia e deram trabalho aos seus senhores, planejando revoltas, como a de 1807. Outros ficaram pelo caminho, adquiridos pelos vários chefes de guerra de Oyó e incorporados à cavalaria que constituía o núcleo do poderio de seus exércitos.

Traficante de escravos yoruba

A cavalaria de Oyó já era composta por um razoável número de escravos; depois da jihad de Sokoto, passou a ser composta por um bom número de muçulmanos. Em 1817, Afonjá tentou tirar proveito dessa situação, incitando uma revolta dos escravos de Oyó. Os que chegavam a Ilorin eram libertados e integrados ao exército rebelde. Muitos traficantes de escravos que enriqueciam ao se aproveitar das oportunidades criadas pelo conflito generalizado também eram muçulmanos. Aos poucos, Ilorin se transformava em uma cidade muçulmana, base de um poderoso exército formado por muçulmanos, mas governada por um devoto dos orixás. O resultado foi que, em 1823 ou 1824, Afonjá foi morto e Ilorin passou a obedecer ao emir de Sokoto.

As campanhas de escravização contra outras cidades do Iorubo se tornaram cada vez mais frequentes e praticamente arrasaram a região. A capital do antigo império acabou por ser abandonada em 1835. Em 1838, a cidade de *Ibadan*, que recebera muitos dos refugiados de Oyó, finalmente conseguiu fazer frente a Ilorin, estabilizando as fronteiras e possibilitando a sobrevivência dos diversos reinos yoruba.

A fragmentação de Oyó e os ataques do Daomé à região oeste do Iorubo, especialmente os reinos de *Ketu* e *Savé*, explicam o espantoso crescimento da proporção de escravos de origem yoruba na Bahia do início do século XIX. Aqui, eles buscariam formar grandes alianças e redes de solidariedade, formando a chamada "nação nagô", e terminariam por impor uma espécie de hegemonia cultural sobre o conjunto dos africanos na Bahia durante o século XIX. Os nagôs muçulmanos, chamados de "malês", protagonizariam a última grande **revolta escrava** do chamado ciclo baiano, em 1835.

O declínio do tráfico atlântico de escravos encontrou a região do golfo do Benim às voltas com esses conflitos sangrentos. A partir de 1830, a Inglaterra, a partir de bases litorâneas na **Serra Leoa**, passou a se opor, por meios diplomáticos e militares, ao comércio de escravos.

Os Estados que permaneceram inteiros até a metade do século XIX passaram a se dedicar ao "comércio legítimo", ou seja, à exportação de outras mercadorias, principalmente matérias-primas e insumos para as indústrias europeias, que estavam em plena expansão. O reino do Daomé, por exemplo, passou a cultivar o dendê, utilizado como lubrificante para as máquinas da indústria europeia.

As aristocracias guerreiras continuaram "produzindo" escravos – só que, em vez de serem vendidos para as Américas, eram colocados a trabalhar nas fazendas para produzir mercadorias para a exportação.

Em outras palavras, o fim do tráfico de escravos trouxe como consequência para o Golfo do Benim a implantação de um sistema de escravidão mercantil, que sobreviveria até o início do século XX.

Leitura básica

FARIAS, Paulo Fernando de Moraes. "Enquanto isso, do outro lado do mar... os Arokin e a identidade iorubá". *Afro-Ásia*. 17 (1996). pp. 139-155. Disponível em <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n17_p139.pdf>.

Para saber mais

ALENCASTRO, Luís Felipe de. "Africanos, os 'escravos de Guiné'". In: *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. pp. 44-76.

DEVISSE, J.. "Comercio y rutas comerciales en el Africa occidental". In: EL FASI, M. (dir.). *Africa entre los siglos VII e XI*. Madrid: Tecnos, 1985. (Historia General de Africa: III). pp. 379-445.

LOVEJOY, Paul. "Jihad e escravidão: as origens dos escravos muçulmanos na Bahia". *Topoi*. 1 (2002). pp. 11-44. [ver artigo] <http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/topoi1a1.pdf>.

REIS, João José. "Notas sobre a escravidão na África pré-colonial". *Estudos Afro-Asiáticos*. 14 (1987). pp. 5-21.

REIS, João José. "Os filhos de Alá na Bahia". In: *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835*. Ed. rev. ampl.. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. pp. 158-214.

RYDER, A. F. C.. "Desde Volta a Camerún". In: NIANE, D. T. (dir.). *Africa entre los siglos XII y XVI*. Madrid: Tecnos, 1985. (Historia General de Africa: IV). pp. 355-387.

SILVA, Alberto da Costa e. "Ifé"; "Benim" e “Os reinos do Iorubo”. In: *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. pp. 449-466; 529-548 e 549-570.

SILVA, Alberto da Costa e. "O Benim e o delta do Níger" e "Do Níger à Costa dos Escravos". In: *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. pp. 309-358 e 525-562.

SILVA, Alberto da Costa e. *Francisco Felix de Souza, mercador de escravos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: EdUERJ, 2004.

SOUMONNI, Elisée. *Daomé e o mundo atlântico*. Amsterdam: SEPHIS, Rio de Janeiro: CEAA, 2001.

Enquanto isso, na sala de aula

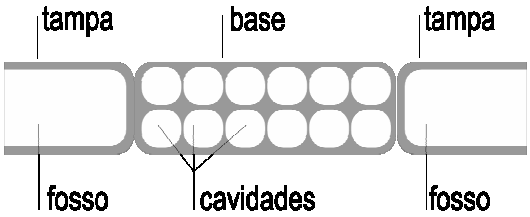
Matemática: os jogos da família mancala

Mancala, do árabe *naqaala* (“mover”), é o nome geralmente dado a uma família muito extensa de jogos, também conhecidos como jogos de semeadura e colheita. Nesses jogos, em que, geralmente, opõem-se dois jogadores, as peças são sementes (algumas vezes, substituídas por pedras ou contas) e o tabuleiro é formado por duas ou quatro fileiras de seis a dez cavidades (podendo ser esculpido em madeira ou mesmo escavado no chão) e, às vezes, por duas cavidades grandes, chamadas de “poços”, onde são armazenadas as sementes capturadas pelos jogadores. Cada jogada consiste em uma “semeadura”, ou seja, o jogador recolhe todas as sementes de uma determinada cavidade e, em seguida, as deposita, uma a uma, nas cavidades subsequentes. O desenlace de algumas jogadas dá ao jogador o direito de “colher” todas as sementes de uma dada cavidade e depositá-las em seu poço. O objetivo, na maior parte desses jogos, é capturar um número de sementes maior do que o adversário capturou.

Os jogos de mancala surgiram, provavelmente, na Etiópia há cerca de 1300 anos e, daí, espalharam-se por toda a África e pelo sul da Ásia. Há registros da existência de jogos dessa família nas Américas desde o século XIX. Na Bahia, o antropólogo Manuel Querino reportou, em 1916, a existência do *ayo*, um jogo de semeadura muito comum no Iorubo, na Nigéria. Trata-se de jogos que estimulam a contagem, a capacidade de estimativa e a aritmética, sendo considerados, por alguns autores, como mais complexos que o xadrez, uma vez que várias peças são movidas ao mesmo tempo em cada jogada, modificando constantemente a configuração do tabuleiro.

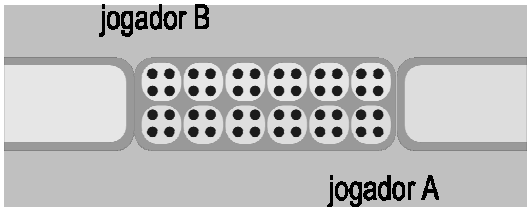
Vamos explicar aqui uma das formas mais simples de jogar. Para cada conjunto, você vai precisar de 48 grãos de feijão, ou outra semente suficientemente grande para ser manipulada,

e uma caixa de uma dúzia de ovos. Separe a tampa da base, corte a tampa em duas e cole cada metade em cada extremidade lateral, de modo a obter um resultado como no quadro 3.1.

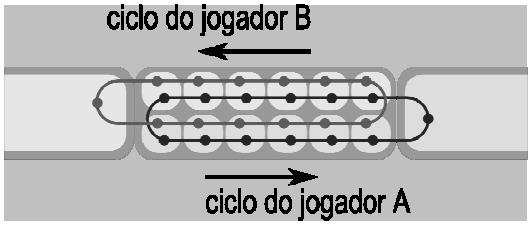


Quadro 3.1 - mancala01.png

Em cada cavidade são colocadas inicialmente quatro sementes. Cada jogador pode manipular apenas as sementes que estão do seu lado do tabuleiro, correspondendo às seis cavidades à sua frente, como mostra o quadro 3.2. As peças movidas são semeadas em sentido horário, em um ciclo que inclui todas as cavidades (inclusive as do lado do adversário) e ainda o próprio poço (mas não o do adversário). Assim, cada jogador move as peças em um ciclo ligeiramente diferente, como indicado no quadro 3.3.

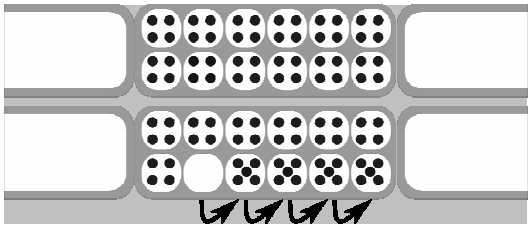


Quadro 3.2 – mancala02.png

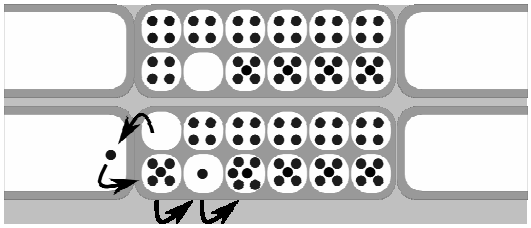


Quadro 3.3 – mancala03.png

As sementes podem ir para o poço através do movimento normal ou como resultado de capturas, e, uma vez lá, não podem mais ser manipuladas. Cada jogada corresponde a uma semeadura: o jogador escolhe uma das cavidades de seu lado do tabuleiro, recolhe todas as sementes ali depositadas e as semeia, uma a uma, nas cavidades seguintes, passando pelo seu poço, e continuando do lado adversário, se necessário. Os quadros 3.4 e 3.5 simulam a primeira jogada de cada jogador no início de uma partida.

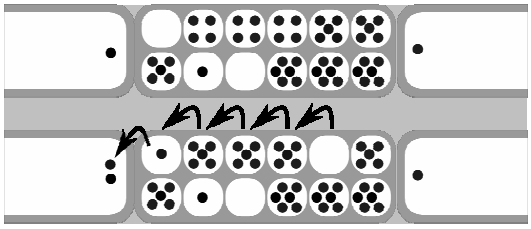


Quadro 3.4 – mancala04.png



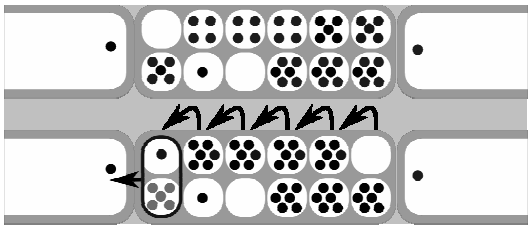
Quadro 3.5 – mancala05.png

Há dois movimentos especiais. Se, numa dada jogada, a última semente for semeada no poço, o jogador deve fazer uma nova jogada, como é o caso do quadro 3.6. Se, nessa nova jogada, a última semente for novamente semeada no poço, o jogador deve fazer outra jogada ainda, e assim sucessivamente.



Quadro 3.6 – mancala06.png

Se, numa dada jogada, a última semente for semeada em uma cavidade vazia de seu próprio lado do tabuleiro, essa semente deverá ser depositada no poço, junto com todas as sementes da cavidade oposta, que são capturadas, como demonstra o quadro 3.7.



Quadro 3.7 – mancala07.png

O jogo termina quando, em sua vez de jogar, um dos jogadores não puder mais fazer a jogada, por não haver sementes nas cavidades de seu lado do tabuleiro. As sementes do lado oposto são então depositadas no poço do oponente. Ganha a partida quem tiver acumulado mais sementes em seu poço. Como quem inicia a partida tem uma vantagem, em geral, é jogada uma série de duas, três ou quatro partidas para determinar o vencedor.

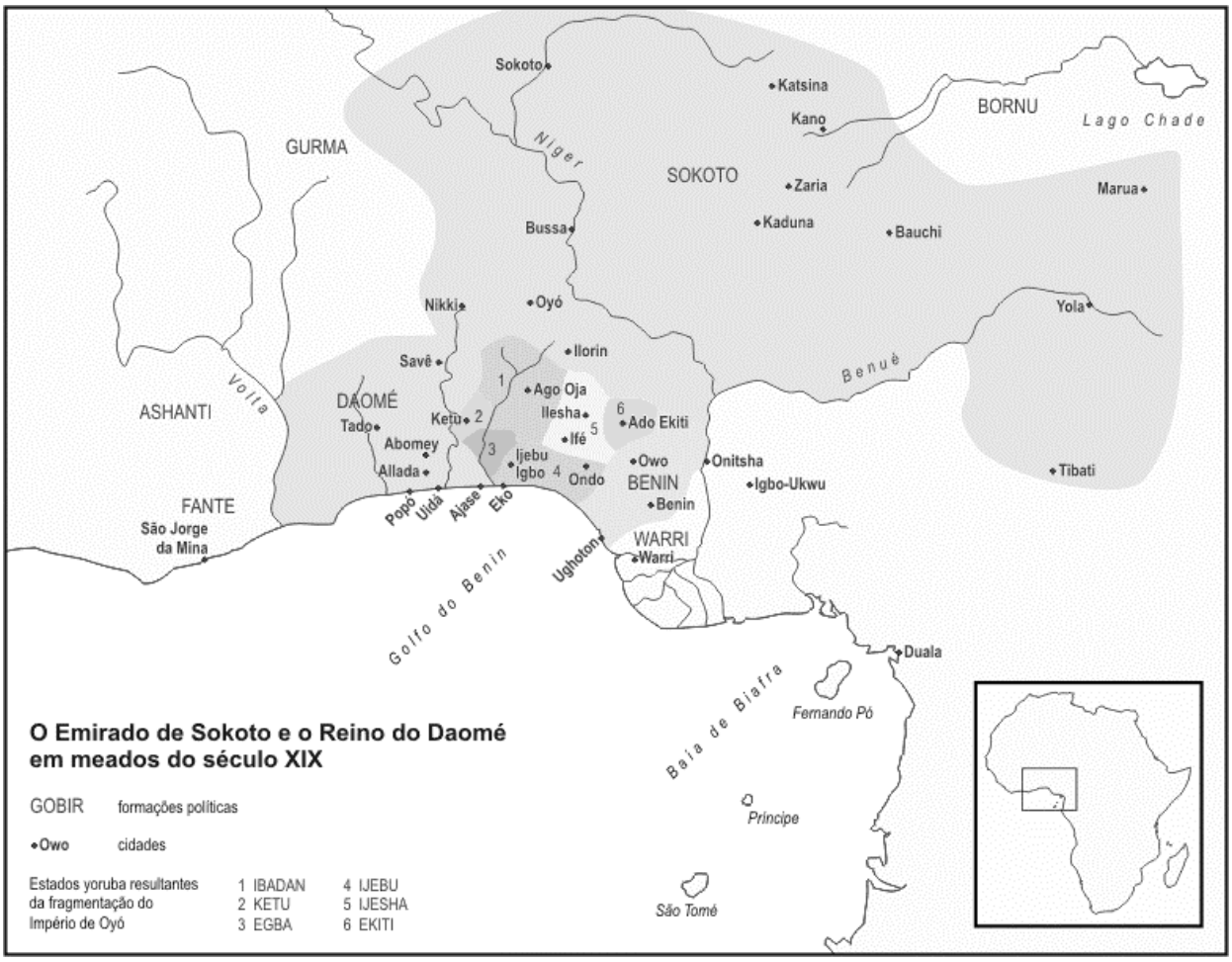
Língua portuguesa / História: os *dieli* (*griots*) da África Ocidental

Uma das características sociais que mais chama a atenção na África Ocidental é a existência dos *griots*, ou *dielis*. Em linhas gerais, os griots são profissionais da memória. São especializados em aprender, guardar e transmitir as tradições orais: alguns griots especializam-se na performance de instrumentos musicais, outros, em narrativas edificantes, outros, na história antiga da região, e outros ainda dedicam-se a aprender as genealogias das famílias importantes, as relações de aliança e parentesco entre elas e os grandes feitos de seus antepassados. Em batizados, casamentos e funerais de membros das famílias importantes, os griots acorrem e alternam-se a cantar as músicas e contar as histórias relacionadas a essa família; em troca, esperam ser abundantemente recompensados, com comida e presentes. Deixar de recompensar apropriadamente um griot por seus serviços pode ser uma enorme dor de cabeça para as famílias ilustres: a próxima vez que ele encontrar um de seus membros na feira ou na entrada da mesquita, por exemplo, pode ser que se ponha a recitar solenemente algum evento familiar que seria melhor esquecer ou algum feito vergonhoso de um de seus antepassados...

Experimente apresentar à turma os griots. Em seguida, solicite que cada aluna ou aluno entreviste pelo menos um dos membros mais velhos de sua família. Para isso, monte em sala, em conjunto com a turma, um roteiro de entrevista, enfatizando a trajetória familiar, eventuais migrações, casamentos e alianças, “causos” ocorridos com bisavós ou tataravós... A partir dessa entrevista, cada estudante deve ser convidado a preparar uma narrativa (que pode se concentrar sobre um dos “causos” contados, ou combinar vários, ou ainda reproduzir algum conto dos tempos antigos lembrado pelos mais velhos, desde que o resultado fique interessante – lembre a cada estudante que a finalidade dessa narrativa é entreter a turma

toda!). Você pode escolher algumas das histórias para serem apresentadas em sala, ou criar um horário alternativo de socialização delas. Para descontrair, experimente você mesmo preparar uma narrativa desse tipo. Aproveite para discutir a importância da tradição oral e do conhecimento dos mais velhos para a construção da história.

Material de apoio



Mapa 3.3 – O emirado de Sokoto e o Reino do Daomé em meados do século XIX

Cronologia: Golfo do Benim pré-colonial

c. 3.500 a.C. a 1000 a.C.	difusão da agricultura e da urbanização na África Ocidental
	populações vão se retirando do Saara, em processo de desertificação, e migrando lentamente, ao longo de inumeráveis etapas, para o sul
c. 2000 a.C.	fixação das faixas de vegetação em limites próximos aos atuais na África Ocidental
c. séc. VIII a.C. (?) a séc. IV d.C.	difusão da metalurgia do ferro a partir da confluência entre o Níger e o Benué
	formação de redes de comércio de longa distância entre os diversos ambientes naturais, aproveitando os rios Níger, Benué, Volta e Senegal, assim como os estuários e lagos costeiros
séc. III	introdução do camelo no Saara possibilita o comércio transaariano desenvolvimento de Estados e cidades-Estado comerciais no Sael e ao longo do rio Níger (Gana, Djenné, Timbuctu, Gaô, Tadmeka, Takkeda)
séc. VII	conquista islâmica do norte da África
séc. VII a XII	infiltração do Islamismo através do comércio na margem sul do Saara
	criação de uma série de Estados baseados no comércio transaariano (Songhay, Tacrur, Mali)
	surgimento e consolidação de um tráfico de escravos através do Saara em direção ao mundo islâmico e, em menor grau, à Europa cristã
c. séc. XI (?)	introdução do islamismo entre os haussa
c. séc. XII a XIII (?)	auge do prestígio de Ifé, difusão das instituições da realeza personificada por Odudua por todo o Iorubo, chegando até o Benim
c. séc. XIII	fundação de Oyó a partir de tradições políticas bariba, nupe e yoruba
séc. XIII a XV	expansão militar de Estados comerciais dá origem aos "impérios" da África Ocidental (Mali, Songhay)
	a escravidão começa a ser utilizada na África Ocidental para a produção de mercadorias
séc. XIV	portugueses navegam na costa ocidental africana e estabelecem-se nas ilhas atlânticas
	início de um pequeno comércio marítimo de escravos em direção à Europa
1470	início da ocupação portuguesa em São Tomé
1482	construção da fortaleza de São Jorge da Mina, para a troca de escravos adquiridos na região do rio Senegal (Alta Guiné), e mais tarde, no Benim, por ouro extraído das minas akan
1485	início das relações de Portugal com o reino do Benim; pimenta e escravos são trocados por manilhas de ferro e artigos de luxo
séc. XVI	imposição de dinastias muçulmanas vindas do Mali sobre os Estados haussa
	surgimento de uma escrita haussa em caracteres árabes
	auge do poder militar e da extensão territorial do Benim
	Oyó sob domínio nupe; introdução da cavalaria
	início do tráfico de escravos para as Américas
c. 1550	fundação de Allada, provavelmente a partir de uma dinastia de Tado

c. 1580	fundação de Uidah por integrantes da aristocracia de Allada
c. 1600	fundação do Daomé por integrantes da aristocracia de Allada
séc. XVII	expansão de Oyó sobre o restante do Iorubo
	Oyó torna-se o maior produtor, traficante e utilizador de escravos no golfo do Benim
1698	Oyó devasta o reino de Allada
1724	o Daomé incorpora Allada
1727	o Daomé incorpora Uidá
1730	o Daomé é vencido por Oyó e passa a pagar tributos, embora conservando a independência
1796	revolta de Afonjá em Ilorin, início da desagregação do império de Oyó
1804	Usuman dan Fodio decreta a jihad contra outros muçulmanos, considerados pouco ortodoxos, no território haussa
1807	proibição do tráfico de escravos em embarcações britânicas
1809	constituição do emirado de Sokoto
c. 1810 a c. 1830	conflitos entre províncias iorubanas nominalmente dependentes de Oyó ressalta a fragilidade do alafin e o poder dos chefes militares
1817	revolta dos escravos de Oyó incitada por Afonjá
1817 a 1838	ataques dos exércitos de Ilorin às diversas cidades do Iorubo com o objetivo de promover a captura de escravos deixam um rastro de desolação
	chefes de guerra yoruba tem seu poder cada vez mais restrito; captura de escravos é a única forma de repor as baixas militares e obter a subsistência dos pequenos grupos guerreiros
1823 ou 1824	muçulmanos de origem haussa, bornu e nupe aproveitam-se da neutralidade dos muçulmanos yoruba para depor Afonjá e integrar Ilorin à órbita do emirado de Sokoto
c. 1830 a c. 1870	intensa mobilização inglesa, diplomática e militar, em prol da abolição do tráfico de escravos
	aumento da utilização comercial de escravos na África Ocidental para a produção de mercadorias destinadas ao "comércio legítimo" com a Europa e as Américas
1833 a 1838	abolição formal da escravidão nas colônias britânicas
1835	abandono de Oyó Ilê (Velha Oyó)
1837	fundação de Ago Oja (Nova Oyó), mais ao sul, no limite norte da floresta, sob a proteção de Ibadan, onde se agrupam muitos dos refugiados da Velha Oyó
1838	Ibadan detém os exércitos de Ilorin
c. = circa (cerca de, por volta de) (?) = data incerta a.C. = antes de Cristo d.C. = depois de Cristo as datas não explicitamente marcadas são d.C.	

Unidade IV

CONQUISTA EUROPÉIA E RESPOSTAS AFRICANAS

Nas unidades anteriores, estudamos alguns aspectos da história pré-colonial das regiões do Congo-Angola e do Golfo do Benim e pudemos perceber de que maneira os quatro séculos de tráfico transatlântico de escravos repercutiram sobre a organização social e política de alguns povos e Estados nessas áreas. A partir de agora, veremos como o fim do tráfico foi seguido pela conquista militar europeia e pela implantação do domínio colonial, justificado pelos estereótipos e preconceitos sobre a África e os africanos que analisamos na primeira unidade. Veremos também as primeiras respostas africanas à ameaça europeia e ao racismo, e o papel da diáspora africana nesse processo.

Tópico 1 – Contextualizando: o fim do tráfico de escravos e o comércio "legítimo"
Tópico 2 – A partilha improvável
Tópico 3 – As razões da derrota africana
Tópico 4 – Antirracismo e resistência

Ao concluir seu estudo, esperamos que você tenha condições de:

- analisar os fatores, externos e internos, que permitiram a alguns países europeus conquistar militarmente a quase totalidade do continente africano;
- perceber as diferenças, em relação à colonização, das classes dirigentes dos grandes Estados, por um lado, e da maioria camponesa submetida a essas "aristocracias" ou que não se organizava em Estados, por outro;
- reconhecer o caráter global do racismo, e a importância das representações sobre a África para sua superação;
- identificar o contexto e o conteúdo das primeiras respostas africanas à dominação colonial e ao racismo, culminando na formação do pan-africanismo.

Tópico 1 - **Contextualizando: o fim do tráfico de escravos e o comércio "legítimo"**

O tráfico de escravos passou a enfrentar uma oposição crescente a partir do início do século XIX. Em termos práticos, foi, sem dúvida, a decisão britânica de suprimir essa atividade, usando a força quando necessário, o principal fator desses desenvolvimentos. Entretanto, é preciso ressaltar que as mudanças ocorridas em terras africanas em função do fim da exportação de pessoas variaram segundo as condições políticas e sociais locais. Além disso, a própria dinâmica do tráfico foi diferente conforme as regiões, o que explica as variações no calendário da supressão do tráfico.

Na região do Congo-Angola, o estrato social conhecido como *luso-africano* (formado por extensas famílias descendentes de colonos portugueses e de grupos dominantes locais) controlava o negócio de escravos, desde a compra nas feiras do interior, na região do lago **Malebo**, na Matamba, no Kasanje ou nos planaltos umbundu, até o embarque nos navios. Seus interesses mercantis estavam profundamente ligados aos dos grandes comerciantes transatlânticos, baseados principalmente no Rio de Janeiro, mas também em outras praças comerciais nas costas da América portuguesa, como Salvador, Recife ou São Luís.

A independência do Brasil em 1822 fez com que esse intenso intercâmbio comercial deixasse de beneficiar a coroa portuguesa, que, com o apoio diplomático da Inglaterra, tentou, por diversas vezes, impedir a continuidade do tráfico de escravos para os engenhos, minas e cafezais brasileiros. No entanto, tanto as autoridades imperiais brasileiras quanto os governadores enviados por Portugal a Angola toleravam amplamente o tráfico, que atingiu seus maiores números perto da metade do século XIX. A partir de 1850, sob os olhos cada vez mais atentos da marinha britânica, o comércio de escravos para o Brasil, tornado

ilegal pelo Senado do Império, começa a diminuir até ser extinto por volta de 1870 [ver **tráfico de escravos, Atlântico**].

Os luso-africanos passaram, então, a utilizar os escravos a que continuavam tendo acesso em grandes plantações de mercadorias para o mercado europeu, como o algodão e o café. Alguns grupos africanos, mais para o interior, passaram a se especializar na coleta de itens cujos preços internacionais estavam em constante ascensão: o marfim e a borracha. A exportação desses itens continuou nas mãos dos luso-africanos até o estabelecimento, no começo do século XX, de uma nova política de colonização pela recém-instaurada república portuguesa.

Na região do golfo do Benim, a presença de uma multiplicidade de atores europeus e africanos tornou o processo de supressão do tráfico mais complexo e demorado. De todo modo, a Inglaterra buscou firmar tratados e convenções internacionais com os principais países compradores, os quais limitavam ao máximo a atividade, impondo proibições e procedimentos burocráticos de controle. Com o passar do século, a escravidão foi formalmente abolida em toda a América, em parte por pressão britânica, mas, principalmente, por desenvolvimentos locais. Os retardatários desse processo foram Estados Unidos (1865), Cuba (1886) e Brasil (1888). Assim, na África Ocidental, o maior volume do tráfico foi atingido nas primeiras décadas do século XIX para, em seguida, começar a declinar. O contrabando de escravos para o Brasil, em quantidades cada vez menores, tornou-se um negócio arriscado, embora muito lucrativo. Essa atividade, que contava com a tolerância e, mesmo, com a colaboração de funcionários imperiais brasileiros, fez a fortuna de muitos baianos, principais operadores do tráfico ilegal.

Em grande medida, os grupos dominantes africanos conseguiram, apesar de certa instabilidade, fazer a transição da exportação de escravos para o comércio que os europeus agora viam como "legítimo", basicamente em produtos naturais. Marfim, borracha, ceras vegetais ou de abelha, cacau, tinturas, matérias-primas para

cosméticos e óleos lubrificantes, como o dendê, passaram a compor a pauta de exportações dos mercadores africanos. Grandes plantações passaram a absorver os escravos que continuavam chegando dos conflitos armados no interior ou das **jihads** que, seguindo o exemplo de Sokoto, se voltavam contra muçulmanos considerados pouco ortodoxos. De toda forma, ao longo do século XIX, os ingleses passaram a ter uma presença muito marcante nessa região, tanto diplomática e militar (impondo o fim do tráfico aos Estados africanos através de tratados ou da força) quanto administrativa (na colônia de Serra Leoa, para onde transferiam escravos libertos de suas colônias no Caribe e os escravos confiscados aos traficantes "ilegais").

A costa do Índico seria o local em que o tráfico sobreviveria por mais tempo [ver **tráfico de escravos, Índico**]. De fato, desde o século VIII, uma rota oceânica de comércio tinha uma de suas extremidades nas cidades portuárias da África Oriental e outra, nos portos da Arábia, Pérsia e, principalmente, Índia. As cidades costeiras desenvolveram uma síntese cultural conhecida como *swahili*, que incorporava diversos aspectos do mundo islâmico (da religião às estruturas políticas e econômicas). Com o passar do tempo, o escravo foi-se tornando um dos principais produtos comercializados ao longo dessas rotas. A partir do fim do século XVIII, ampliaram-se as zonas do interior integradas na órbita comercial e política swahili, e grandes comerciantes privados construíram verdadeiros impérios, baseados na captura e na venda de escravos. Esses processos fizeram com que o apogeu do tráfico de escravos nessa região ocorresse apenas nas décadas finais do século XIX. Apenas com o início da colonização efetiva da África, a partir de 1890, essas redes de comércio seriam finalmente desmanteladas.

Se, por todo o continente, o fim da escravidão retirou às principais estruturas estatais de poder seu sustentáculo econômico, não significou, por outro lado, o colapso da autoridade dos grupos

dominantes africanos. O século XIX assistiu à segunda revolução industrial na Europa, e a África se consolidou enquanto importante fornecedor de matérias-primas e insumos, como a borracha e o dendê, usado como lubrificante, e, ainda, de itens de consumo conspícuo para a nova burguesia europeia, como o marfim, o cacau e o café. Esse processo representou um reforço no poder dos mercadores africanos (que, em alguns lugares, se integraram às elites militares e religiosas, e, em outros, as substituíram). Ao mesmo tempo, desviou o sentido das relações comerciais africanas, que até então se davam preferencialmente com as Américas, para os mercados da Europa.

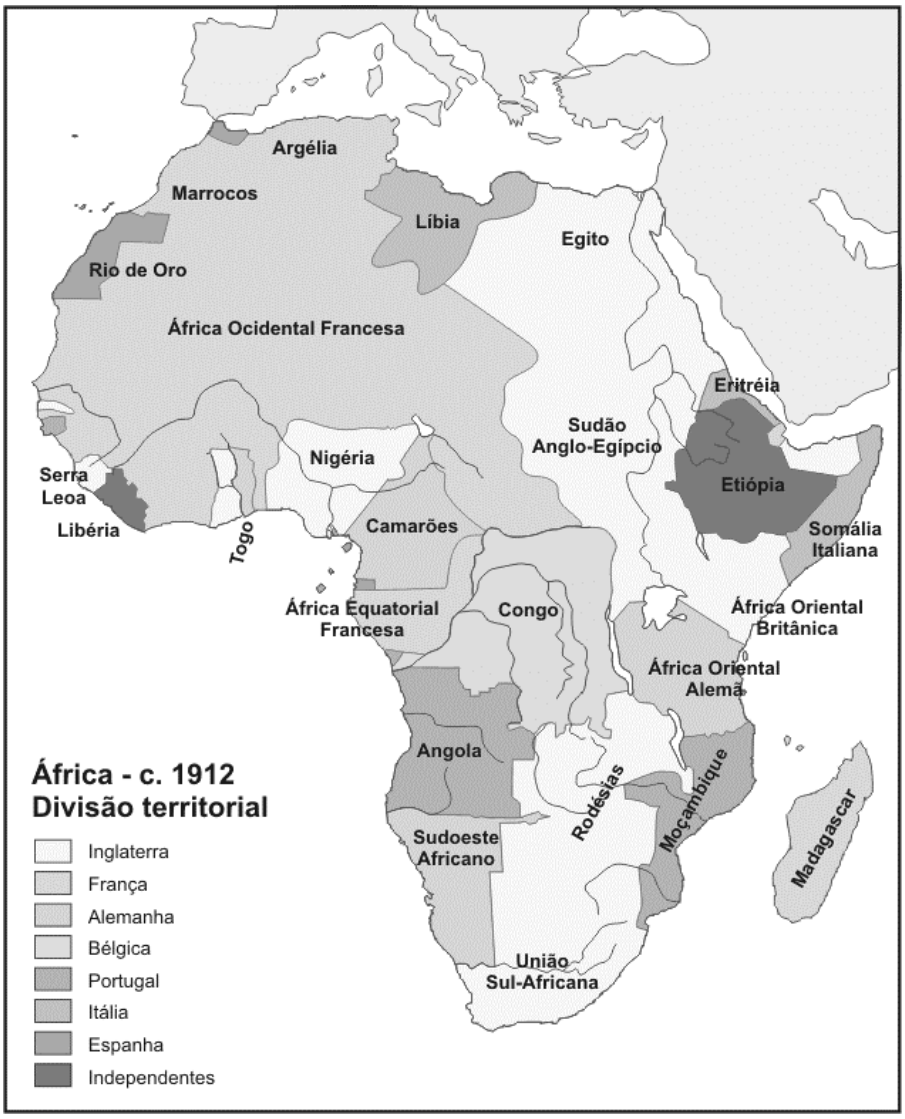
Em termos de soberania, entretanto, a penetração europeia no continente africano até a década de 1870 era irrisória. Havia uma séria tentativa de colonização francesa na Argélia, e uma forte presença de luso-africanos (formalmente sob jurisdição portuguesa, mas com grande autonomia local) em Angola, em Moçambique e nas ilhas de Cabo Verde e de São Tomé. No extremo sul, descendentes de holandeses, os *boers* (ou bôeres) ou *afrikanders* (ou africânderes), disputavam espaço com novos colonos ingleses. No litoral da **Libéria**, escravos libertos nos Estados Unidos buscavam fundar uma nova nação, baseada nas concepções de raça e pautada pela crença no cristianismo e na língua inglesa como impulsos civilizatórios. **Serra Leoa** era, certamente, a mais forte presença de um governo europeu na África ao sul do Saara.

Havia, é claro, fortes interesses comerciais e estratégicos europeus investidos em algumas regiões, como o Egito, o Cabo da Boa Esperança e as principais regiões produtoras de matérias-primas e insumos. França e Inglaterra, principalmente, haviam derrotado militarmente e anexado certas cidades portuárias que se contrapunham aos seus desígnios. Missões religiosas, católicas e protestantes, se espalhavam pelo interior no rastro dos exploradores e chegavam a estabelecer verdadeiras jurisdições autônomas ou uma influência muito pronunciada sobre determinados governantes.]

Mas, na absoluta maioria dos casos, os interesses europeus se contentavam em exercer uma influência apenas indireta sobre os governos africanos com quem lidavam.

Certamente, as consequências de três ou quatro séculos de intensivo tráfico de escravos e escravidão comercial estavam dolorosamente presentes nas sociedades africanas. A escravidão interna, por exemplo, permanecia, e a exploração de imensas massas camponesas era uma dura realidade. Mas, em 1870, a soberania sobre a quase totalidade do continente era indisputável. Além disso, entre os grupos dominantes africanos, especialmente na África Ocidental, havia fortes razões para otimismo: eles estavam, em fins do século XIX, empenhados em uma série de mudanças radicais que iam das formas de governo às práticas religiosas e às identidades, em uma busca por absorver criticamente os desenvolvimentos científicos, técnicos e intelectuais europeus. A partilha e a conquista da África vieram interromper esses processos.

Tópico 2 – **A partilha improvável**



Mapa 4.1 – A África após a partilha

Em vez de ser um acontecimento previsível e inevitável, a partilha da África pelos países europeus surpreendeu a todos os contemporâneos pela rapidez e pela relativa facilidade com que ocorreu. Até cerca de 1880, embora os europeus controlassem portos importantes e alguns poucos territórios na África, quase todo o continente era governado por Estados africanos. Apenas

duas décadas depois, quase toda a África estava sob domínio de sete países europeus, sem que houvesse qualquer confrontação militar entre eles. Isso fez da conquista um dos acontecimentos mais discutidos da história recente da humanidade, embora os historiadores estejam longe de chegar a um consenso.

O processo de partilha parece ter sido desencadeado pelas iniciativas de dois países não muito poderosos na Europa, Portugal e Bélgica. Durante a década de 1870, diversas companhias voltadas para o comércio com distintas regiões da África foram criadas nas principais bolsas de valores da Europa. Ao agrupar capitais, essas companhias ampliavam seu poder de barganha em relação aos comerciantes africanos e podiam, até mesmo, montar pequenos exércitos para quando os argumentos não fossem suficientes. Embora essas fossem, a princípio, iniciativas privadas, essas **companhias de exploração** contavam com forte apoio de seus governos nacionais.

Algumas vezes, a aristocracia europeia reinante estava diretamente envolvida com as companhias de comércio. Era o caso da família real belga, que criara uma *Associação Internacional do Congo* e recrutara exploradores para negociar tratados com autoridades da região do rio **Congo**, que iam da exclusividade comercial à criação de territórios inteiros sob a jurisdição da empresa.

Os interesses belgas chocaram-se com os interesses portugueses na região do antigo reino do Kongo. Nessa época, os europeus já tinham uma vaga noção da amplitude da bacia do rio Congo, e do território que seus cursos d'água permitiam alcançar no interior do continente. A coroa portuguesa apressou-se a reforçar sua presença na região de Angola, estreitando o controle sobre os descendentes de portugueses da colônia e impondo a submissão militar aos Estados africanos mais próximos.

Até então, os interesses ingleses e franceses (as mais importantes economias industriais europeias) haviam-se contentado em ampliar gradualmente sua influência econômica sobre o continente, sem correr o risco e pagar o preço de grandes campanhas militares e de estruturas administrativas permanentes. As iniciativas belgas e portuguesas, assim como o temor de que conflitos entre interesses comerciais na África pudessem levar a enfrentamentos militares na Europa, levaram os principais países europeus à mesa de negociação.

Conferência de Berlim
(Ilustração de Adalbert von Rößler, 1884)

Entre 1884 e 1885, representantes de quinze países europeus definiram, em Berlim, formas de equacionar seus interesses recíprocos em relação à África. Nem é preciso dizer que nenhum país africano foi convidado.

Ao contrário do que muita gente pensa, não foi na **Conferência de Berlim** que se definiram as futuras fronteiras coloniais. Mas alguns territórios foram efetivamente distribuídos durante as

Conferência de Berlim - realizada entre 1884 e 1885, na cidade de Berlim, entre quinze países europeus, onde foram negociados e estabelecidos as ações e os parâmetros para a futura colonização do continente africano.

negociações e foi a partir das resoluções tomadas ali que os governos europeus se convenceram da necessidade de ocupar militarmente as regiões sobre as quais queriam manter sua influência. Entre 1885 e 1902, as fronteiras coloniais foram traçadas na África, em geral sob a sombra das metralhadoras europeias.

Tópico 3 – **As razões da derrota africana**

Como foi possível que, ao longo de tão pouco tempo, um território tão vasto e tão diversificado tenha sido partilhado e conquistado pelos esforços concentrados de sete países da Europa?

Há diversos tipos de interpretação para esse fenômeno, cada um enfatizando um aspecto da partilha. As que chegam mais perto de uma explicação convincente são as teorias econômicas e as político-diplomáticas.

As explicações econômicas afirmam que a partilha da África correspondeu à emergência de uma nova fase do capitalismo, o "imperialismo", na qual os capitais se concentraram nas mãos de pequenos grupos nacionais que precisavam de acesso privilegiado a matérias-primas e mercados consumidores. A ideia de livre-comércio foi abandonada e barreiras alfandegárias protecionistas foram erguidas.

Para que o capital pudesse se expandir, as fronteiras dos Estados nacionais já não eram suficientes. O capital precisava ser exportado e investido, por exemplo, em ferrovias, minas, transporte interoceânico, linhas de telégrafo e grandes plantações, entre outras atividades. Finalmente, a Europa tinha um enorme contingente populacional desempregado, e sua transformação em colonos na África ajudava a minimizar um grave problema social enfrentado pelas economias industriais europeias.

Outras interpretações, de cunho político-diplomático, enfatizam a importância geopolítica do canal de Suez, construído no fim do século XIX, e da rota do Cabo, principal via de acesso da Europa

à Ásia. Segundo essas explicações, as mudanças no balanço de poder na Europa (a unificação da Alemanha e da Itália) levaram a uma política de busca por compensações territoriais por parte de Inglaterra e França na Ásia e na África. Além disso, a demonstração de poder imperial era uma forma de legitimação dos regimes europeus junto à sua própria população, em um contexto altamente nacionalista.

A principal crítica às explicações acima é sua ênfase exclusiva nos acontecimentos europeus, como se nada do que se passasse na África tivesse tido relação com a partilha do continente. De fato, qualquer tentativa de explicação deve procurar responder a três perguntas:

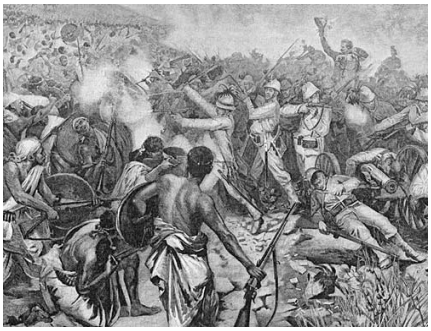
- Por que os países europeus decidiram conquistar militarmente e estabelecer colônias no continente africano naquele momento específico?
- Quais fatores tornaram possível essa conquista?
- Por que as estruturas políticas africanas não conseguiram resistir a essa ameaça?

As explicações centradas na Europa respondem apenas à primeira dessas perguntas. As outras duas questões merecem uma análise um pouco mais detalhada.

Até o início do século XIX, a Europa não conhecia, do continente africano, mais do que o litoral. Ao longo do século, **sociedades de geografia** patrocinadas pelos governos foram fundadas em praticamente todas as capitais europeias. O impulso missionário, baseado nas ideias evolucionistas, levou sacerdotes a lugares onde nenhum europeu tinha ido antes. A chegada de inúmeros exploradores e missionários (que, às vezes, eram a mesma pessoa, como no caso do famoso Dr. Livingstone) fez com que, no fim do século, os europeus soubessem muito mais sobre a África do que os africanos sabiam sobre a Europa.

Ao mesmo tempo, os europeus passaram a ter menos medo do clima e das doenças africanas, especialmente a malária. A descoberta de que o *quinino* podia prevenir o contágio da doença reduziu as taxas de mortalidade dos europeus que desembarcavam no continente, e tornou projetos de imigração possíveis. Finalmente, a segunda revolução industrial e as campanhas militares napoleônicas haviam criado, na Europa, diversas inovações militares.

Os exércitos europeus passaram, ao longo do século XIX, a ser cada vez mais numerosos e disciplinados. A indústria bélica também sofreu uma revolução, com a invenção do fuzil e, já no final do século, da metralhadora. Uma convenção assinada em Bruxelas, em 1890, pelos países europeus, buscava garantir que essas novas e mortais armas não fossem vendidas aos Estados africanos. A logística foi outra área que apresentou grandes avanços, com a incorporação do telégrafo e do transporte ferroviário, que permitiram encurtar, de forma nunca antes vista, o tempo necessário para deslocar tropas numerosas.



Batalha de Adoua, Etiópia, 1896

Juntos, esses três fatores possibilitaram à Europa uma vantagem técnica a que os exércitos africanos, armados, na melhor das hipóteses, com espingardas e mosquetes que tinham de ser recarregados a cada tiro, não podiam fazer frente. Não é por acaso que as duas únicas tentativas de resistência militar bem sucedidas, a da **Etiópia** (que conseguiu manter sua independência, exceto por um breve período de ocupação italiana durante a Segunda Guerra Mundial) e a de *Samori Touré*, que barrou o avanço francês na África Ocidental durante décadas, até ser finalmente derrotado, foram

exclusivamente as que contaram com armamento equivalente ao europeu.

Ainda falta explicar algo sobre as estruturas políticas africanas que foram vencidas, para que possamos entender melhor a rapidez avassaladora com que esse processo ocorreu.

Embora os grupos dominantes africanos vivessem um clima geral de otimismo às vésperas da partilha, as percepções da maioria da população sob seu domínio podiam ser bem diferentes. Em muitos casos, os dirigentes dos Estados africanos eram intensamente odiados por seus súditos.

Como vimos, as ondas de choque provocadas pelo tráfico de escravos haviam criado estruturas políticas baseadas na conquista pelas armas, na exploração intensiva de escravos e de camponeses (que pagavam pesados tributos) e, às vezes, na repressão a práticas religiosas populares.

> Pequenos grupos, muitas vezes vistos como estrangeiros, reivindicavam soberania sobre populações que esperavam apenas uma oportunidade de se livrar deles – oportunidade que surgiu com a chegada dos europeus. Essa situação enfraqueceu a capacidade de resistência da maior parte dos grandes Estados africanos. Muitas vezes, pequenas lideranças locais simplesmente aderiram aos exércitos dos novos invasores para derrotar reis e imperadores que consideravam opressivos.

Boa parte desses Estados estava também, ainda no fim do século, envolvido em guerras contra seus vizinhos. Os países europeus, ao contrário, conseguiram resolver suas querelas por meios diplomáticos entre 1878 e 1914, época em que se desenrolou a maior parte da conquista. A própria Conferência de Berlim demonstra a preocupação dos europeus em evitar conflitos armados entre eles próprios. Outro exemplo é a convenção de Bruxelas, pela qual os países europeus se comprometiam a não vender armas aos africanos, de forma a garantir sua superioridade militar. Todas as tentativas de governantes africanos de jogar uma potência europeia contra a outra falharam,

enquanto a mesma tática usada pelos europeus teve consequências devastadoras.

Finalmente, nos locais onde a distância entre governantes e governados era maior, no fundo, as antigas elites tinham mais interesses em comum com os europeus que com seus próprios súditos.

> A resistência dos grandes Estados africanos não deve ser menosprezada. Mas ela foi de pouca duração e de curto fôlego, pelos motivos que vimos acima. Vencida a resistência inicial, os grupos dominantes da maior parte das unidades políticas conquistadas tenderam a se acomodar à estrutura da dominação colonial. A população comum, não.

Um dos principais paradoxos do colonialismo na África é que, para as potências europeias, a conquista foi a parte mais fácil. A imposição da ocupação e da administração propriamente dita enfrentou uma resistência contínua, difusa e onipresente, resultando, vez por outra, em grandes revoltas. Os protagonistas dessa resistência não foram, em geral, as antigas aristocracias, mas a grande maioria camponesa, lideranças religiosas e militares emergentes e, em especial, os povos que nunca haviam optado por se organizar em grandes Estados.

A implantação da administração colonial efetiva foi um processo lento e muito contestado, mas provocou modificações profundas nas sociedades africanas. A monetarização de parte da economia, o aumento da urbanização, a proletarização de camponeses e o acesso de uma pequena parte dos africanos à educação de estilo ocidental significaram o surgimento de novas classes sociais e de novos interesses, assim como de novas formas de perceber o mundo e o papel dos africanos nele.

Como vimos, o domínio europeu sobre a África era justificado por noções evolucionistas e racialistas; a administração colonial efetiva fez com que milhões de africanos sofressem o efeito

prático dessas ideias, na forma de discriminação racial, exclusão de direitos e exploração econômica brutal – em muitos lugares, formas de **trabalho compulsório**, muito semelhantes à escravidão, foram impostas pelos europeus aos africanos até a década de 1960. Mas a resposta africana não tardaria a surgir.

Tópico 4 – **Antirracismo e resistência**

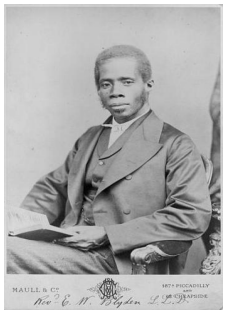
Já vimos como o pensamento europeu passou a definir a África, no fim do século XVIII, nos termos do **evolucionismo** e do **racialismo**.

Essas mesmas noções eram usadas nas Américas e na Europa para justificar a exclusão de parcelas da população a direitos civis e políticos.

Embora as circunstâncias pudessem ser muito diferentes, africanos e seus descendentes nas Américas estavam agora confrontados com o mesmo conjunto de noções – o racismo, longe de ser um problema característico deste ou daquele país, é um fenômeno global. Disputar o significado da África passou a ser fundamental para todos aqueles que lutavam contra ele.

Em um primeiro momento, quem tomou a palavra foram os *retornados*: ex-escravos ou descendentes de escravos, nascidos na África ou não, que migraram para a África Ocidental na segunda metade do século XIX, antes mesmo da partilha do continente pelas potências europeias.

Vindos, em sua maior parte, dos Estados Unidos ou do Caribe, os retornados concentraram-se em Serra Leoa, uma colônia para onde eram levados os escravos libertados pela marinha inglesa no meio do Atlântico, e na Libéria, uma faixa de terra independente, comprada de chefes locais pelos abolicionistas estadunidenses, e que, como a Etiópia, nunca foi uma colônia europeia.


Edward Blyden
1832-1912

Quase todos os retornados eram cristãos protestantes, e alguns eram sacerdotes, como *Alexander Crummel* ou *Edward Blyden*. Eles acreditavam no evolucionismo e concordavam com os europeus: a África devia ser “civilizada”

e, principalmente, convertida ao cristianismo. No entanto, afirmavam que essa tarefa cabia aos ex-escravos que viviam nas Américas.

A experiência da escravidão atlântica pela qual tinham passado era para eles uma provação, que os tinha habilitado a "redimir" a terra de seus ancestrais, tirando-a da "escuridão". A ideia de **diáspora** tem, nesse pensamento, seu ponto de partida. Ao longo do século, essa noção vai perder seu significado religioso original e os significados políticos vão ganhar força, especialmente a ideia de que a luta pela liberdade dos africanos e a luta por direitos dos negros nas Américas ou na Europa deveriam estar articuladas.

Os retornados assistiram, desde a África, a imposição do domínio europeu, e isso fez com que muitos deles se desencantassem profundamente com a civilização europeia e cristã. Certos de que não havia boas intenções na colonização europeia, alguns líderes negros nas Américas continuaram pregando o retorno à África, como o caribenho *Marcus Garvey*.

Marcus Garvey
1887-1940

Na década de 1920, Garvey criou uma enorme mobilização popular nos Estados Unidos em favor da criação dos *Estados Unidos da África*, a partir da migração maciça de negros americanos e caribenhos para a Libéria. Outras correntes do movimento negro nos Estados Unidos acreditavam, ao contrário, que os esforços deviam ser concentrados na luta contra o sistema de segregação racial vigente nos Estados Unidos e na conquista de direitos de cidadania para os negros na terra para onde seus ancestrais haviam sido trazidos à força, e que eles também consideravam sua. Essa era a posição do acadêmico e ativista *W. E. B. du Bois*.

Diáspora – palavra de origem grega que significa "dispersão". Originalmente, foi usado para se referir à dispersão dos judeus pelo mundo ao longo dos séculos. Seu uso para se referir aos africanos nas Américas está ligado ao contexto cristão protestante do qual provinham muitos dos retornados

Ao mesmo tempo, à medida que alguns poucos africanos entravam em contato com as formas de expressão ocidentais,

através da escola formal, eles passaram a contestar a visão do continente como espaço do atraso e da incapacidade. Afinal de contas, estavam falando de seu próprio passado. Esse grupo pequeno, mas barulhento, contestava a ideia segundo a qual os africanos eram incapazes de se autogovernar, recuperando as diversas experiências políticas do passado africano e incorporando o pensamento europeu a seus projetos de emancipação. Alguns desses estudantes entraram em contato com o comunismo, que permitia interpretar o colonialismo como um sistema de exploração econômica.

O ***pan-africanismo*** nasceu do encontro entre as experiências dos retornados, dos negros dos Estados Unidos que haviam optado por lutar por seus direitos civis no "novo mundo" e dos estudantes africanos na Europa confrontados com as contradições do pensamento ocidental, em teoria um pensamento universal, mas, na prática, extremamente excludente e particularista.

Os pan-africanistas organizaram diversos encontros e congressos internacionais para combater, de forma pública, o racismo e a dominação europeia na África: eles exigiam a extensão dos direitos de cidadania a todos os africanos e a todos os negros, denunciando as práticas racistas dos governos ocidentais na Europa e nas colônias, e desmascarando seus pressupostos.

Em 1945, após o fim da Segunda Guerra Mundial, foi organizado o *V Congresso Pan-Africano* em Birmingham, na Inglaterra. Diversos líderes nacionalistas africanos estiveram presentes, assim como lideranças negras estadunidenses. Nessa ocasião, eles criticaram duramente as leis segregacionistas que em breve seriam consolidadas com a implantação do **apartheid** na África do Sul, e exigiram a independência imediata das colônias africanas.

Durante as duas décadas seguintes ao Congresso, os panafricanistas trabalharam duramente e foram, a muito custo,

acumulando vitórias que se consolidaram na década de 1960, com a avalanche das independências africanas e o fim das leis segregacionistas nos Estados Unidos.

Leitura básica

UZOIGWE, Godfrey N.. "Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral". In: BOAHEN, A. Adu (dir.). *A África sob dominação colonial, 1880-1935*. São Paulo: Ática, 1991. (História Geral da África: VII). pp. 43-67.

Para saber mais

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. "África e africanos no tráfico atlântico". In: *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: CEAO; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. pp. 39-62.

APPIAH, Kwame Anthony. "A invenção da África", "Ilusões de raça" e "Estados alterados". In: *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. pp. 19-51, 53-76 e 221-240.

HAMPATÉ-BÂ, Ahmadou. "Raízes" e "Kadidja, minha mãe". In: *Amkoullel, o menino fula*. São Paulo: Palas Atena: Casa das Áfricas, 2003. pp. 23-50 e 51-95.

RANGER, Terence O.."A invenção da tradição colonial". In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence O. (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. pp. 219-269.

RANGER, Terence O.. "Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista". In: BOAHEN, A. Adu (dir.). *A África sob dominação colonial, 1880-1935*. São Paulo: Ática, 1991. (História Geral da África: VII). pp. 69-86.

SILVA, Alberto da Costa e. "O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX". *Estudos avançados*. 8, 21 (1994). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script= sci_arttext&pid=S0103-40141994000200003>

Enquanto isso, na sala de aula

História / Filosofia: o *apartheid*

O regime de segregação racial na África do Sul, conhecido como **apartheid** ("separação" em *afrikaans*, a língua falada pelos descendentes de holandeses, ou *bôers*, na África do Sul), foi uma lenta construção. Desde o fim do século XIX, diversas leis passaram a conceder de forma diferenciada direitos a brancos e aos demais grupos não-brancos – "negros", "de cor", o que incluía mestiços e grupos africanos específicos como os *khoi* e os *san*, e ainda "indianos".

Após a vitória eleitoral do Partido Nacionalista, em 1948, a segregação racial tornou-se a principal política do Estado sul-africano, um sistema de leis que regulava a classificação das pessoas em grupos raciais, assim como as divisões e as relações entre os diferentes grupos. Parte dessa legislação ficou conhecida como o "pequeno apartheid", por regular aspectos cotidianos da vida das pessoas, como a "lei da proibição dos casamentos mistos" de 1948 (que proibia casamentos entre pessoas brancas e membros dos demais grupos), e a "emenda da imoralidade" de 1950 (que proibia o intercurso sexual entre pessoas brancas e pessoas negras, de cor ou indianas). O "grande apartheid" buscava a separação das raças "no atacado", estabelecendo, em primeiro lugar, a classificação racial estatal de todos os habitantes ("lei do registro da população", de 1950), assim como a definição da segregação espacial nas cidades ("lei das áreas dos grupos", também de 1950), a restrição à livre movimentação dos não-brancos (as diversas leis de passes) e a restrição à permanência de negros nas cidades. Ao longo dos anos seguintes, a segregação foi sendo progressivamente estabelecida em vários outros setores da vida social: na educação, na saúde, no transporte e nos demais serviços públicos, corporificada por diferentes filas para brancos e não-brancos, por exemplo.

Embora o "grande apartheid" tenha sido uma característica específica da África do Sul, é preciso lembrar que o tipo de regulação propiciada pelo "pequeno apartheid" era uma realidade já antiga na porção sul dos Estados Unidos, incluindo a segregação em transportes públicos, educação, saúde, restaurantes e mesmo em banheiros, assim como restrições a casamentos mistos. Não espanta que, depois da Segunda Guerra mundial, militantes antirracistas nos Estados Unidos e na África do Sul começassem a trocar experiências e a apoiarem-se mutuamente. Esse intercâmbio começou com a "Campanha de desafio contra leis injustas", um movimento de desobediência civil e resistência não-violenta, lançada pelo Congresso Nacional Africano (*African National Congress*, ANC) em 1952.

A base filosófica do apartheid era um **racialismo** explícito. Os ideólogos do Partido Nacionalista acreditavam que existiam diferentes raças, e que essas raças deviam ter desenvolvimentos diferentes. As relações entre elas deviam ser cuidadosamente controladas. A supremacia branca era embasada por discursos variados que, muitas vezes, faziam referência ao **evolucionismo** cultural, mas, em outras ocasiões, apelavam para a noção de que algumas raças eram naturalmente inferiores. Em termos econômicos, o apartheid era um gigantesco sistema de controle da mão-de-obra utilizada nas minas e indústrias sul-africanas, assim como nos serviços urbanos pouco especializados e mal-remunerados. Sua base operacional repousava na ideia de *administração indireta*, uma forma criada pelos britânicos de controlar as populações colonizadas através das próprias estruturas políticas pré-coloniais, que havia instituído uma separação na aplicação da lei: o "direito costumeiro" era aplicado aos

africanos, enquanto os colonos usufruíam os tribunais europeus e os direitos de representação política disponíveis no âmbito da colônia.

Experimente discutir com sua turma a relação entre racialismo, desigualdade social e exploração econômica, trazendo a discussão para a realidade brasileira. Você pode apresentar um ou mais filmes sobre o apartheid e, em seguida, fazer um resumo do que foi esse sistema e de como ele funcionava na prática. Pode ser interessante comparar a segregação racial amparada na lei, como a que ocorreu na África do Sul e no sul dos Estados Unidos, e as realidades mais ou menos segregadas que temos no Brasil, como a existência de bairros racialmente demarcados, a baixa incidência de casamentos inter-raciais, ou a representação televisiva da beleza, por exemplo.

Texto de apoio: Lista de filmes sobre o apartheid

Darrell Roodt, *Sarafina, o som da liberdade*, 1993.
John Boorman, *Em minha terra*, 2004.
Morgan Freeman, *Bopha! À flor da pele*, 1993.
Richard Attenborough, *Um grito de liberdade*, 1987.
Tom Hooper, *Sombras do passado*, 2004.

Texto de apoio: Quinto Congresso Pan-Africano sobre a África do Sul

> Este Quinto Congresso Pan-Africano, representando milhões de africanos e descendentes de africanos ao redor do mundo, condena com todo o vigor a política exercida pela União Sul-Africana em relação aos africanos e a outros não-europeus, a qual, apesar de se apresentar no exterior como uma democracia, com um sistema de governo parlamentar, manifesta essencialmente as mesmas características do fascismo.
>
> *Resolução do Quinto Congresso Pan-Africano*, Manchester, Inglaterra, 1945.

Texto de apoio: Campanha de desafio contra leis injustas, 1951

> O ANC [Congresso Nacional Africano] decidiu implementar uma ação nacional no próximo ano, baseada na não-cooperação com certas leis consideradas injustas e discriminatórias. A conferência, no curso de um longo pronunciamento público acerca desta decisão histórica, afirmou:
>
> Todas as pessoas, independente do grupo nacional a que pertencem e independente da cor de sua pele, que fizeram da África do Sul o seu lar, têm o direito de viver uma vida plena e livre.
>
> Direitos democráticos plenos com direito a voz direta nos assuntos do governo são direito inalienável de todo sul-africano – um direito que deve ser efetivado já para que a África do Sul seja poupada do caos social e da tirania e dos males que nascem da atual cassação do voto de vastas massas da população com base na raça e na cor.
>
> A luta que as organizações nacionais dos povos não-europeus estão conduzindo não é direcionada contra nenhuma raça ou grupo nacional, mas contra as leis injustas que mantêm em perpétua sujeição e miséria vastos setores da população. Essa luta é pela criação de condições que restaurem a dignidade humana, a igualdade e a liberdade de cada um dos sul-africanos.

Conferência do Congresso Nacional Africano, Bloemfontein, África do Sul, 1951.

História / Inglês: a Etiópia e o *reggae*

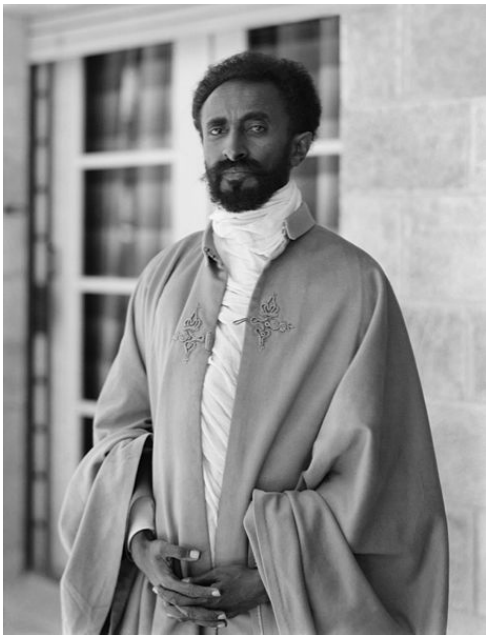
Que ligação podem ter a Jamaica, uma antiga colônia britânica no Caribe, e a Etiópia, um dos poucos países africanos que não foram colonizados por potências europeias?

Os planaltos que formam a Etiópia têm uma longa tradição de estruturas políticas centralizadas. Desde 800 a.C., essas terras viveram períodos alternados de centralização e descentralização política. No século I a.C., o reino de Aksum (ou Axum) estabeleceu sua influência por uma vasta área e manteve esse domínio até o século X d.C.. É possível que o judaísmo fosse praticado na região desde o século VIII a.C.. O cristianismo foi introduzido no século III d.C., através da conversão da família real, o que deu origem a uma Igreja Etíope dependente do Patriarcado de Alexandria, no Egito. A Etiópia seria novamente unificada em 1270 por uma dinastia que se identificava como descendente do rei hebreu Salomão.

Arca da Aliança na Igreja Tzion Maryam em Axum, Etiópia
http://en.wikipedia.org/wiki/File:Ark_of_the_Covenant_church_in_Axum_Ethiopia.jpg

A tradição que emergiu a partir daí, corporificada no livro *Kebra Nagast* ("Glória dos Reis"), liga-se ao episódio bíblico da Rainha de Sabá que seria, segundo essa versão, uma princesa etíope com quem Salomão tivera um filho, o imperador Menelik I. Menelik teria retornado, depois de adulto, a Jerusalém, roubado a arca da aliança e a levado para a Etiópia, tornando os etíopes um dos "povos escolhidos" do Deus de Israel. Entre o século XVII e o século XVIII, ocorreu um novo período de descentralização política, que opôs várias gerações de príncipes

regionais tentando impor sua autoridade uns sobre os outros. A reunificação dos territórios que tinham pertencido ao reino da Etiópia ocorreu em paralelo ao início das tentativas de conquista europeia do interior da África. No fim do século XIX, a Itália tentou uma invasão militar, mas foi derrotada pelos exércitos etíopes do imperador Menelik II. Ao longo de quase todo o século XX, a Etiópia foi governada pelo *ras* (literalmente "cabeça", príncipe) Tafari Makonnen, primeiro como regente e, a partir de 1930, como o imperador Hailé Selassié I.



Haile Selassie I of Ethiopia
http://en.wikipedia.org/wiki/File:Selassie_restored.jpg

Desde a década de 1920, em vários lugares do Caribe sob dominação colonial inglesa, pastores e religiosos buscaram fundar igrejas negras fortemente influenciadas pelas ideias de retorno à África e orgulho negro pregadas então por Marcus Garvey, considerado por alguns como um profeta. A partir da coroação de Selassié como "Rei dos reis, eleito de Deus e leão conquistador da tribo de Judá", alguns líderes religiosos e pregadores de rua na Jamaica começaram a divulgar a opinião de que o imperador etíope era o novo messias, uma nova encarnação de *Jah* (Deus). Os *rastafáris*, ou *rastas*, foram duramente reprimidos pelas autoridades coloniais britânicas (a Jamaica só se tornaria independente em 1962). A teologia rastafári baseia-se no Kebra Nagast e em uma interpretação afrocêntrica da Bíblia, que considera que todos os negros descendem das tribos de Israel. Em geral, o estudo da Bíblia é acompanhado do consumo ritual da *ganja* (*Cannabis sativa*). A sociedade ocidental moderna é vista como corruptora, e em rebelião contra Jah, sendo associada à *Babilônia* bíblica, enquanto a terra prometida é associada ao *Monte Zion* (ou Monte Sião) e à África. O *reggae*, um ritmo musical nascido na década de 1960 em um meio social onde o movimento rastafári era

predominante, tornou a religião conhecida internacionalmente, e ajudou a chamar a atenção do mundo para o preconceito e as desigualdades raciais.

Experimente apresentar à sua turma algumas músicas de *reggae* e discutir com ela seus significados. Deixe-a falar sobre o que sabe acerca do *reggae*, o movimento rastafári e a Etiópia, e, em seguida, compartilhe seus conhecimentos. Você pode solicitar pesquisas, individuais ou em grupo, e análises de músicas de *reggae*, produzidas na Jamaica ou aqui mesmo, no Brasil. Experimente também sugerir a seus alunos e a suas alunas que componham músicas expressando seus pontos de vista sobre as desigualdades raciais existentes na atualidade e sobre a importância do conhecimento sobre a África para a sua superação.

Texto de apoio: War (Alan Cole/Carlton Barrett)

Em 1963, Hailé Selassié, em seu discurso nas Nações Unidas, apontava a necessidade do desarmamento nuclear e pedia o fim da exploração internacional, como únicas formas de criar uma sociedade igualitária. Ele atacou ainda a recusa portuguesa de negociar a independência de suas colônias africanas (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe) e o regime do *apartheid* na África do Sul. Em 1976, um ano após a morte do imperador, Alan Cole e Carlton Barrett citaram extensamente seu discurso na canção *War* (Guerra), tornada famosa por Bob Marley.

Until the philosophy which hold one race
Superior and another inferior
Is finally and permanently discredited and abandoned
Everywhere is war, me say war

That until there are no longer first class
And second class citizens of any nation
Until the colour of a man's skin
Is of no more significance than the colour of his eyes
Me say war

That until the basic human rights are equally
Guaranteed to all, without regard to race
Dis a war

That until that day
The dream of lasting peace, world citizenship
Rule of international morality
Will remain in but a fleeting illusion
To be pursued, but never attained
Now everywhere is war, war

And until the ignoble and unhappy regimes
That hold our brothers in Angola, in Mozambique,
South Africa sub-human bondage
Have been toppled, utterly destroyed
Well, everywehre is war, me say war

War in the east, war in the west
War up north, war down south
War, war, rumours of war

And until that day, the African continent
Will not know peace, we Africans will fight
We find it necessary and we know we shall win
As we are confident in the victory
Of good over evil, good over evil, good over evil
Good over evil, good over evil, good over war

Alan Cole e Carlton Barrett, “War” in: Bob Marley, *Rastaman Vibration*, Kingston, Tuff Gong / Island, 1976.

Até que a filosofia que sustenta que uma raça
É superior e outra inferior
Seja finalmente e permanentemente desacreditada e abandonada
Tudo será guerra, eu digo guerra

Até que não haja mais cidadãos de primeira classe
E cidadãos de segunda classe em nenhuma nação
Até que a cor da pele de um homem
Não seja mais importante que a cor de seus olhos
Eu digo guerra

Até que os direitos humanos básicos estejam igualmente
garantidos para todos, independente de raça
Isso é uma guerra

Até esse dia
O sonho de uma paz duradoura, de uma cidadania mundial
Do governo da moralidade internacional
Permanecerão não mais que uma ilusão fugidia
A ser perseguida, mas nunca alcançada
Agora tudo é guerra, guerra

E até que os regimes ignóbeis e infelizes
Que mantêm nossos irmãos em Angola, em Moçambique
Na África do Sul em um cativeiro sub-humano
Sejam derrubados, e completamente destruídos
Bem, tudo é guerra, eu digo guerra

Guerra no leste, guerra no oeste
Guerra no norte, guerra no sul
Guerra, guerra, rumores de guerra

E até esse dia, o continente africano
não conhecerá a paz, nós, africanos, lutaremos
Achamos necessário, e sabemos que haveremos de vencer
Enquanto estivermos confiantes na vitória
Do bem sobre o mal, bem sobre o mal, bem sobre o mal

Bem sobre o mal, bem sobre o mal, bem sobre a guerra

Material de Apoio

Texto de apoio: Tratados (negociados ou impostos)

A década e meia que se seguiu à Conferência de Berlim foi de intensa mobilização comercial, diplomática e, principalmente, militar por parte das potências europeias. Era necessário obter, a qualquer custo, tratados de transferência de soberania das mãos dos governantes africanos para as grandes companhias monopolistas ou para os próprios governos metropolitanos. Depois disso, era necessário também firmar acordos bilaterais com cada uma das demais potências europeias interessadas na região, de modo a estabelecer as fronteiras das colônias.
Mas, por que motivo os governantes africanos se dispunham a assinar tratados que lhes eram prejudiciais? Na esmagadora maioria dos casos, os tratados eram uma consequência de uma derrota militar. Isso porque, via de regra, a primeira reação dos governantes africanos era a rejeição das propostas europeias. Em 1880, por exemplo, *Machemba*, governante dos *Yao*, na África Oriental, respondeu, da seguinte forma, às propostas de um comandante do exército alemão:

> Prestei atenção à vossa mensagem sem encontrar razão para vos obedecer. Preferiria morrer. Não caio a vossos pés, pois sois uma criatura de Deus como eu. (...) Sou sultão aqui na minha terra. Vós sois sultão lá na vossa. No entanto, vede, não vos digo que me deveis obedecer, pois sei que sois um homem livre. Quanto a mim, não irei à vossa presença; se sois bastante forte, vinde vós me procurar.

Do outro lado do continente, em 1884, o líder dos *herero*, *Wittboi*, que tinha sido educado em uma missão protestante, respondia, de forma semelhante, às pretensões europeias:

> O Senhor estabeleceu diversos reinos sobre a terra. Por isso sei e creio que não é pecado nem crime que eu deseje continuar a ser o chefe independente da minha terra e do meu povo.

Quando os exércitos oficiais europeus não se dispunham a participar da aventura colonial, as próprias companhias comerciais organizavam milícias de mercenários europeus, dotadas de armamento moderno e de uma estrutura de comunicações desconhecida até então. Tanto as tropas regulares quanto as milícias recrutavam também um grande número de mercenários locais ou contavam com o apoio dos exércitos dos Estados africanos que já haviam caído sob seu domínio.
Algumas vezes, Estados africanos buscavam, sem muito sucesso, a aliança militar de uma companhia europeia para derrotar as forças de outra. Houve também situações em que governantes solicitavam o apoio das companhias e dos governos europeus contra seus próprios súditos ou outros pretendentes ao poder. Mesmo nesses casos, suas declarações deixam claro que, se muitos aceitavam e até desejavam a introdução das novas tecnologias e hábitos europeus, não pretendiam, de forma alguma, ceder sua soberania. Por exemplo, *Mwanga II*, rei deposto de *Buganda*, na região dos **Grandes Lagos**, enviou, em 1890, embaixadores aos ingleses e instruiu-os a descobrir o seguinte:

> Se eles querem ajudar-nos, que recompensa devemos dar-lhes em troca. Porque, com efeito, não pretendo dar-lhes o meu país.

Os europeus, ou pelo menos alguns deles, tinham uma noção muito clara da ausência de legitimidade desses processos de "negociação". *Frederick Lugard*, por exemplo, um dos principais artífices da conquista inglesa na África Oriental e na África Ocidental, registrou em seu diário um desses tratados:

> Nenhuma pessoa sensata o assinaria, e pretender que se tenha convencido um chefe selvagem a ceder todos os seus direitos à companhia em troca de nada é de uma desonestidade óbvia. Se lhe disseram que a companhia o protegeria contra os inimigos e a ele se aliaria nas guerras, mentiram-lhe. A companhia jamais teve essas intenções e, mesmo que as tivesse, não dispunha de meios para concretizá-las.

Impostos ou negociados, esses tratados eram, muitas vezes, interpretados de forma bastante divergente pelos europeus e africanos. Os europeus os viam como uma alienação de soberania pura e simples; os governantes africanos os viam como o que deveriam ser: acordos que impunham direitos e deveres às partes envolvidas, e que, a princípio, deveriam ser vantajosos para ambas. Essa divergência explica a oposição dos Estados africanos à efetiva ocupação europeia, o que tornou a conquista uma aventura sangrenta. Os mortos, contam-se em centenas de milhares.

Texto de apoio: África e antirracismo

Desde o fim do século XIX, diferentes posicionamentos antirracistas foram enunciados por africanos ou por descendentes de africanos na diáspora. O primeiro momento do movimento de retorno à África compartilhava com o evolucionismo europeu a ideia de que os africanos viviam no barbarismo e que precisavam ser civilizados, mas acreditava que esta tarefa cabia aos negros nascidos nas Américas, que haviam sido cristianizados e falavam idiomas "civilizados". Nas palavras de Edward Blyden, um de seus idealizadores:

> [Na Libéria,] existem quinze mil africanos civilizados e cristianizados esforçando-se para realizar o duplo trabalho de estabelecer e manter uma nacionalidade independente, e de introduzir o evangelho entre incontáveis milhões de homens não-evangelizados e bárbaros.
>
> W. E. Blyden, *Hope for Africa [Esperança para a África]*, 1862.

Quinze anos depois, em meio às movimentações dos países europeus para ocupar militarmente o continente africano e estabelecer colônias, Blyden escreveu uma carta ao presidente da Sociedade Americana de Colonização, tentando atrair mais negros estadunidenses para a Libéria:

> Ficaria feliz se você chamasse a atenção dos africanos [negros] nos Estados Unidos para estes dois fatos:
>
> 1 – Há grandes riquezas na terra de seus ancestrais, das quais, se eles não agirem rápido, outros escolherão a primeira parte e talvez ocupem as melhores posições.
>
> 2 – Apenas em associação com a Libéria ou outra nacionalidade negra propriamente estabelecida eles poderão alcançar a igualdade e a verdadeira humanidade.
>
> W. E. Blyden, *Carta à Sociedade Americana de Colonização*, 1877.

Na década de 1920, Marcus Garvey já havia conseguido se desvencilhar da visão europeia de que os africanos eram bárbaros. Em vez de considerar os negros nascidos nas Américas como diferentes dos africanos, ele buscava unificar todos sob a sua liderança, e tornar a África um

único Estado independente, através da Associação Universal para o Aprimoramento do Negro (*Universal Negro Improvement Association*, UNIA).

> Em vista do fato de que o homem negro na África contribui tanto para o mundo quanto o homem branco da Europa, e quanto os homens amarelos e marrons da Ásia, nós da Associação Universal para o Aprimoramento do Negro reivindicamos que as raças branca, amarela e marrom dêem ao homem negro seu lugar na civilização do mundo. Clamamos por nada mais do que 400 milhões de negros cerrando fileiras. Não estamos buscando, como eu disse antes, destruir ou tumultuar a sociedade ou o governo das outras raças, mas estamos determinados a unir 400 milhões de nós para libertar nossa terra-mãe das garras do invasor.

Garvey não acreditava ser possível conquistar uma verdadeira igualdade racial no Novo Mundo ou no quadro da dominação colonial britânica do Caribe ou da África:

> (…) na América o negro nunca alcançará sua mais alta ambição; (...) o negro na América nunca obterá todos os seus direitos constitucionais. Todas aquelas organizações que estão impulsionando o aprimoramento de negros no Império Britânico sabem que o negro no Império Britânico nunca alcançará a altura de seus direitos constitucionais.
>
> Marcus Garvey, *Finalidades e Objetivos da UNIA*, discurso pronunciado no Carnegie Hall, Nova York, em 23 de fevereiro de 1923.

A visão de Garvey sobre a necessidade de retorno à África terminou aproximando-o, ironicamente, dos setores mais conservadores e racistas da sociedade estadunidense. Supremacistas brancos apoiavam o projeto de Garvey, porque consideravam a influência negra prejudicial ao progresso de seu país e sonhavam com um Estados Unidos completamente branco. Esse foi um dos motivos pelos quais Garvey foi duramente criticado, na época, por outros importantes líderes negros nos Estados Unidos, especialmente W. E. B. Du Bois, da Associação Nacional para o Avanço das Pessoas de Cor (*National Association for the Advancement of Colored People*, NAACP).

Outros intelectuais da diáspora também pensavam diferente de Garvey, como mostra o poema *I, too, sing America* ("Eu, também, canto a América"), do poeta negro estadunidense Langston Hughes, um dos expoentes do movimento cultural chamado Renascença do Harlem (*Harlem Renaissance*):

I, too, sing America.

I am the darker brother.
They send me to eat in the kitchen
When company comes,
But I laugh,
And eat well,
And grow strong.

Tomorrow,
I'll be at the table
When company comes.
Nobody'll dare
Say to me,
"Eat in the kitchen,"
Then.

Besides,
They'll see how beautiful I am
And be ashamed –

I, too, am America.

Langston Hughes, *I, too, sing America*, 1921.

Eu, também, canto a América.

Eu sou o irmão mais escuro.
Eles me mandam comer na cozinha
Quando chega visita,
Mas eu rio,
E como bastante,
E me fortaleço.

Amanhã,
Estarei na mesa
Quando a visita chegar.
Ninguém ousará
Dizer a mim
"Vá comer na cozinha"
Então.

Além disso,
Eles verão como sou belo
E se envergonharão –

Eu, também, sou a América.

O movimento pan-africanista seguia de perto, nessa mesma época, os desenvolvimentos da dominação colonial no continente africano. Criticando a independência formal concedida à minoria branca da África do Sul ainda em 1910 e a política britânica de "governo indireto" que definia legislações diferenciadas para europeus e africanos, impedindo o acesso destes à escolarização de estilo ocidental, o Segundo Congresso Pan-Africano, reunido em 1923, em Londres, tornou público o seguinte manifesto:

> A Inglaterra, com (...) seus tribunais de justiça, comércio estabelecido, e um certo reconhecimento aparente das leis e costumes nativos, tem entretanto semeado sistematicamente a ignorância entre os nativos, os escravizou, e os mantém na escravidão, desistiu de modo geral até de treinar homens negros e mestiços no auto-governo verdadeiro, de reconhecer os negros civilizados como civilizados, ou de conceder às colônias de cor aqueles direitos de auto-governo que ela dá livremente aos homens brancos.
>
> *Manifesto do Segundo Congresso Pan-Africano*, 1921.

A luta contra o racismo e a dominação colonial seguiram juntas, ao longo de todo o século XX, dos dois lados do Atlântico. A partir do fim da Segunda Guerra mundial, essas agendas ganharam força. Por um lado, os Aliados representavam o desfecho do conflito militar com a vitória da democracia e da autodeterminação dos povos contra a tirania e o racismo. Por outro, soldados das colônias francesas e britânicas na África e no Caribe, assim como negros estadunidenses, tiveram um papel fundamental nas frentes de combate na Europa, África do Norte, África Oriental e mesmo na Ásia. Finalmente, a noção de uma Europa civilizada, com valores superiores aos dos povos africanos, havia ficado muito abalada com as evidentes demonstrações de barbárie proporcionadas pela guerra. Os europeus procuraram adiar ou consolidar suas posições nas colônias economicamente mais importantes, mas a independência da África estava a caminho, irrevogavelmente. Da mesma forma, a luta contra a discriminação racial do lado de cá do Atlântico apressou o passo, até explodir de vitalidade nos anos de 1960, nos Estados Unidos e no Caribe, e, um pouco mais tarde, no Brasil e em outros países com importantes populações afrodescendentes, como a Colômbia e a Venezuela.

Fontes de pesquisa

Sites

Afro-Ásia

www.afroasia.ufba.br
A revista Afro-Ásia, criada em 1965, foi a primeira publicação acadêmica brasileira voltada especificamente para temas africanos e afro-brasileiros. O site permite o acesso a artigos e resenhas de todas as edições já publicadas da revista, com exceção da última, e dispõe ainda de um sistema de busca textual extremamente eficiente.

Cahier d'Études Africaines

www.persee.fr/web/revues/home/prescript/revue/cea
O Caderno de Estudos Africanos é uma das principais revistas acadêmicas internacionais dedicadas a temas africanos, publicada na França desde 1960. Toda a coleção está disponível para consulta através do portal de periódicos francês *Persée*, que pode ser acessado em francês, inglês ou espanhol. Os artigos da revista estão em francês e inglês.

Casa das Áfricas

www.casadasafricas.org.br
A Casa das Áfricas é uma organização não-governamental dedicada à disseminação do conhecimento sobre África no Brasil, sendo uma importante parceira na promoção de eventos acadêmicos e na publicação de livros sobre o continente africano. Destaques para a seção "Textos e Livros", a mais completa coleção online, em português, de artigos e livros sobre temas africanos, e para as imagens e mapas disponibilizados.

Centro de Estudos Afro-Orientais

www.ceao.ufba.br
O Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, fundado em 1959, foi a primeira instituição no Brasil dedicada ao estudo da história e da cultura africana e afro-brasileira. Destaques para o Programa de Educação e Profissionalização para a Igualdade de Raça e Gênero (CEAFRO), para o Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (Pós-Afro), e para a Biblioteca, que mantém uma coleção online de recortes de jornais baianos sobre temas africanos e afro-brasileiros.

Estudos Afro-Asiáticos

www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&lng=pt&pid=0101-546X

Revista do Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, publicada entre 1978 e 2003, dedicada a temas africanos e afro-brasileiros. No portal da Biblioteca Eletrônica Científica Online (*Scientific Electronic Library Online*, Scielo) estão disponíveis integralmente nove edições, com datas entre 2000 e 2003.

Internet African History Sourcebook

www.fordham.edu/halsall/africa/africasbook.html

O portal "livro de fontes na internet sobre História da África" permite o acesso a dezenas de páginas sobre os mais variados períodos, regiões e temas da história africana, hospedadas em universidades nos Estados Unidos. Em inglês.

Museu Afro-Brasileiro

www.ceao.ufba.br/mafro

O Museu Afro-Brasileiro da Universidade Federal da Bahia, localizado no prédio da antiga Faculdade de Medicina, no Terreiro de Jesus, em Salvador, reúne objetos da cultura material de origem africana e relativos às religiões afro-brasileiras. A coleção está centrada na vida cotidiana, nos processos tecnológicos, no sistema de crenças e nas manifestações artísticas africanas.

National Museum of African Art

africa.si.edu/index2.html

O Museu Nacional de Arte Africana dos Estados Unidos reúne uma importante coleção de objetos africanos, e apresenta fotografias e informações sobre cada um deles na internet. O sistema de busca avançada permite selecionar objetos por finalidade, tipo, região, país, grupo étnico, artista e data de fabricação. Em inglês.

Pambazuka

http://www.pambazuka.org/pt/

Rede de acadêmicos e ativistas africanos e de outras origens em prol da justiça social no continente africano. O site reúne artigos sobre temas e problemas atuais, que vão desde cultura e artes africanas até migrações forçadas e conflitos, passando por eleições, pela igualdade de gênero e pelos direitos LGBT. Ótimo canal para ficar por dentro, em primeira mão, sobre o que está acontecendo de mais importante na África. Em português, com versões também em francês e inglês.

South African History Online

www.sahistory.org.za

O site História Sul-africana Online é um portal criado após o fim do apartheid na África do Sul, com o objetivo de rediscutir a história do país e dar subsídios a uma renovação no ensino da história nos níveis básicos do sistema educacional. Contém diversos artigos, biografias, cronologias, materiais de orientação didática, além de uma biblioteca online contendo documentos, livros, teses, entrevistas, discursos, fotografias e vídeos. Em inglês.

The Story of Africa (BBC)

www.bbc.co.uk/worldservice/specials/1624_story_of_africa

Material curto e bastante informativo sobre as várias fases da história da África, com especial atenção ao período da escravidão e à época colonial, incluindo os processos de independência e as particularidades da África Austral. Destaque negativo para o tratamento do apartheid, que

é representado como se resultasse apenas da perspectiva dos bôers, isentando a colonização britânica e os sul-africanos brancos de origem britânica de qualquer responsabilidade na implantação e na manutenção do sistema. Em inglês.

Livros de referência

Manuais de História da África

Alberto da Costa e Silva, *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*, 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2003. 944 p.
História geral da África, São Paulo, Ática, UNESCO, 1982-1991, 4 v. [dos 8 volumes disponíveis em francês, inglês e espanhol, foram publicados em português apenas os volumes 1, 2, 4 e 7].
Joseph Ki-Zerbo, *História da África Negra*, 2. ed. rev. actualizada pelo autor, Lisboa, Mem-Martins, Europa América, 1999-2002, 2 v.
Elikia Mbokolo, *África Negra: história e civilizações*, Lisboa, Colibri, 2007, 2 v.
Valentim Alexandre e Jill Dias (coords.), *O império africano, 1825-1890*, Lisboa, Estampa, 1998, 864 p. (Nova história da expansão portuguesa: X).
A. H. de Oliveira Marques (coord.), *O império africano, 1890-1930*, Lisboa, Estampa, 2001, 863 p. (Nova história da expansão portuguesa: XI).

Livros didáticos e paradidáticos

Leila Leite Hernandez, *A África na sala de aula. Visita à História Contemporânea*, São Paulo, Selo Negro, 2005, 680 p.
Mary Del Priore e Renato Pinto Venâncio, *Ancestrais. Uma introdução à História da África Atlântica*, Rio de Janeiro, Campus, Elsevier, 2004, 187 p.
Marina de Mello e Souza, *África e Brasil africano*, São Paulo, Ática, 2006, p.????
Carlos Serrano e Maurício Waldman, *Memória d'África: a temática africana em sala de aula*, São Paulo, Cortez, 2007, 328 p.

Estudos sobre a escravidão na África

Alberto da Costa e Silva, *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2002, 1072 p.
Paul E. Lovejoy, *Escravidão na África: uma história de suas transformações*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002, 497 p.
John K. Thornton, *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*, Rio de Janeiro, Campus, Elsevier, 2004, 436 p.
Claude Meillassoux, Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995, 300 p.

Estudos sobre o início da colonização europeia

Amadou Hampaté-Bâ. *Amkouell, o menino fula*, São Paulo, Pallas, Casa das Áfricas, 2003.
Adam Hochschild, O fantasma do rei Leopoldo: uma história de cobiça, terror e heroísmo na África Colonial, São Paulo, Companhia das Letras, 1999, 384 p.

Literatura infanto-juvenil

Rogério de Andrade Barbosa, *Os bichos da África*, São Paulo, Melhoramentos, 1987, 2 v.
Rogério de Andrade Barbosa, *Como as histórias se espalharam pelo mundo*, São Paulo, DCL, 2002.
Rogério de Andrade Barbosa, *Contos Africanos para crianças brasileiras*, São Paulo, Paulinas, 2004.

Rogério de Andrade Barbosa, *Sundjata, o Príncipe Leão*, Rio de Janeiro, Agir, 1995.
Júlio Emílio Braz, *Sikulume e outros contos africanos*, Rio de Janeiro, Pallas, 2005.
Will Eisner, *Sundiata, o leão do Mali: uma lenda africana*, São Paulo, Companhia das Letras, 2004.
Heloísa Pires Lima, *Histórias da Preta*, São Paulo, Cia das Letrinhas, 1998.
Heloísa Pires Lima et al., *A semente que veio da África*, Rio de Janeiro, Salamandra, 2005.
Yves Oinguilly, *Contos e lendas da África*, São Paulo, Companhia das Letras, 2005.
Angela Shelf Medearis, *Os sete novelos. Um conto de Kwanzaa*, São Paulo, Cossac-Naïf, 2005.
Reginaldo Prandi, *Ifá, o orixá adivinho*, São Paulo, Cia das Letrinhas, 2004.
Reginaldo Prandi, *Oxumaré, o arco-íris*, São Paulo, Cia das Letrinhas, 2004.
Reginaldo Prandi, *Xangô, o trovão*, São Paulo, Cia das Letrinhas, 2004.
Joel Rufino dos Santos, *Gosto de África: histórias de lá e daqui*, São Paulo, Global, 2005.
Joel Rufino dos Santos, *Na rota dos tubarões: o tráfico negreiro e outras viagens*, Rio de Janeiro, Pallas, 2008.
Marie Sellier e Marion Lessage, *A África, meu pequeno Chaka*, São Paulo, Cia das Letrinhas, 2006.
Sylviane Anna Diouf, *As tranças de Bintou*, São Paulo, Cossac-Naïf, 2004.
Richard Chamberlin e Mary Chamberlin, *As panquecas de Mama Panya*, São Paulo, Edições SM, 2007.

Cronologia: partilha e conquista da África

1830	a França invade a Argélia
1854	uso do quinino para prevenir o contágio de europeus pela malária, no rio Níger
1861	anexação de Lagos, na África Ocidental, pelos ingleses
1863	anexação de Porto Novo, na África Ocidental, pelos franceses
1869	abertura do canal de Suez, ligando o mar Vermelho ao Mediterrâneo
1871	a Alemanha recém-unificada derrota a França; mudança no “balanço de poder” na Europa
1877	fundação da Associação Internacional para a África, pelo rei Leopoldo da Bélgica
1878	fundação da Companhia dos Lagos Africanos
1879	fundação da Companhia África Unida
1881	a França invade a Tunísia
1882	a Inglaterra ocupa o Egito
	o explorador Stanley fecha tratados no Congo em benefício do rei Leopoldo
1884	fundação da Sociedade Alemã de Colonização
	a Alemanha declara protetorados sobre o Togo, na África Ocidental, os Camarões, na África Central, e o Sudoeste Africano, na África Austral
	convocação da Conferência de Berlim, por sugestão de Portugal e iniciativa da Alemanha
1885	resoluções da Conferência de Berlim definem formas diplomáticas para resolver conflitos entre os países europeus sobre seus interesses no continente africano
	protetorado britânico em Oil Rivers (“rios do petróleo”), no delta do Níger
	protetorado alemão na África Oriental
	protetorado britânico na Bechuanalândia, na África Austral

	a Itália conquista a Eritréia
	fundação da Companhia Alemã da África Oriental
1886	fundação da Companhia Real do Níger (Inglaterra)
1886 a 1991	consolidação da posição francesa no Sael e na savana; vitórias militares sobre o Cayor, o império soninquê e o Segu
1888	fundação da Companhia Imperial Britânica da África Oriental
	o reino de Oyó torna-se vassalo da Inglaterra
1889	fundação da Companhia Imperial Britânica da África do Sul
	a Itália conquista a Somália
1890	Zanzibar, principal centro do tráfico de escravos no Índico, torna-se protetorado britânico
1891	a Inglaterra declara um protetorado sobre a Niassalândia, na África Austral
1893	Instalação de colônias francesas na Costa do Marfim e na Guiné, na África Ocidental
1894	a França conquista o Daomé
	a Inglaterra decreta protetorados sobre o Quênia e Uganda, na África Oriental
1896	a Etiópia mantém sua independência derrotando os italianos na batalha de Adowa
	ampliação territorial da colônia inglesa de Serra Leoa, por meio de protetorados no interior
1897	a França conquista o reino merina de Madagascar
	shona e ndebele derrotados pelas forças da Companhia Imperial Britânica da África do Sul; criação da Rodésia do Sul
1898	a França captura Samori Touré, fundador de dois impérios e líder da principal resistência militar à penetração francesa na África Ocidental
	os ingleses derrotam o Estado Mahdi, ao sul do Egito, deixando um saldo de vinte mil mortos
1899	todo o sul da Nigéria, na África Ocidental, é dominado pelos ingleses
	ingleses e afrikaners entram em confronto militar na África do Sul (guerra dos boeres)
1900	a França conquista o Gabão, na África Central
1901	anexação de Ashanti. na África Ocidental
	a Inglaterra termina a conquista do sul da África, estabelecendo a Rodésia do Norte
1902	a Inglaterra vence a guerra dos boeres e consolida seu domínio no sul do continente
	a Inglaterra conquista o Emirado de Sokoto
1904	as forças alemãs massacram as populações herero e nama para consolidar sua posição no Sudoeste Africano, cerca de setenta e cinco mil africanos foram mortos
1905-1907	Revolta Maji-Maji na África Oriental Alemã; cerca de setenta e cinco mil africanos mortos
1912	o Marrocos é partilhado entre a França e a Espanha
	a Líbia é conquistada pela Itália
1914	início da Primeira Guerra Mundial

Glossário

Afro-Asiática, família linguística

Família linguística, composta por quase 400 idiomas e 285 milhões de falantes, espalhados pelo norte e leste da África e pelo sudoeste da Ásia. Nesse grupo, estão incluídas o árabe; o hebreu; o aramaico; o copta; as línguas bérberes; o geez, o trigrina e o tigre, falados na Etiópia; os idiomas somali; o haussa e demais línguas faladas em torno do lago **Chade**. Apesar de a maior parte de sua área de abrangência estar situada na Ásia, a origem da família afro-asiática localiza-se muito provavelmente nos planaltos da **Etiópia**.

A família linguística afro-asiática é também conhecida como "lisrâmica", "eritréia" e "camito-semítica". Esta última designação, que vem sendo combatida pela maioria dos linguistas desde a metade do século XX, é uma referência à mitologia cristã medieval segundo a qual o surgimento de "raças" humanas (e sua hierarquia) estaria relacionado ao episódio bíblico dos filhos de Noé.

Apartheid

Regime de segregação racial adotado na África do Sul, segundo o qual os brancos deveriam viver separados e com privilégios em relação aos outros grupos raciais. A palavra "apartheid" significa "separação" em afrikaans, a língua dos descendentes de holandeses na África do sul (bôers ou africânderes). Leis segregacionistas foram implantadas sistematicamente desde a segunda metade do século XIX, mas a vitória eleitoral do Partido Nacionalista, em 1948, instituiu a segregação como a filosofia política que orientava todo o funcionamento do Estado sul-africano. A partir de então, toda a população sul-africana passou a ser classificada pelo Estado, segundo critérios supostamente científicos, em um dos quatro grupos raciais reconhecidos: "brancos", "negros", "de cor" e "indianos". A classificação racial atribuída pelo Estado ficava inscrita no documento de identidade de cada pessoa.

Durante as décadas seguintes, foram implantadas distinções raciais em praticamente todos os espaços públicos do país. A educação era separada, assim como o sistema de saúde e os demais serviços públicos, como transporte, saneamento básico e fornecimento de eletricidade. A diferença de qualidade entre os serviços oferecidos aos brancos e aos demais grupos raciais era brutal. Praias, cinemas, bibliotecas e hotéis eram também segregados. Os negros, de cor e indianos eram ainda excluídos do governo e do exército, e não tinham praticamente nenhum dos direitos políticos concedidos aos brancos. Estavam ainda sujeitos à segregação residencial, não podendo morar, manter negócios ou mesmo circular na maior parte do país, estando sujeitos à exigência de portar passes concedidos pela polícia ou pelos órgãos que fiscalizavam o trabalho. O casamento, e mesmo o sexo inter-racial, era proibido.

A polícia agia violentamente contra todos aqueles que extrapolassem essas restrições. O Congresso Nacional Africano (*African National Congress*, ANC), partido político organizado em 1912 por negros que lutavam contra a segregação e o racismo, passou a agir de forma clandestina e violenta quando seu então líder, Nelson Mandela, foi preso após o massacre de Sharpeville (1960), no qual milhares de pessoas que protestavam contra o apartheid foram assassinadas. Outro massacre, desta vez das crianças de Soweto, na periferia de Joanesburgo, promovido pela polícia, em 1974, levou a África do Sul a sofrer um isolamento internacional cada vez mais efetivo. Entretanto, o regime de segregação foi apoiado internacionalmente pelos governos conservadores implantados no início da década de 1980 nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha. Apesar de pequenas revisões nas leis segregacionistas, os anos de 1985 a 1988, sob o governo de Pieter Botha, foram especialmente violentos. Somente em 1990, com o governo de Frederik de Klerk, as leis segregacionistas passaram a ser abolidas, a partir de uma série de negociações com o ANC,

que garantiram uma transição pacífica. Em 1994, Nelson Mandela tornou-se o primeiro presidente negro da África do Sul, após as primeiras eleições com voto universal.

Australopiteco

Nome dado ao gênero de primatas que antecedeu o gênero *Homo* na evolução. Seus fósseis são encontrados ao longo de todo o vale da Grande Falha, na África. Algumas espécies, como o *Australopithecus afarensis*, que viveu há cerca de 3 milhões e meio de anos, já andavam sobre duas pernas.

Bantófono

Pessoa, grupo ou povo falante de uma das línguas do grupo **bantu**.

Bantu, família linguística

Nome da grande família de línguas faladas em cerca de um terço do continente africano, compreendendo cerca de 500 idiomas, pertencente ao ramo **Benué-Congo**, da família **Níger-Congo**. "Bantu" significa "gente" ou "povo" em parte das línguas desse grupo. O kimbundu e o kikongo, idiomas bantu utilizados na região do Congo-Angola, influenciaram enormemente o português falado no Brasil.

Benué, rio

Maior afluente do rio **Niger**. Nasce no norte dos Camarões, fluindo para oeste, entra na Nigéria e deságua no Níger. Perto da confluência desses dois grandes rios surgiram Estados como o Império de Oyó, do qual vieram muitas pessoas escravizadas para a Bahia no início do século XIX.

Benué-Congo, família linguística

Subdivisão do grupo linguístico Níger-Congo, que engloba o grupo Bantu e as línguas faladas na bacia do rio **Benué** e no baixo **Níger**, como o yoruba, que teve uma importante influência sobre o português falado no Brasil. Compreende mais de 960 idiomas.

Califado

Período em que o *califa*, o "comandante dos crentes", exerceu o poder político sobre um império islâmico unificado. Após a morte do profeta Maomé, seguiram-se quatro califas escolhidos, entre os primeiros seguidores da nova religião. A sucessão do quarto califa acarretou uma guerra civil que durante dez anos opôs Ali, o genro de Maomé, e a família dos omíadas, que terminaria por fundar uma dinastia, estabelecendo a sucessão hereditária no Califado. Esse evento é o ponto de partida da mais antiga divisão político-religiosa no seio do islamismo, entre os *xiitas* (os "partidários" de Ali) e os *sunitas* (os seguidores da "tradição"). A dinastia omíada reinou, a partir de Damasco, na Síria, por noventa anos (661-751), e deu seguimento à rápida expansão do império, alcançando o norte da África e a Península Ibérica, a oeste, e as fronteiras da China e da Índia, a leste. A dinastia omíada foi destronada, em um violento golpe de estado, pela família dos abássidas, que deslocou a capital do Califado para Bagdá e estabeleceu uma nova dinastia, que reinaria por mais quinhentos anos (751-1258).

A partir do fim do século IX, entretanto, a unidade política do califado começou a demonstrar sinais de fraqueza: os *emires* ("governadores") das diversas províncias exerciam o poder

político de modo cada vez mais independente, embora reconhecessem, nominalmente, a autoridade do califa. A autoridade religiosa também já não residia no "comandante dos crentes": eruditos sunitas passaram, cada vez mais, a ser considerados o repositório da sabedoria e da tradição religiosa islâmica. No início do século X, uma corrente xiita, os *fatímidas* (ou descendentes de Fátima, filha de Maomé e esposa de Ali), tomou o poder no norte da África e declarou seu líder califa. Ao longo do século, os fatímidas conquistaram o Egito e a Síria, posteriormente recuperados pelos abássidas. Como consequência da emergência do califado fatímida, os descendentes dos omíadas que haviam se tornado emires da Península Ibérica declararam também um califado próprio. A desintegração política se generalizou a partir de então, embora descendentes dos abássidas tenham reivindicado o título de califa até o século XVI.

Cativos de guerra

Indivíduo feito prisioneiro, capturado ou derrotado numa guerra. Muitos autores fazem distinção entre o termo "cativo", que indica um estatuto transitório de privação de liberdade, e o termo "escravo", que indica a redução de uma pessoa ao estatuto de mercadoria.

Os cativos de guerra podiam ser resgatados por suas sociedades de origem, através do pagamento de um resgate, ou podiam ser absorvidos pelas linhagens da sociedade captora [ver **linhagem**], em uma situação de dependência.

Com a generalização do tráfico de escravos através do Saara e, mais tarde, através do Atlântico, o destino dos cativos de guerra na África Ocidental passou a ser, cada vez mais, a escravidão no Mediterrâneo, no Oriente Médio ou nas Américas [ver **tráfico de escravos, Atlântico** e **tráfico de escravos, Saara**]. As guerras de captura foram progressivamente intensificadas, e os Estados envolvidos no comércio ganharam proeminência política e militar, por seu acesso diferenciado a armas, cavalos e bens de luxo. As elites guerreiras e comerciais impuseram-se na maior parte da África Ocidental como classes dominantes, o que propiciou a introdução da **escravidão mercantil**, em variadas escalas, em algumas partes dessa região, na produção de mantimentos para os exércitos ou de bens de troca para as caravanas.

Chade, lago

Grande lago localizado na África Ocidental, muito importante economicamente por fornecer água para os quatro países localizados ao seu redor: Chade, Camarões, Níger e Nigéria. O rio Chari é sua maior fonte, fornecendo cerca de 90% de sua água.

O lago Chade constitui uma importante parada nas rotas comerciais que ligavam a África Ocidental aos portos do Mediterrâneo e ao Egito [ver **tráfico de escravos, Saara**]. Ao seu redor, surgiram dois grandes Estados: Kanem, na parte oriental, e, posteriormente, Bornu, na parte ocidental.

Chefia

Estrutura política formada quando um certo número de vilas reconhece a autoridade de uma das linhagens residentes como superior [ver **linhagem**]. Essa supremacia pode estar baseada no controle do acesso aos recursos naturais, como rios, lagos, terras aráveis ou campos de caça, na autoridade religiosa ou, ainda, no poderio militar.

Companhias de exploração

Companhias europeias voltadas para o comércio e a exploração em diferentes regiões da África. Criadas em meados do século XIX, objetivavam explorar minas, construir vias férreas ou

barragens, criar plantações e explorar geograficamente o continente. A exemplo das companhias de exploração colonias criadas no século XVI na Holanda e na Inglaterra (as "Companhias das Índias"), essas empresas tinham o capital aberto (suas ações podiam ser compradas e vendidas nas bolsas europeias) e profundas ligações com os mais importantes interesses econômicos e políticos em seus países de origem. Tinham também forças militares próprias, por meio das quais foram obtidos uma série de tratados com autoridades políticas africanas que, do ponto de vista dos europeus, transferiam a soberania de vastas regiões ao poder da companhia em questão.

As pretensões territoriais das companhias eram apoiadas pelos governos metropolitanos, que buscavam manter as companhias e os governos de outros países europeus a distância, segundo as diretrizes definidas na **Conferência de Berlim**. Após a conquista, as companhias, via de regra, cediam sua suposta soberania sobre os territórios africanos a seus países de origem, recebendo em troca a concessão da exploração econômica sobre vastas áreas e o apoio de toda a máquina de coerção e repressão representada pela administração colonial.

Comunismo primitivo

Tipo hipotético de organização social na qual não haveria classes sociais, a instituição da família, propriedade privada ou Estado, segundo pensadores do século XIX, notadamente o antropólogo Lewis Henry Morgan, seguido por Karl Marx e Friedrich Engels. Esses pensadores, profundamente comprometidos com o evolucionismo, acreditavam que o comunismo primitivo teria sido a primeira forma de organização social, e o atribuíram às "hordas" pré-históricas de caçadores-coletores. Embora Morgan, Marx e Engels acreditassem que, no século XIX, já não existiam exemplos reais desse tipo de organização social, o senso comum identifica, com frequência, o comunismo primitivo às formas de organização sem Estado que existiam na África, nas Américas e na Oceania antes da conquista europeia.

Conferência de Berlim

Conferência realizada entre 1884 e 1885, na cidade de Berlim, entre quinze países europeus, a convite de chanceler alemão Otto Von Bismarck, onde foram negociados e estabelecidos as ações e os parâmetros para a futura colonização do continente africano. Essa conferência evitou disputas militares entre países europeus por conta de seus interesses conflitantes na África, permitindo sua resolução diplomática.

O entendimento obtido com a Conferência de Berlim deu enorme impulso à ocupação territorial que se verificaria nas décadas seguintes, uma vez que o princípio da ocupação efetiva foi definido como a principal garantia ao "direito" de um país europeu sobre determinado território africano. Em 1914 – trinta anos após o início da Conferência –, praticamente todo o continente africano estava dividido entre os principais países europeus (Inglaterra, França, Portugal, Espanha, Itália, Alemanha e Bélgica). Apenas a **Etiópia** e a **Libéria** mantiveram suas independências.

Congada

Festa popular, encenada por grupos de afrodescendentes, em diversas regiões do país, que celebram reis negros, especialmente o "Rei do Congo" e a "Rainha Jinga" (uma referência à rainha do Ndongo e depois da Matamba, Nzinga a Mbandi).

A origem da congada está ligada à chegada de pessoas escravizadas na região do Congo-Angola, as quais estavam, em boa medida, familiarizadas com o catolicismo promovido pelos portugueses e outros europeus no reino do Kongo (a partir do fim do século XV) e na colônia de Angola (a partir do século XVII). A solenidade incluía a coroação do rei no interior da igreja e

um cortejo pelas ruas da cidade, ao som de música e com dança de origem africana, em torno do rei e da rainha e de sua corte, todos usando roupas à moda europeia (a mesma moda, aliás, que era usada pela aristocracia do reino do Kongo). Havia a representação de uma luta entre os soldados do Rei do Congo, cristão, e um exército pagão, que sempre era vencido, e um banquete com farta distribuição de comida e bebida, oferecido pelo rei que estava sendo festejado.

Congo, rio

Rio caudaloso que deságua no Oceano Atlântico, é o segundo do mundo em volume de água e o segundo do continente africano em extensão, com 4.700 km. Sua bacia hidrográfica, que se estende por quase toda a África Central, é a maior do continente e a segunda maior do planeta, alcançando 3,7 milhões de km². Seu nome deriva do reino do Kongo, que controlava sua embocadura. É conhecido também como rio Zaire.

Direitos civis, movimento pelos

Movimento desencadeado pela população negra dos Estados Unidos, pelo fim da discriminação e segregação racial praticada, especialmente, no sul dos Estados Unidos, e pela revogação das diversas leis estaduais que restringiam seus direitos civis, inclusive o direito ao voto. Embora iniciativas antirracistas estivessem sendo experimentadas desde a década de 1940, costuma-se localizar o marco inicial do movimento no ano de 1955, quando a ativista Rosa Parks, da Associação Nacional para o Avanço das Pessoas de Cor (*National Association for the Advancement of Colored People*, NAACP), recusou-se a dar lugar a uma pessoa branca em um ônibus na cidade de Montgomery, no estado do Alabama. Sua prisão e condenação por um tribunal estadual desencadeou manifestações de protesto e um boicote aos serviços de transporte, organizado pelo escritório local da NAACP e liderado pelo jovem pastor Martin Luther King Jr., que durou um ano e quinze dias, até que a segregação de lugares em ônibus foi considerada inconstitucional e abolida.

A partir de então, manifestações contra as várias formas de segregação que se baseavam na tática da não-violência se generalizaram nos Estados Unidos, a exemplo dos *sit-ins* e do *freedom ride*. Os sit-ins eram manifestações promovidas, geralmente, por grupos de estudantes negros, em locais públicos que praticavam a segregação, especialmente lanchonetes e restaurantes. Os grupos sentavam-se ostensivamente nos lugares reservados aos brancos e recusavam-se a sair quando eram ordenados. A confusão e as prisões decorrentes eram utilizadas de dois modos: em primeiro lugar, inviabilizando o funcionamento dos locais segregados – o que deu cada vez mais resultado, à medida que essas manifestações tornaram-se quase cotidianas; em segundo lugar, questionando a constitucionalidade das leis segregacionistas, na tentativa de fazer pelo menos um dos casos chegar, depois de sucessivos apelos, à Suprema Corte. O *freedom ride* foi uma manifestação na qual um grupo de ativistas brancos e negros viajou em um ônibus interestadual através de vários estados do sul dos Estados Unidos, recusando-se a respeitar a segregação em banheiros, bebedouros, lanchonetes e nas paradas. A reação dos brancos do sul foi brutal: vários manifestantes foram espancados e um deles quase foi morto. Esses desenvolvimentos obrigaram o governo federal a tomar uma posição: tropas federais foram enviadas para escoltar o ônibus, e garantir a segurança dos manifestantes em todas as paradas, em um evento amplamente noticiado pelos meios de comunicação. Em 1963, foi realizada uma marcha sobre Washington, com cerca de 250 mil pessoas de diversos estados, sob o comando de Martin Luther King Jr..

Como resultado dessas mobilizações, o governo federal teve de ceder: a Lei dos Direitos Civis foi finalmente assinada em 2 de julho de 1964, após o assassinato cruel de três estudantes negros no Estado do Mississipi pela *Ku Klux Klan* (organização secreta segregacionista,

fundada no século XIX). Martin Luther King Jr. recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1964. Em 1965, foi aprovada a lei que impedia os estados de negar à população negra o direito ao voto. Entretanto, a persistência do racismo e de muitos aspectos da segregação terminou levando a uma radicalização do movimento, com o progressivo abandono da tese da não-violência em favor da autodefesa, e a emergência de lideranças que não pertenciam à classe média negra, que havia liderado o movimento até então, como Malcolm X e os integrantes do Partido dos Panteras Negras (*Black Panther Party*).

A repressão a esses movimentos deu-se no âmbito do Programa de Contra-Inteligência do Escritório (*Counter Intelligency Program*, COINTELPRO) Federal de Investigação (*Federal Bureau of Investigation*, FBI), a polícia federal estadunidense. Criado em 1956 para fomentar o faccionalismo, boicotar e desmobilizar militantes do Partido Comunista dos Estados Unidos (*Communist Party of the United States os America*, CPUSA), o programa foi ampliado para incluir o movimento negro, o movimento de mulheres, o movimento pelo fim da guerra do Vietnã, entre outros grupos vistos como perigosos para a manutenção da ordem política. A Nação do Islã, grupo religioso do qual emergiu Malcolm X, e o Partido dos Panteras Negras foram especialmente reprimidos, via de regra, por meios considerados posteriormente ilegais.

Emblema

Objeto associado ao exercício do poder. No reino do Ndongo, na região do Congo-Angola, o símbolo máximo do poder e de sua distribuição era uma pequena estatueta de ferro chamada *ngola*. O ngola podia ser dividido e presenteado a uma dada **linhagem** que entrava, assim, em uma relação de aliança e subordinação com a linhagem dona do ngola original. Redivisões subsequentes dos fragmentos do ngola estruturavam as relações de poder em níveis menores. No reino do Kongo e nos reinos mais a norte, o sino duplo sem badalo – o nosso agogô – era um dos emblemas da realeza. Seu toque anunciava uma ordem do rei, transmitida por seus subordinados ao povo comum. Os imbangala utilizavam o *lucano*, um bracelete feito com fibras de carne humana, como emblema. No reino do Libolo, ao sul do Ndongo, uma faca denominada *mwela* era confiada pelo rei a seus emissários – seu portador agia, nas províncias do reino, como um procurador do rei, e devia ser prontamente obedecido. Outros objetos usados como emblema incluíam rabos de zebra para espantar moscas, bancos esculpidos em madeira que serviam como tronos, ou mesmo guarda-sóis. Em geral, apenas o rei tinha o direito de usar esses objetos.

Escravidão ancilar

Forma de escravidão, presente em certas sociedades que praticam a escravidão mercantil, na qual alguns escravos desempenhavam papéis ancilares (de apoio) às autoridades políticas, seja como componentes do exército, seja como burocracia palaciana.

Os reis podiam preferir um exército formado por escravos quando a demanda militar não era suportada pela população livre, quando havia pretensões de expansão territorial, quando havia a necessidade de defesa contra um inimigo mais poderoso, ou quando era necessário conter dissensões e revoltas internas (nesse caso, os homens livres podiam simplesmente aderir à revolta, em função de lealdades familiares ou locais).

O uso de escravos como funcionários do palácio (escribas, coletores de tributos, especialistas rituais, chefes dos exércitos, etc.) era uma alternativa quando o poder dos príncipes e aristocratas tornava-se uma ameaça ao rei ou à linhagem reinante. Afastados do exercício cotidiano do poder, os príncipes tinham menos oportunidades de tentar substituir, à força, o rei.

Não era raro que esses grupos escravizados adquirissem, ao longo do tempo, uma grande importância – em alguns casos, a evolução do sistema político fez com que se tornassem "fazedores de reis". É importante ressaltar, entretanto, que a quantidade de escravos em

atividades ancilares sempre foi muito menor que o número de escravos empregados na produção de mercadorias.

Escravidão conspícua

Forma de escravidão, comum nas sociedades que praticam a escravidão mercantil, na qual o escravo se torna um item fundamental de consumo conspícuo, ou seja, ele passa a ser adquirido e exibido publicamente como prova do status social superior de quem o possui. Uma forma especialmente nefasta é a utilização de escravos em sacrifícios rituais, por ocasião de coroações, cerimônias em homenagem a ancestrais, funerais, casamentos ou outras datas sociais significativas de reis ou pessoas importantes. Em geral, os escravos destinados aos sacrifícios rituais eram comprados ou capturados especificamente para este fim.

Na história do Brasil colonial, a escravidão conspícua sempre esteve presente, pois, além de serem utilizadas para o trabalho nas lavouras e nas cidades, pessoas escravizadas eram também exibidas nas ruas, acompanhando seus senhores, como forma de demonstrar pompa, poder e riqueza.

Escravidão doméstica

Forma de escravidão na qual os cativos são absorvidos, em uma posição subalterna, a um grupo de parentesco, e passam a ser empregados na produção de alimentos e utensílios a serem consumidos pelo próprio grupo.

Via de regra, em sociedades onde vigora esse tipo de escravidão os cativos são pouco numerosos. De modo geral, a pessoa passa à condição de escravo por dívidas contraídas por ela mesma ou por membros de sua família, como punição por crimes ou por ter sido capturada em uma guerra. Ela não pode ser comprada, vendida ou trocada. É comum que a pessoa escravizada, segundo essa forma, se case dentro do próprio grupo de parentesco, que incorpora sua descendência, seja em uma posição subalterna ou em uma situação de igualdade potencial com os demais membros da mesma idade.

Na África, nos locais onde a centralização política foi mais marcante, a escravidão doméstica começou a passar por transformações. O número de escravos crescia constantemente e eles passavam a ser cada vez mais importantes na produção de alimentos, em geral para sustentar uma classe de guerreiros ou de funcionários palacianos. No entanto, eles continuavam a ser obtidos por meio de guerras, e não por transações comerciais. Em outras palavras, o escravo não era uma mercadoria, nem era usado para produzir mercadorias.

Escravidão mercantil

Sistema econômico no qual a produção da riqueza de uma sociedade, geralmente inserida em um amplo circuito de trocas comerciais, baseia-se fundamentalmente no trabalho escravo. Para essas sociedades, o escravo é uma mercadoria, destinada a produzir outras mercadorias a serem vendidas no mercado externo.

Embora a utilização de mão-de-obra escrava tenha praticamente desaparecido na Europa durante a Idade Média, ela continuou a existir nos litorais do Mediterrâneo e no Oriente Médio, especialmente nas zonas sob a jurisdição do Califado, que era então um enorme império que unificava todos os muçulmanos, da Península Ibérica e do sul da Itália às fronteiras da China e dos diversos Estados da Índia, passando pelo norte da África. Com o tempo, seus mercadores alcançaram a África Ocidental e os portos da África Oriental, integrando essas duas regiões no comércio mundial e contribuindo para a introdução, em alguns desses locais, da escravidão mercantil.

Excetuando-se o Império Bizantino, a Europa era então uma região periférica, pobre e desorganizada politicamente, e que servia apenas como zona de captura de escravos e de saque para os exércitos muçulmanos. Apenas a partir do século X, com a fragmentação política do Califado, a Europa começaria lentamente a se fortalecer, em grande medida através da incorporação de diversas inovações técnicas, econômicas e culturais trazidas de diversas partes do mundo pelos muçulmanos.

A partir do século XIV, Portugal passou a se interessar pelo comércio africano, especialmente em duas mercadorias: ouro e escravos. O ouro era necessário para cunhar as moedas aceitas pelos comerciantes hindus, islâmicos ou chineses em troca de especiarias e artigos de luxo, como seda e perfumes. Os escravos continuavam sendo utilizados no sul da Europa para a produção de alimentos, vinho e azeite de oliva.

A primeira experiência portuguesa com a escravidão mercantil ocorreu nas ilhas atlânticas: para Cabo Verde eram levadas pessoas escravizadas no golfo do Benim para que produzissem têxteis, que, por sua vez, era trocado por ouro nas regiões produtoras da África Ocidental. Na ilha da Madeira, o vinho, vendido na Europa, também era produzido com mão-de-obra escrava. Mais tarde, os escravos comprados na região do Congo-Angola foram incorporados a esse circuito, que passou a incluir também a produção de açúcar em São Tomé. Essas experiências escravistas foram mais tarde aplicadas às possessões portuguesas nas Américas, no território que viria a ser o Brasil.

A escravidão mercantil apresenta com frequência dois desenvolvimentos colaterais.

O primeiro é que, por ser uma mercadoria cara, o escravo torna-se um item fundamental do consumo conspícuo, ou seja, ele passa a ser adquirido e exibido publicamente como prova do *status* social superior de quem o possui. No Brasil, esse processo foi bastante comum – os viajantes estrangeiros que passaram por aqui registraram isso muito bem. [ver **escravidão conspícua**]

O segundo é que, em ocasiões em que a demanda militar não é suportada pelo contingente populacional de homens livres, sociedades escravistas tendem a formar contingentes militares de escravos. Isso pode ocorrer quando há pretensões de expansão territorial, quando há necessidade de defesa contra um inimigo mais poderoso, ou quando é necessário conter dissensões e revoltas internas (nesse caso, os homens livres que compõem os exércitos comuns poderiam simplesmente aderir à revolta, em função de lealdades familiares ou locais). Esse processo ocorreu, por exemplo, no império de Oyó, na África Ocidental. [ver **escravidão ancilar**].

No cômputo geral, entretanto, a quantidade de escravos soldados ou de escravos utilizados apenas como indicativo de *status* sempre foi incomparavelmente menor que o número de escravos empregados na produção de mercadorias. É essa preponderância que nos permite falar de um sistema de escravidão mercantil.

É importante salientar que, no mundo muçulmano, a escravidão não tinha inicialmente um caráter racial, como parece ter tido desde muito cedo na Europa. Os escravos eram de muitas cores e vinham de qualquer lugar – dos campos da Europa Ocidental, das planícies da Ásia Central, do entorno do Mar Negro ou da Índia. Entretanto, enquanto, nessas regiões, diversos fatores contribuíram para limitar e mesmo extinguir a captura e o comércio de escravos entre os séculos XIV e XVII, a região africana se consolidou como a principal região fornecedora para o mundo muçulmano, papel que desempenhou até o fim do século XIX. Como resultado disso, passou a haver uma correlação entre escravidão e raça, baseada principalmente nas formulações cristãs europeias sobre o tema, em especial as que envolviam o episódio bíblico dos filhos de Noé.

Etiópia

Um dos poucos países africanos que não foram colonizados por potências europeias.

Os planaltos que formam a Etiópia têm uma longa tradição de estruturas políticas centralizadas. Desde 800 a.C., essas terras viveram períodos alternados de centralização e descentralização política. No século I a.C., o reino de Aksum (ou Axum) estabeleceu sua influência por uma vasta área e manteve esse domínio até o século X d.C.. É possível que o judaísmo fosse praticado na região desde o século VIII a.C.. O cristianismo foi introduzido no século III d.C., através da conversão da família real, o que deu origem a uma Igreja Etíope dependente do Patriarcado de Alexandria, no Egito. A Etiópia seria novamente unificada em 1270 por uma dinastia que se identificava como descendente do rei hebreu Salomão. A tradição que emergiu a partir daí, corporificada no livro *Kebra Nagast* ("Glória dos Reis"), liga-se ao episódio bíblico da Rainha de Sabá que seria, segundo essa versão, uma princesa etíope, com quem Salomão tivera um filho, o imperador Menelik I. Menelik teria retornado, depois de adulto, a Jerusalém, roubado a arca da aliança e a levado para a Etiópia, tornando os etíopes um dos "povos escolhidos" do Deus de Israel.

Entre o século XVII e o século XVIII, ocorreu um novo período de descentralização política, que opôs várias gerações de príncipes regionais tentando impor sua autoridade uns sobre os outros. A reunificação dos territórios que tinham pertencido ao reino da Etiópia ocorreu em paralelo ao início das tentativas de conquista europeia do interior da África. No fim do século XIX, a Itália tentou uma invasão militar, mas foi derrotada pelos exércitos etíopes do imperador Menelik II. Ao longo de quase todo o século XX, a Etiópia foi governada pelo *ras* (literalmente "cabeça", príncipe) Tafari Makonnen, primeiro como regente e, a partir de 1930, como o imperador Hailé Selassié I. Durante a Segunda Guerra Mundial, de 1936 a 1941, a Etiópia foi ocupada militarmente pelos exércitos da Itália. Selassié reinou até 1974, quando foi derrubado por um levante comunista. Em 1990, o regime comunista foi derrotado por uma coalizão que conduziu o país a um sistema político parlamentarista multipartidário.

A Etiópia simbolizou a esperança de libertação para africanos e muitos de seus descendentes nas Américas ao longo de todo o século XX. A referência aos etíopes como povo escolhido foi expandida por lideranças religiosas na África (que criaram as chamadas igrejas etíopes nos anos de 1920 e 1930) e no Caribe (que fundaram o movimento rastafári por volta da mesma época). Após a descolonização do continente africano, a Etiópia teve papel de destaque na criação, em 1963, da Organização para a Unidade Africana, hoje União Africana, cuja sede permanente fica na capital etíope, Adis Abeba.

Etnografia

Método, por excelência, utilizado pela Antropologia para a coleta de dados. A palavra, que significa literalmente "descrição dos povos", é usada para se referir ao trabalho meticuloso de observação e registro executado por um antropólogo que passa uma temporada vivendo com o grupo em questão. Por extensão, chama-se "registro etnográfico" as descrições de costumes, crenças, formas de vestir, hábitos alimentares, etc. feitas por pessoas que não tinham formação antropológica, mas estiveram em locais desconhecidos pelos europeus e deixaram relatos sobre o que viram e ouviram. No caso da África, os primeiros registros etnográficos foram realizados por viajantes muçulmanos e, séculos mais tarde, por traficantes de escravos, missionários e exploradores europeus.

A Antropologia do século XIX instituiu o conceito de "tribo" para analisar as realidades de povos em que o parentesco parecia ser a única forma de organização social. A partir de diversas etnografias feitas na África e em outras regiões, os antropólogos acumularam uma série de críticas a esse conceito, que terminou sendo abandonado. Entretanto, ele permanece no senso comum e nas representações feitas pelos meios de comunicação sobre o continente africano.

Etnônimo

Nome pelo qual um grupo étnico é denominado ou se autodenomina. Os nomes étnicos refletem a forma como pessoas e grupos se identificam mutuamente no bojo das relações sociais que mantêm uns com os outros. Alguns etnônimos são atribuídos pelo próprio grupo; outros, são atribuídos por grupos próximos. É comum, inclusive, que um grupo seja conhecido por nomes diferentes por diversos grupos vizinhos. No caso da África, há evidência de que alguns etnônimos foram criados por autoridades coloniais e impostos sobre populações que não se reconheciam, de início, como pertencentes ao mesmo grupo. Em outros casos, diferentes camadas sociais de um mesmo grupo receberam etnônimos diferentes, a partir da suposição das autoridades coloniais de que os chefes tinham necessariamente de ter uma origem racial diferente da maioria camponesa. O tratamento diferenciado que o Estado colonial dava a diferentes "grupos étnicos", pré-existentes ou recém-inventados, consolidou o pertencimento étnico como uma das formas mais importantes de identificação na África contemporânea.

Evolucionismo

Teoria de desenvolvimento social, elaborada no contexto do pós-Iluminismo, segundo a qual todas as sociedades humanas percorrem, em seu desenvolvimento, uma única estrada, que parte de formas mais simples de organização e "avança" em direção à crescente complexidade das formas de organização social, das técnicas materiais e da vida cultural. O ponto de partida desse percurso seria um "estado de natureza" e, o de chegada, a "civilização". Os europeus acreditavam que sua própria sociedade era a que mais tinha avançado nesse suposto caminho. A África, por outro lado, era o lugar em que, desse ponto de vista, os passos tinham sido os mais tímidos.

Inspirado pela teoria de evolução das espécies de Charles Darwin, o evolucionismo foi um dos pilares morais para justificar o processo de dominação europeia no continente africano do fim do século XIX a meados do século XX. A "missão civilizatória" era invocada pelos teóricos da dominação colonial, que debatiam as melhores formas de executá-la. Em algumas colônias francesas, os africanos que falavam o francês e vestiam-se à europeia eram chamados de *evolués* ("evoluídos"). Nas colônias portuguesas, o termo era *assimilado* – à cultura europeia, obviamente, supostamente superior.

Apesar de ter sido, em grande medida, abandonado pela teoria social, o evolucionismo continua presente nas representações sobre a África veiculadas nos meios de comunicação, o que tem impedido um conhecimento mais profundo da história e das realidades do continente africano.

Especialização produtiva

Tipo de atividade desenvolvida por um grupo, geralmente no contexto de uma situação interétnica, que constituía sua especialidade, a partir da qual eram realizadas trocas comerciais com outros grupos. Podia ser o trabalho com o ferro ou com o couro, a tecelagem, o transporte fluvial, a agricultura de grãos, o pastoreio, o comércio a longa distância, a cura de males físicos e espirituais, ou, mesmo, o conhecimento da música, da história e das tradições locais. No caso do médio **Níger**, provavelmente o mais conhecido exemplo africano de especialização produtiva, os grupos de especialidade são considerados como diferentes "castas" e são chamados, em conjunto, como "gente de casta", em contraposição aos nobres (todos os demais homens livres) e aos escravos.

Expansão bantu

Lento e descontínuo movimento populacional que resultou na utilização de idiomas do grupo bantu em uma enorme porção do continente africano.

Os povos que falavam o idioma que deu origem às línguas bantu viviam na fronteira entre a savana e a floresta, ao sul do rio Benué. Eles viviam em aldeias sedentárias e dominavam a agricultura do dendê, do inhame e de outros tubérculos, faziam cerâmica, navegavam pela costa, pescavam no mar e em rios e criavam cabras e cachorros, além de coletarem extensivamente frutas e castanhas.

A partir de 3000 a.C., esses grupos começaram a migrar em direção ao leste e ao sul. Não foi um movimento rápido de conquista, nem uma onda populacional avassaladora; ao contrário, foi uma expansão feita de uma infindável série de pequenos deslocamentos em busca de novas terras para cultivo ou moradia, ou rios e lagos piscosos ainda pouco explorados. A cada geração, o território ocupado se expandia, em geral não mais que um dia de marcha, ou cerca de trinta quilômetros.

A chegada dos grupos agrícolas e sedentários falantes de idiomas da família bantu não representou a extinção das populações nômades que viviam da caça e da coleta, nem dos grupos sedentários que viviam da pesca, que eles encontravam no caminho. O mais provável é que os vários modos de vida se complementassem. Entretanto, as pequenas vilas tornavam-se o centro das trocas entre as populações, e o idioma dos sedentários ganhou proeminência, embora incorporando, provavelmente, aspectos dos idiomas locais.

Grandes lagos

Série de lagos localizados a grandes altitudes na Grande Falha que separa a África Oriental do restante do continente. Alguns, como o Vitória, fazem parte da bacia do **Nilo**; outros, incluindo o Tanganica, contribuem para o **Zaire**; o lago Malawi deságua no **Zambeze**; e o lago Turkana não tem saída para o mar.

As margens desses lagos foram habitadas, há milhões de anos, pelas espécies que antecederam o *Homo sapiens*. No período úmido do Saara, os grandes lagos estavam incluídos no território em que ocorreu um processo de sedentarização baseado na pesca. Mais tarde, foram o palco do desenvolvimento de uma série de Estados baseados na **realeza sagrada**, assim como do desenvolvimento independente de técnicas de metalurgia do ferro.

Grupo doméstico

Conjunto de parentes, agregados e cativos que trabalham a terra comum e vivem juntos, em geral sob a liderança de um “grande homem”.

Grupos de idade

Instituição existente em muitas sociedades africanas, os grupos de idade são organizados fora das relações de parentesco, em função de experiências comuns. Assim, rapazes da mesma faixa de idade, que eram circuncidados e iniciados juntos, mantinham contato entre si, muito embora dispersos pelos mais diferentes vilarejos. Essa coletividade possuía atribuições e poderes balanceados dentro da sociedade. Muitas possuíam um chefe, que era mais um símbolo da unidade do grupo que um titular do poder, o qual poderia desempenhar o papel de árbitro de disputas internas, organização de rituais coletivos. A hierarquia interna podia ser bastante complexa, espelhando a estrutura do poder político no nível da aldeia ou mesmo do reino. Em algumas sociedades sem Estado, cada grupo de idade era encarregado de uma série de funções políticas, como, por exemplo, a distribuição das terras para o cultivo, em um

determinado ponto de sua trajetória (por exemplo, quando seus membros têm trinta ou quarenta anos), e por um período específico de tempo (por exemplo, dez anos). Após esse período, o grupo seguinte assumia a liderança, e assim sucessivamente. Em outros lugares, o grupo de idade é a comunidade de solidariedade mais imediata além do grupo de parentesco, a que se pode recorrer na existência de algum problema.

Homo

Gênero animal composto pela espécie humana moderna (*Homo sapiens*) e seus ancestrais e colaterais mais imediatos (*Homo habilis*, *Homo erectus*).

Atualmente, há um consenso de que tanto a nossa espécie quanto as espécies que a antecederam surgiram na África, em algum ponto do vale da Grande Falha. O *Homo habilis*, que já fabricava ferramentas de pedra em série, viveu apenas na África. O *Homo erectus*, que aprendeu a manipular o fogo e a usar peles de animais, expandiu-se para as regiões mais frias da Ásia. O *Homo sapiens* foi o primeiro a enterrar seus mortos e a deixar registros em paredões e cavernas. Fabricava uma infinidade de instrumentos de pedra, para fins variados. Da África, ele se expandiu para todos os continentes do globo. Progressivamente, as outras espécies do gênero Homo foram sendo extintas, até que só restasse o *Homo sapiens*.

Irmandades religiosas

Confrarias islâmicas presentes na África Ocidental, equivalentes às ordens terceiras ou irmandades católicas. As *turuq*, plural de *tariqah*, palavra árabe para "caminho" ou "método", são originárias do *sufismo*, um aspecto esotérico da experiência religiosa islâmica, preocupado com o alcance da verdade interior, que atravessa as principais divisões político-religiosas islâmicas (o sunismo e o xiismo). Cada tariqah tinha um guia. A África Ocidental deveu muito a esse tipo de organização religiosa, extremamente popular, das quais as mais influentes foram a *Qadiriya* (uma das mais antigas, fundada no Iraque no início do século XII) e a *Tidjaniya* (criada no norte da África no fim do século XVIII, em parte como reação à hegemonia da Qadiriya, considerada excessivamente hierárquica e conservadora). As solidariedades propiciadas por essas confrarias atravessavam os grupos de parentesco e estiveram relacionadas à expansão política de certos Estados africanos, especialmente durante o século XIX.

Jihad

Um dos preceitos estabelecidos na religião islâmica, segundo a qual os muçulmanos devem lutar para buscar e conseguir a fé. A tradição islâmica distingue entre a "pequena jihad", que é o esforço que os muçulmanos fazem para levar a mensagem do Islã aos que dela não têm ciência, pelo convencimento ou pelas armas, e a "grande jihad", que é a luta espiritual interior que todo muçulmano deve encampar para se aproximar da verdade e de deus.

A jihad decretada por Usuman dan Fodio, em 1804, contra os reinos haussa no Golfo do Benin foi a primeira a ser decretada contra outros muçulmanos, sob o pretexto de que sua fé estava corrompida por práticas pagãs. A vitória de seus exércitos fez nascer um poderoso império político (o Emirado de Sokoto) que, cedo, envolveu-se na captura e no comércio de gente. A pressão de Sokoto sobre as províncias ao norte do Império de Oyó foi um dos fatores responsáveis pela desintegração dessa entidade política. Nesse contexto, a Bahia recebeu, no início do século XIX, uma grande quantidade de africanos de origem haussa e yoruba, muitos dos quais islamizados, que protagonizaram uma série de revoltas, como o levante haussa de 1807 e a Revolta dos Malês em 1835 [ver **revoltas escravas, ciclo baiano**].

Kilombo

Sociedade de iniciação masculina de origem umbundu, ligada à circuncisão. Esteve na base da centralização política do antigo Estado do Kulembe, e, mais tarde, na do Libolo. A partir do Libolo, o kilombo foi incorporado por migrantes de origem lunda, os imbangala, que o transformaram em uma organização social predatória. As linhagens foram abolidas e a reprodução do grupo se dava através do rapto de crianças, principalmente do sexo masculino [ver **linhagem**].

No começo do século XVII, alguns kilombos imbangala entraram em contato com os colonos portugueses em Luanda e se aliaram a eles para derrotar o Ndongo. Em seguida, se estabeleceram enquanto um Estado intermediário no tráfico de escravos – o Kasanje. Os kilombos que haviam se deslocado mais para o sul resistiram duramente à penetração portuguesa até a segunda metade do século, quando passaram a fornecer um grande número de escravos aos comerciantes portugueses. Alguns kilombos estão na origem de certos Estados umbundu.

No Brasil, a palavra "quilombo" foi utilizada por escrito pela primeira vez para designar Palmares, mais de noventa anos após a sua fundação. Não sabemos como o termo chegou do lado de cá do Atlântico, mas a partir de então seu uso se generalizou como sinônimo de comunidades de pessoas que fugiam das propriedades onde eram mantidas como escravas. Esse uso do termo atravessou novamente o Atlântico e passou, por volta do século XVIII, a designar, tanto em Angola como no Brasil, comunidades de escravos fugidos que se organizavam, em geral em locais de difícil acesso, para a produção de alimentos e para a defesa. Assim como no Brasil, os quilombos angolanos foram duramente reprimidos pelas autoridades coloniais portuguesas.

Kongo, técnicas de cura

O campo da prática religiosa no reino do Kongo e nas regiões vizinhas de fala kikongo estava baseado no conceito de *kindoki*, termo que significa o poder de operar neste mundo através da interferência do outro mundo, em que habitavam ancestrais e divindades relacionadas a locais específicos, como montes, florestas e cursos d'água. Uma pessoa com poderes sobrenaturais, conscientes ou inconscientes, publicamente reconhecidos ou secretos, era denominada *ndoki*, palavra comumente traduzida (ou mal-traduzida) como "feiticeiro". O uso do kindoki não era voltado necessariamente para o mal, embora grande parte dos males individuais ou coletivos, de doenças a conflitos entre linhagens, fossem atribuídos a ele, e à ganância e à inveja de seus portadores [ver **linhagem**].

Através de um processo iniciático, uma pessoa, de qualquer um dos sexos, com grandes habilidades na comunicação com o outro mundo podia tornar-se um *nganga*, termo que significa literalmente "conhecimento" ou "habilidade", sendo com frequência traduzido como "sacerdote", embora o campo religioso do reino do Kongo não reconhecesse uma hierarquia sacerdotal unificada, exceto a da igreja católica, cujos padres eram também chamados *nganga*. O nganga geralmente era contratado por uma ou mais pessoas interessadas em um serviço espiritual específico, e era remunerado através de taxas costumeiras. Havia várias especializações possíveis. Os que recorriam ao transe ou à possessão, induzidos por drogas específicas ou por dança, cantos e tambores, eram conhecidos como *nganga mgombo*. Enquanto a maioria dos ngangas atendia a indivíduos, realizando curas de doenças cujas causas espirituais estavam relacionadas a ofensas a ancestrais e divindades familiares, o *nganga marinda* era especializado na solução de problemas que envolviam toda uma coletividade.

No Kongo do século XVIII, a guerra civil intermitente, a insegurança provocada pela constante possibilidade de escravização e a tensão social entre camponeses e nobres eram "doenças sociais" que ocupavam grande parte dos trabalhos de um nganga marinda. Uma forma de lidar

com essas situações era a cerimônia conhecida como *mbumba kindonga*, cuja realização podia ser prescrita pelo mundo espiritual. Em uma grande catarse coletiva, sob a orientação de um nganga marinda e com o conselho dos espíritos, velhas ofensas eram reveladas, invejas e raivas secretas eram confessadas. No fim da cerimônia, cada grupo doméstico trazia um item de seu patrimônio para ser enterrado, junto com os antigos desentendimentos, em uma tumba coletiva, de modo que a comunidade pudesse recomeçar sua vida comum em harmonia.

Outra forma de curar as doenças sociais era a **sociedade secreta** de iniciação *Kimpasi*, palavra que significa literalmente "sofrimento". Havia seções da Sociedade Kimpasi espalhadas por todo o Kongo, e, embora não houvesse uma direção centralizada, seus iniciados reconheciam-se e se solidarizavam mutuamente.

Os líderes de uma ou mais aldeias que estivessem passando por um período de sofrimento coletivo podiam convocar um certo número de ngangas para organizar uma sociedade Kimpasi em suas imediações. Em um local de difícil acesso, os ngangas construíam uma paliçada de madeira, cercada internamente por plantas medicinais e protetivas, a que chamavam de "muros do Rei do Kongo". Um altar era construído e guarnecido com itens religiosos das tradições kongo e católica. A cruz, um símbolo poderoso para ambas as tradições, tinha um lugar central, simbolizando a junção entre os mundos terreno e espiritual. De cada um dos lados era colocado um *kiteke*, estátua com forma humana imbuída do poder de ver o mal e os seus praticantes.

Os ngangas escolhiam então os futuros iniciados, em geral adolescentes de ambos os sexos, que eram levados à sede da sociedade Kimpasi e, antes de entrar, perdiam progressivamente a consciência e caíam em um profundo transe, considerado como equivalente à morte. "Mortos", eram introduzidos no interior da paliçada, onde eram "ressuscitados" através de um cuidadoso tratamento, que envolvia sua possessão, permanente a partir dali, por um *nkita*, ou divindade local. Após um período de treinamento em conhecimentos ocultos e secretos, os iniciados eram devolvidos a suas aldeias, mas com uma nova identidade. Isentos dos tabus do incesto, por já não serem parentes dos membros de sua linhagem de origem, e intocáveis pelas leis comuns, estavam em posição de atuar como árbitros em disputas entre linhagens e mesmo contestar os poderes instituídos sem medo de represálias, o que lhes permitia investigar e tratar livremente dos problemas sociais vivenciados no interior da aldeia.

Kwa, família linguística

Ramo da família linguística Níger-Congo, falado no Golfo do Benin, em torno do rio **Volta**. Inclui o akan e o gbe, grupo de cerca de 20 idiomas relacionados, falados a oeste do Iorubo, na região do reino do Daomé, de onde vieram muitas pessoas escravizadas para a Bahia ao longo de todo o século XIX.

Kwanza, rio

Rio que nasce no planalto central angolano e deságua no Oceano Atlântico, foi a principal via de acesso dos militares, colonos e comerciantes portugueses ao interior de Angola.

Linhagem

Tipo de estrutura social na qual diversos grupos domésticos, em geral vizinhos, se unem sob a liderança de um desses grupos, através de laços de parentesco real ou fictício. É comum uma linhagem estar relacionada à fundação de uma vila ou aldeia, embora outras linhagens menores ou membros de linhagens dispersas também possam viver ali, sob a proteção da linhagem fundadora.

Libéria

Situada na África Ocidental, a Libéria foi um dos poucos países africanos que não foram colonizados por potências europeias. A história da Libéria iniciou-se em princípios do século XIX, quando abolicionistas estadunidenses, reunidos na Sociedade Americana de Colonização (*American Colonization Society*), compraram de chefes locais uma faixa de terra, próxima à colônia britânica de **Serra Leoa**, com o objetivo de "repatriar" os negros, nascidos na África ou já no continente americano, que viviam nos Estados Unidos. Entre 1820 e 1821, chegaram as primeiras levas de imigrantes, compostas, principalmente, por cristãos protestantes, atraídos pelas campanhas de **retorno à África**. Em 1847, foi proclamada uma república independente.

O período imediato à independência ficou marcado pelas disputas territoriais. O desejo da Libéria de expandir a soberania para o interior provocou a contestação não apenas das populações africanas, mas das potências europeias, nomeadamente Grã-Bretanha e França. Com estes países foram assinados tratados que definiam as fronteiras da Libéria, nos anos de 1885 e 1892.

Desde a sua fundação, o Estado liberiano se identificou com a civilização europeia, e com a experiência de vida de seus fundadores nos Estados Unidos. O país adotou o inglês como língua oficial, uma bandeira inspirada na bandeira dos Estados Unidos e uma estrutura de governo semelhante ao governo federal norte-americano. Os colonizadores definiam-se como "americanos", em contraposição aos "africanos", que experimentaram uma situação colonial análoga àquela enfrentada sob a dominação europeia. A partir do final do século XIX, o partido conservador dominou a política liberiana, até um golpe de estado, em 1980, orquestrado por oficiais de baixa patente do exército, que denunciavam a marginalização da maioria da população liberiana em favor dos descendentes dos colonizadores estadunidenses. Seguiu-se um período de eleições fraudadas, golpes, contragolpes e duas guerras civis (1989 e 2003), que levaram a intervenções de países vizinhos, dos Estados Unidos e da Organização das Nações Unidas (ONU) e ao estabelecimento de eleições, em 2005.

Luanda, invasão holandesa

Fundada em 1575, pelos portugueses, como capital de uma capitania hereditária, São Paulo de Luanda tornou-se o principal porto de embarque de escravos para o trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar no Brasil ao longo do século XVII. A dependência que a indústria do açúcar apresentava em relação à força de trabalho forçado africano fez com que os holandeses, que haviam conquistado Pernambuco e boa parte do nordeste brasileiro em 1630, se voltassem para os portos do outro lado do Atlântico, conquistando São Jorge da Mina, na África Ocidental, em 1637, e Luanda, em 1641.

Os portugueses reagruparam-se em Massangano, uma pequena povoação às margens do rio Kwanza. Nzinga a Mbandi, então rainha da Matamba, aproveitou a ocasião para construir uma ampla aliança de autoridades africanas contra os portugueses, que buscavam impor seu monopólio no tráfico de escravos. Entretanto, apesar de embaixadas enviadas por Nzinga ao Recife, os holandeses preferiram apoiar os portugueses, uma vez que estes eram imprescindíveis para a obtenção de escravos nas feiras do interior, às quais os holandeses não tinham acesso.

O domínio holandês durou até 1648, quando uma expedição marítima enviada do Rio de Janeiro tomou de volta, sem resistência, a cidade de Luanda.

Malebo, lago

Lago no baixo curso do **Congo** em que se inicia um longo trecho navegável em direção ao interior do continente africano. Atualmente, separa as cidades de Brazzaville, capital da República do Congo, e Kinshasa, capital da República Democrática do Congo. Entre os

séculos XVII e XVIII, foi um importante ponto da rede comercial do tráfico de escravos da África Central – era ponto de encontro para os comerciantes de escravos do interior, que viajavam pelo rio Zaire ou que vinham, por terra, de Matamba e de Lunda. Ali, eles podiam vender sua carga humana aos traficantes que vinham, por terra, dos portos do reino do Kongo, ao sul, ou do reino do Loango, ao norte, através do reino do Nziko. Ao longo desses dois séculos, o controle sobre a região do lago Malebo foi duramente disputado entre os reinos do Kongo e do Nziko.

Níger, rio

Terceiro rio mais longo do continente africano e o principal da África Ocidental, com cerca de 4.180 km de comprimento e uma bacia hidrográfica de 2,2 milhões de km². Nasce nas montanhas, na fronteira entre a Guiné e a Serra Leoa, percorre um enorme arco no qual ingressa no deserto do Saara, e deságua no Golfo da Guiné, no Oceano Atlântico, formando um enorme delta no sul da Nigéria. Ainda no seu curso médio, recebe as águas do rio Bani, formando um enorme delta interior.

O Níger compõe, junto com os rios **Volta**, Senegal e **Benué**, seu principal afluente, um enorme sistema de transporte fluvial que possibilitou, desde muito cedo, o comércio de longa distância envolvendo os produtos das diferentes paisagens da África Ocidental (litoral, floresta, savana e estepe). A urbanização é um fenômeno antigo ao longo de todo o seu vale, e especialmente no seu curso médio, de onde caravanas podiam alcançar, através do Saara, o Mediterrâneo e, mesmo, o Egito. A centralização política também tem uma longa história nas margens do Níger, ligada ao comércio transaariano e, mais tarde, ao tráfico de escravos [ver **tráfico de escravos, Saara**].

Níger-Congo, família linguística

Maior família linguística africana, tanto em número de falantes, quanto em relação à área de abrangência geográfica ou ao número de idiomas (cerca de 1500). Quase todas as línguas da África subsaariana pertencem a este grupo, que inclui as famílias linguísticas **Kwa** e **Benué-Congo**, da qual fazem parte os idiomas **bantu**.

Nilo, rio

Maior rio africano em extensão, com aproximadamente 6.630 km de comprimento e uma bacia hidrográfica de cerca de 3,2 milhões de km² (a segunda maior do continente). Nasce no lago Vitória [ver **grandes lagos**] e deságua no mar Mediterrâneo, em um extenso delta. Seus principais afluentes são o Nilo Azul e o Atbara, que drenam o planalto etíope, e o Bahr el-Ghazal, que alimenta também a região do *Sudd*, uma enorme área alagadiça no sul do atual Sudão. Após receber as águas desses afluentes, o Nilo atravessa o deserto do Saara, apresentando uma significante alteração em seu curso, em formato de "S".

As cheias anuais do Nilo e a fertilidade dos sedimentos que o rio carrega desde as florestas de altitude em meio às quais nasce foram fatores fundamentais para a implementação da agricultura, e para a constituição de um Estado unificado e altamente centralizado no Egito, em pleno deserto. Mais ao sul, os sucessivos reinos da **Etiópia** e da Núbia também surgiram às margens do Nilo ou de seus afluentes. O vale do rio proporcionava uma importante via de comunicação entre o norte e o centro do continente africano.

Pan-africanismo

Movimento político, filosófico e social para a unidade do continente africano e a defesa dos direitos dos africanos e seus descendentes nas Américas e na Europa.

O movimento pan-africanista surgiu a partir da fundação, em 1897, na Inglaterra, da Associação Africana, mais tarde rebatizada de Associação Pan-Africana, pelo ativista caribenho Henry Sylvester Williams. Em 1900, a Associação promoveu a Conferência Pan-Africana, que reuniu negros, especialmente estudantes, da África Ocidental, da África do Sul, da Libéria, do Caribe e dos Estados Unidos. Ao longo das primeiras décadas do século XX, foram realizados quatro congressos, em diferentes capitais europeias, na tentativa de envolver africanos e descendentes de africanos oriundos dos impérios coloniais francês, português e belga.

Uma das mais importantes dentre as primeiras bandeiras do pan-africanismo foi a defesa da igualdade dos negros nas colônias inglesas, na África do Sul e nos Estados Unidos, perante a lei. O movimento enfrentou enormes dificuldades de organização a partir da década de 1930, mas foi reorganizado no final da Segunda Guerra Mundial. Em 1945, teve lugar o V Congresso Pan-Africano em Manchester, Inglaterra, reunindo intelectuais e ativistas negros dos Estados Unidos, Caribe e muitos dos nacionalistas africanos que conduziriam, nas duas décadas seguintes, seus países à independência. O encontro serviu como importante fórum de articulação de estratégias de luta pela descolonização e contra o racismo [ver **direitos civis, movimento pelos**].

Parentesco perpétuo

Instituição que esteve na base da formação do Estado em grande parte da África Central.

A ascendência que uma dada **linhagem** obtinha sobre as demais em um determinado momento podia ser corporificada em um título, que passava a ser utilizado pelo seu chefe. À medida que novas linhagens reconheciam essa supremacia, celebravam-se "casamentos" entre o título político, considerado masculino, e a "linhagem" aliada ou submetida, considerada feminina. Desse casamento podiam nascer "filhos": novos títulos, dependentes do primeiro, que passavam a ser utilizados pelos chefes das linhagens aliadas subalternas.

Os títulos, assim como o parentesco neles contido, eram transmitidos por herança. Assim, uma linhagem portadora de um título "filho" ou "sobrinho" prestava à linhagem portadora do título superior a deferência devida a um "pai" ou a um "tio", independente de quantas gerações tivessem se passado desde a criação do laço de parentesco perpétuo.

Eventualmente, uma linhagem antes poderosa podia perder completamente sua importância; nesse caso, o título que ela detinha podia "morrer" – era formalmente extinto, através de rituais executados pelos seus "descendentes", ou seja, pelos chefes das linhagens que haviam sido submetidas anteriormente.

Pumbeiro

Nome dado aos traficantes de escravos que operavam a rota comercial entre a costa do Loango, do Kongo ou de Angola e a região do lago Malebo (conhecido como Mpumbu em kikongo).

Racialismo

Crença na existência de grupos humanos geneticamente diferentes (as "raças"), que apresentariam características físicas, propensões psicológicas e capacidades intelectuais também diferentes. O racialismo, que é o pressuposto lógico de todas as formas de racismo, foi

desenvolvido em paralelo a um conjunto de teorias raciais a partir do Iluminismo, na Europa, e foi utilizado como ponto de partida para diversas interpretações sobre a história e a sociedade humanas, e o papel de diferentes partes da humanidade nelas, entre os séculos XVIII e XIX. Essas interpretações exaltavam os feitos civilizatórios e qualidades supostamente inerentes aos povos "brancos", enquanto apontavam defeitos diversos nas demais "raças", especialmente os povos "negros" – africanos e afro-descendentes. Algumas teorias racistas do século XIX acreditavam, por exemplo, que era um dever europeu "civilizar" os povos africanos. Em outras palavras, a dominação colonial era um dever moral e um bem que os europeus faziam aos africanos "primitivos". Outras teorias afirmavam que as raças "inferiores" simplesmente desapareceriam, seriam exterminadas pelas raças "superiores", em um processo de seleção natural.

Realeza sagrada

Tipo de estrutura política na qual os reis são revestidos de um caráter divino, chegando, em alguns casos, a ser considerados como encarnações de deuses. Em geral, a sacralização do rei é acompanhada da suspensão ritual de suas relações de parentesco anteriores e dos tabus associados, como a proibição do incesto, de forma a distanciar, de forma equitativa, todas as linhagens do exercício do poder real.

Retorno à África

Movimento promovido por lideranças negras e abolicionistas brancos nos Estados Unidos, que objetivavam promover a emigração da população negra estadunidense para a África. Surgido no início do século XIX, o movimento foi corporificado na Sociedade Americana de Colonização (*American Colonization Society*), que esteve ligada à fundação da **Libéria**. O movimento perdeu força nas décadas que se seguiram ao fim da escravidão nos Estados Unidos, mas voltou a crescer no fim do século XIX, quando se tornou claro que as expectativas da população negra quanto à igualdade de direitos não seriam alcançadas – especialmente no sul, onde um intrincado sistema de segregação legal havia sido implantado, sob a sombra da ação violenta de associações segregacionistas, como a Ku Klux Klan, e dos linchamentos promovidos pela população branca majoritária, que se intensificaram na década de 1890.

O entusiasmo suscitado pela ideia de retorno à África prolongou-se até as primeiras décadas do século XX, mas o número de migrantes efetivos sempre foi muito pequeno. Uma das causas possíveis é o fato de que o tráfico de escravos em direção aos Estados Unidos foi interrompido relativamente cedo, tornando o vínculo com a África mais tênue do que no Brasil ou em certas partes do Caribe, onde o "infame comércio" prosseguiu até o terceiro quarto do século XIX – o que implicava não apenas na chegada contínua de africanos, como também em uma diversidade de outras trocas, não apenas comercias, mas também culturais, entre os dois lados do Atlântico.

Revoltas escravas, ciclo baiano

Nome dado ao conjunto de revoltas protagonizadas por escravos, com a participação de libertos e, por vezes, de livres, entre 1807 e 1835, em Salvador e nas principais cidades do Recôncavo. O contexto urbano do início do século XIX era marcado por uma ampla movimentação escrava, possibilitada pelo sistema de *ganho* (situação na qual os escravos exerciam, por conta própria, atividades urbanas diversas, trabalhando como vendedores, carregadores ou artesãos especializados, entregando a seus senhores somas semanais previamente acertadas e acumulando a sobra como pecúlio). Além disso, o contexto político do Golfo do Benim (englobando a **jihad** promovida por Sokoto, a expansão do Daomé e a dissolução do Império de Oyó) implicara em uma grande concentração, na Bahia, de pessoas

com ampla experiência militar, além de muitos muçulmanos, de origem haussa, mas também yoruba (os "malês"). Finalmente, as tensões e rupturas provocadas pela guerra de independência (1822-1823), e o período subsequente de afirmação crescente, mas contestada, da hegemonia imperial, pontilhado de levantes da "plebe livre", propiciaram um ambiente propício para as tentativas violentas de subversão da escravidão.

Rebeliões, conspirações, motins e fugas coletivas seguidas de ataques às cidades explodiram ou foram delatados nos anos de 1807 (Salvador), 1809 (Salvador e Nazaré das Farinhas), 1814 (Itapuã), 1816 (Salvador e Recôncavo), 1822 (Itaparica), 1826 (uma em Cachoeira e outra em Salvador), 1827 (uma em Cachoeira, uma em São Francisco do Conde e uma terceira em Abrantes), 1828 (uma em Cachoeira, uma em Salvador, outra no Iguape, e uma quarta em Santo Amaro), 1829 (Cotegipe), 1830 (Salvador) e 1835 (Salvador e Recôncavo). A mais bem estudada dessas revoltas é a última, conhecida como "revolta dos malês" (como eram chamados os *nagôs*, ou pessoas de fala yoruba, islamizados). Quase todas essas revoltas envolveram pessoas recém-chegadas da África, principalmente do Golfo do Benim – inicialmente com preponderância haussa, em função da expansão inicial de Sokoto, mas cada vez mais yoruba, à medida que a crise de Oyó se intensificava. Em grande medida, o fim das revoltas está relacionado à drástica diminuição da chegada de africanos do Golfo do Benim à Bahia, após a proibição do tráfico em 1831.

Rodésia do Sul

Protetorado britânico que corresponde ao atual Zimbábue, na África Austral. No século XIX, no contexto da corrida colonial, o empresário e político inglês Cecil Rhodes, um dos principais articuladores do colonialismo britânico na África, obteve uma concessão para a exploração mineral englobando os territórios atuais do Zimbábue e da Zâmbia. Tropas do Reino Unido venceram a resistência dos povos *mashona* e *matabele* e, em 1888, estabeleceram um protetorado, denominado Rodésia. O território foi entregue à administração da Companhia Britânica da África do Sul (*British South Africa Company, BSAC*), uma **companhia de exploração** fundada por Rhodes, que a controlou até 1923, quando passou à tutela direta das autoridades britânicas. A região foi dividida em Rodésia do Norte (atual Zâmbia) e Rodésia do Sul. Colonos brancos instalaram-se na Rodésia do Sul, onde formaram um governo regional autônomo que excluía a população negra.

Em 1953, as duas Rodésias e a colônia de Niassalândia (atual Malaui) formaram uma federação sob tutela britânica. Em 1961, a Rodésia do Sul adotou uma constituição que garantiu o domínio dos brancos, em termos semelhantes aos do **apartheid** sul-africano. A federação foi dissolvida em 1963, devido ao crescimento do nacionalismo africano na Rodésia do Norte e na Niassalândia, e à decisão britânica de aceitar uma descolonização progressiva que pudesse ser, de alguma forma, controlada. A Zâmbia e Malaui conquistaram sua independência em 1964, mas o governo britânico recusou-se a conceder a independência à Rodésia do Sul enquanto a constituição não fosse revisada para garantir alguma participação política da população negra. O conflito favoreceu a ascensão da Frente Rodesiana, partido racista branco, cujo líder, Ian Smith, tornou-se primeiro-ministro e proclamou unilateralmente a independência em 1965. O Reino Unido não reconheceu a independência, mas não tomou medidas para retomar o controle do território, como queriam quase todos os líderes políticos do países africanos independentes. A ONU condenou o governo racista de Smith e impôs sanções econômicas em 1968. O regime rodesiano recebeu o apoio da África do Sul e de Moçambique, na época sob domínio português. Nos anos de 1970, dois movimentos guerrilheiros puseram em cheque o governo de minoria branca: a União Nacional Africana do Zimbábue (*Zimbabwe African National Union*, ZANU) e a União Popular Africana do Zimbábue (*Zimbabwe African People's Union*, ZAPU). Em 1978, o governo segregacionista, à beira do colapso, foi forçado a negociar. Em troca de salvaguardas para a minoria branca, a "rebelião" contra o Reino Unido foi encerrada, o direito ao voto foi estendido a todos os habitantes, e o governo britânico

supervisionou a transição para a independência, proclamada em 1980 sob o governo de Robert Mugabe, líder da ZANU.

Serra Leoa

Pequeno país situado na África Ocidental, Serra Leoa foi uma das primeiras possessões britânicas na África, estabelecida no século XVII. Até então, esse trecho da costa abrigava fortes de diversos países europeus, dedicados ao tráfico de escravos. Em 1787, filantropos ingleses patrocinaram a emigração para a Serra Leoa de negros pobres que viviam em Londres, muitos dos quais ex-escravos que haviam obtido sua liberdade ao juntarem-se ao exército britânico que tentara impedir a independência dos Estados Unidos. A partir de 1792, novas levas de ex-escravos norte-americanos, libertados pelos britânicos no contexto da guerra de independência, foram enviados para lá. Uma **companhia de exploração**, financiada por comerciantes ingleses, regulava os assuntos internos da colônia, incluindo a concessão de terras, o que causou uma revolta dos colonos negros, em 1799.

No início do século XIX, no contexto da repressão ao tráfico de escravos, a Marinha britânica passou a desembarcar na Serra Leoa as pessoas libertadas de navios negreiros abordados no Atlântico e nos diversos portos da África Ocidental. A coexistência de pessoas oriundas de muitos locais, falando línguas diferentes, deu origem a um idioma novo, e a uma cultura específica, conhecida como *krio* (de "creole", idioma formado a partir das contribuições de vários outros, sob a estrutura geral de uma língua dominante – neste caso, o inglês). Como na **Libéria**, os krio impuseram seu domínio sobre os antigos habitantes, que resistiram de formas variadas à sua própria marginalização.

Sertanejo

Nome dado aos traficantes de escravos que, a partir da região de Benguela, no sul de Angola, percorriam as cidades dos estados umbundu do planalto central angolano, estabelecendo-se por vezes no interior (ou sertão).

Sociedades de geografia

Instituições criadas em diversos países europeus, ao longo do século XIX, que objetivavam expandir o conhecimento europeu sobre a geografia dos espaços extra-europeus, especialmente o interior do continente africano.

Assim como os exploradores individuais, essas sociedades recebiam, em geral, grande apoio dos governos dos países onde estavam sediadas. Algumas chegaram a ser consideradas parte das instituições públicas, a exemplo da Real Sociedade Geográfica da Grã-Bretanha, que surgiu, em 1827, da fusão de sociedades anteriores dedicadas à promoção de expedições e ao estudo da história natural e da Antropologia da África, Oriente Médio e outras regiões distantes da Europa. A Sociedade de Geografia de Lisboa, dedicada principalmente a apoiar à exploração e a colonização portuguesas na África, também foi criada por decreto real, em 1875. A Associação Internacional Africana, fundada após uma Conferência Internacional de Geografia organizada pelo rei belga Leopoldo II, em 1876, dedicou-se a expedições em torno do baixo curso do rio **Congo**.

As atividades dessas instituições estavam intimamente relacionadas às pretensões territoriais dos países europeus na África, que seriam mais tarde organizadas no quadro da **Conferência de Berlim**. O conhecimento por elas produzido foi indispensável para as posteriores conquista e exploração coloniais.

Sociedades secretas

Instituições que envolviam indivíduos de uma mesma faixa etária, jovens que faziam juntos a circuncisão [ver **grupos de idade**], ou pessoas que se especializavam em uma mesma ocupação (ferreiros, pescadores, caçadores, curandeiros, etc.).

O segredo estava nos rituais de iniciação pelos quais era necessário passar para ingressar nessas sociedades. Uma de suas principais características era o fato de serem instituições transversais – elas criavam solidariedades e lealdades que atravessavam as fronteiras das linhagens [ver **linhagem**]. Dessa forma, podiam funcionar como uma alternativa individual quando fosse necessário mobilizar apoios para disputas internas ao grupo de parentesco. Podiam representar também uma possibilidade de união de diversas linhagens frente a uma ameaça comum.

Trabalho compulsório

Termo genérico para designar formas de exploração de mão-de-obra relacionadas à prestação obrigatória de serviços, praticadas por diversas sociedades, em diferentes momentos e de diferentes maneiras. Entre essas formas, encontram-se a servidão e a escravidão. Embora existam, obviamente, diversos tipos de servidão e de escravidão, além de inúmeras situações intermediárias entre elas, essas duas formas de trabalho compulsório se distinguem, grosso modo, pela forma de reprodução da força de trabalho e pela forma de extração do produto do trabalho.

O servo geralmente está associado hereditariamente a uma parcela de terra cultivável ou a uma ocupação artesanal específica, sendo obrigado a prestações em trabalho ou em gêneros, mas retém parte da produção para o seu próprio sustento e o de seus filhos, que herdaram sua ocupação. Em outras palavras, é ele o responsável pela reprodução da força de trabalho, sendo-lhe incentivado o casamento e a procriação.

Na escravidão, ao contrário, o custo da reprodução da força de trabalho é pago pelas sociedades vitimizadas pela ação dos escravizadores, e apropriado pelas sociedades escravistas através de um ato de violência (o rapto), mediado ou não por uma ou mais transações comerciais. Em princípio, o casamento e a procriação de escravizados não eram do interesse dos escravizadores, exatamente porque a maior vantagem econômica da escravidão é a de não ter de arcar com o custo de reprodução da força de trabalho (o sustento de crianças fora da idade produtiva).

Nos Estados Unidos, o alto custo representado pelo comércio escravista transatlântico levou a experiências em que os casamentos e a reprodução endógena foram grandemente incentivados. No Brasil, a constituição de famílias escravas foi uma das principais conquistas dos escravizados. Assim como a chamada “brecha camponesa” – ou o direito adquirido de cultivar uma parcela de terra, para melhorar a própria alimentação ou para comercializar e acumular pecúlio –, a família escrava no Brasil é um exemplo de situação intermediária e demonstra o quanto a experiência real da escravidão podia ser modificada por circunstâncias históricas e pelas ações dos grupos envolvidos.

Outras formas de trabalho compulsório incluem a cobrança de tributos em trabalho, comum a várias sociedades e a diversos períodos históricos, mas que foi especialmente aplicada na África após a conquista europeia por diversas administrações coloniais, operada em geral no nível da aldeia ou da **chefia**. Uma forma indireta de trabalho compulsório, específica da colonização europeia na África, era a cobrança de impostos em dinheiro – uma vez que a maioria da população africana estava inserida em uma economia não monetarizada, a única possibilidade de cumprir a exigência tributária era engajando-se no setor colonial da economia, geralmente em monoculturas de exportação e na extração mineral, muitas vezes em outros territórios coloniais. Com frequência, essa operação era feita por meio de um “contrato”, em que intervinham uma ou mais administrações coloniais (nos casos envolvendo migração

temporária entre territórios coloniais diferentes). Os trabalhadores africanos tinham sua locomoção e seu trabalho rigidamente controlados, e o "salário" era pago pelas companhias empregadoras diretamente à administração colonial, que descontava o imposto e restituía o saldo ao trabalhador apenas no seu retorno à aldeia de origem – o que, em certa percentagem dos casos, não chegava a acontecer, em virtude de taxas significativas de mortalidade.

Tráfico de escravos, Atlântico

Tráfico realizado nas margens do Oceano Atlântico, entre os séculos XV e XIX. Envolveu, basicamente, Europa, África e América. O tráfico transatlântico emergiu com o processo de expansão marítima posto em curso por Portugal a partir do século XIV, o qual, a princípio, em busca de mercadorias asiáticas e africanas para negociar na Europa, e depois com a intenção de colonizar as terras recém ocupadas da América, descobriu no tráfico de escravos africanos a principal atividade comercial a ser desenvolvida. Por pouco mais de quatro séculos, navios ingleses, franceses, holandeses, dinamarqueses, mas, sobretudo, portugueses e brasileiros realizaram o tráfico de escravos africanos para a Europa, ilhas atlânticas e, principalmente, para as Américas.

Os portugueses tiveram um papel decisivo no comércio negreiro, sendo os primeiros e últimos a fazê-lo, baseado na pilhagem de povos africanos e na agricultura escravista americana. A primeira experiência portuguesa com a **escravidão mercantil** ocorreu nas ilhas atlânticas: para Cabo Verde eram levadas pessoas escravizadas no golfo do Benim para que produzissem têxteis, que, por sua vez, eram trocados por ouro nas regiões produtoras da África Ocidental. Na ilha da Madeira, o vinho, vendido na Europa, também era produzido com mão-de-obra escrava. Mais tarde, os escravos comprados na região do Congo-Angola foram incorporados a esse circuito, que passou a incluir também a produção de açúcar em São Tomé. Essas experiências escravistas foram mais tarde aplicadas às possessões portuguesas nas Américas, no território que viria a ser o Brasil.

O açúcar foi o produto dinamizador dessa economia. Sua produção em larga escala no Brasil, colonizado pelos portugueses, e nas Antilhas, as ilhas da América Central colonizadas pelos franceses, transformou esses espaços nos principais mercados receptores de escravizados africanos. A ilha Hispaniola – nome que Colombo deu ao Haiti – possuía, no ano de 1550, mais de trinta engenhos em funcionamento e vivia, nesse período, o auge da produção açucareira. No final do século XVI, o Brasil despontou como atraente mercado para negreiros, já que o açúcar brasileiro, produzido especialmente nas terras que hoje formam os estados de Pernambuco e Bahia, assumiu lugar de destaque na economia do império português. O tráfico de escravos pelo Atlântico deixou de ser apenas uma entre as várias atividades ultramarinas iniciadas com os descobrimentos para ser a atividade principal. A escravidão acabou se impondo, mesmo em lugares que giravam em torno de cultura de outros cereais e de trabalho livre, transformando-se no escravismo, sistema produtivo colonial fundado na escravidão e integrado a uma economia em processo de globalização, possibilitando acumulação de grandes capitais pelos países europeus.

Desde então, o tráfico realizado para as Américas ultrapassou o tráfico transaariano. Nesses primeiros 150 anos (entre os séculos XV e XVI), os portugueses foram quase os únicos a comerciar escravos. Já no século XVII, holandeses, espanhóis, franceses, dinamarqueses e ingleses participariam com impacto crescente. Há estimativas de que cerca de 12 milhões de escravizados tenham sido embarcados no tráfico atlântico, dos quais, em torno de 10 milhões teriam chegado vivos. Calcula-se que aproximadamente 40% desse contingente (mais de quatro milhões de pessoas) tenha tido como destino o Brasil (50 mil no século XVI, 560 mil no século XVII, 1.400.000 no século XVIII e cerca de dois milhões no século XIX).

A região Congo-Angola concentrou, inicialmente, o grosso dos escravos enviados para as terras do Brasil. No século XVI, saíram dos portos de Loango e Benguela milhares de pessoas de diferentes grupos, comercializados em troca de tabaco, algodão e café dos portos

brasileiros do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. No Brasil, produziram açúcar, por sua vez, vendido na Europa. A partir do século XVII, a costa ocidental do continente africano, Costa da Mina e Golfo do Benin, também passou a enviar escravos para as zonas açucareiras no Brasil e, mais tarde, para o trabalho nas zonas mineradoras (século XVIII) e ainda para plantações cafeeiras (século XIX). Embora as principais zonas receptoras de escravos tenham sido o nordeste açucareiro e o sudeste minerador e cafeeiro, africanos em volumes e de procedências diferentes chegaram a todas as regiões do Brasil.

O fim do tráfico de escravos para as Américas resultou, em termos práticos, das pressões britânicas sobre países europeus, americanos e africanos, com quem foram firmados tratados bilaterais desde o início do século XIX, restringindo progressivamente o comércio de escravos. A presença britânica inicial no Golfo da Guiné esteve relacionada à repressão às operações de embarque e aos próprios navios negreiros, e se materializou na implantação da colônia de **Serra Leoa** e na progressiva anexação de territórios costeiros, especialmente em torno das principais cidades portuárias. Em relação ao tráfico para o Brasil, uma série de tratados assinados com a Inglaterra, entre 1814 e 1831, proibiu progressivamente o tráfico. Entretanto, a primeira metade do século XIX foi o período mais intenso do comércio escravista, em parte de forma legal, e, especialmente após 1831, na forma de contrabando. Em 1850, o Império proibiu, novamente, o tráfico para o Brasil que, entretanto, prosseguiu, embora em quantidades sempre pequenas, por cerca de duas décadas.

Tráfico de escravos, Índico

Embora houvesse um profundo intercâmbio comercial, político e cultural entre a Arábia pré-islâmica e o litoral da Etiópia, incluindo um pequeno número de escravos africanos na península Arábica, foi só a partir da unificação política propiciada pelo **Califado** que um fluxo contínuo de escravos africanos, através do Oceano Índico e do Mar Vermelho, se estabeleceu, com destino à Arábia, mas principalmente ao Iraque, à Pérsia e à Índia. Pequenas quantidades de escravos africanos podem ter chegado à Indonésia e, mesmo, à China.

A expansão do tráfico de escravos no Índico esteve relacionada à expansão do comércio em geral nessa região, centrado em artigos de luxo, como o marfim e o chifre do rinoceronte, além de ouro e cobre. Inúmeros portos foram fundados na costa oriental africana, entre os séculos VII e X, reunindo populações locais e migrantes árabes, persas e indianos. As cidades costeiras desenvolveram uma síntese cultural conhecida como *swahili*, que incorporava diversos aspectos do mundo islâmico (da religião às estruturas políticas e econômicas). Ao longo do tempo, o escravo passou a ser um dos principais itens dessa extensa rede de trocas comerciais.

Chamados pelos árabes de *zanj* ou *zenj*, os africanos da costa oriental foram empregados em grande quantidade no sul do Iraque, desde o século VII, em trabalhos agrícolas pesados, especialmente a limpeza de pântanos e áreas degradadas, a fim de convertê-las em terras aráveis. Protagonizaram uma série de grandes revoltas escravas, a primeira das quais em 689. Em 749, seriam necessários quatro mil soldados para conter uma nova rebelião. Mas a grande guerra feita pelos zanj ocorreria a partir de 869, estendendo-se por quase 15 anos. Uma das principais exigências era a emancipação a que eles, como convertidos, tinham direito segundo a lei islâmica. Entretanto, mais que um levantamento de escravos, ou uma tentativa de pôr fim ao sistema escravista, a revolta foi um esforço para pôr no governo um descendente do profeta Maomé, e ocupar a administração do Califado. A revolta atraiu escravos de outras origens, assim como camponeses livres pobres. Depois de acumularem importantes vitórias, tomando as maiores cidades, inclusive Basra, o maior porto fluvial iraquiano, ligado diretamente ao comércio do Golfo Pérsico, e estabelecer um Estado independente que se tornou a mais grave ameaça aos abássidas, terminaram a guerra mortos ou re-escravizados, entre 883 e 885. É possível que a “revolta dos zanj” tenha contribuído de maneira decisiva para a constituição dos

preconceitos raciais que passaram a marcar cada vez de forma mais definitiva a escravidão africana no mundo islâmico.

Na Índia, os escravos de origem africana eram divididos em *habashi* ("abissínios", palavra de origem árabe para designar alternadamente os etíopes e os povos vizinhos a eles) e *siddi* (oriundos das regiões mais ao sul, ao longo da África Oriental). Concentraram-se no Ceilão (atual Sri Lanka) e no norte do subcontinente indiano, no Decã e no Gujarate, regiões progressivamente islamizadas a partir do século X. Os *habashi*, em geral muçulmanos desde antes de sua captura, ou convertidos durante o cativeiro, eram dedicados a tarefas específicas. As mulheres abissínias eram especialmente procuradas como concubinas e para o serviço doméstico, por sua suposta docilidade e submissão. Os homens eram destinados principalmente aos exércitos [ver **escravidão ancilar**], e alguns obtiveram grande destaque no mundo da política, chegando a constituir-se como generais e mesmo reis. Os *siddi*, que não correspondiam aos critérios de beleza local e tinham fama de rebeldes, faziam os trabalhos mais duros do serviço doméstico, a arriscada colheita de pérolas, o trabalho agrícola e o pastoreio, além do trabalho nos portos. Os que tinham sorte podiam ser engajados na tripulação de navios mercantes.

Estima-se que um total de 8 milhões de pessoas tenham sido traficadas através do Oceano Índico e do Mar Vermelho entre a segunda metade do século VII e o início do século XX. Considerados em sua totalidade, os fluxos de escravos através do Saara e do Índico provavelmente superam o volume do tráfico atlântico [ver **tráfico de escravos, Saara** e **tráfico de escravos, Atlântico**]. Entretanto, a concentração deste último em apenas quatro séculos, contra treze séculos dos anteriores, resulta em uma média anual de escravos traficados incomparavelmente mais alta, o que implicou um impacto demográfico muito mais significativo.

A partir do fim do século XVIII, ampliaram-se as zonas do interior integradas na órbita comercial e política swahili, e grandes comerciantes privados construíram verdadeiros impérios, baseados na captura e na venda de escravos. Esses processos fizeram com que um novo surto do tráfico de escravos nessa região ocorresse nas décadas finais do século XIX, quando o tráfico atlântico já estava praticamente extinto. Parte importante dos escravos capturados nessa época passou a ser utilizada no próprio continente africano, de forma semelhante ao que ocorrera no Golfo do Benim e na região do Congo-Angola. Apenas com o início da colonização efetiva da África, a partir de 1890, essas redes de comércio seriam progressivamente desmanteladas. Em pequenas quantidades, o comércio de escravos através do Índico prosseguiu até cerca de 1920.

Tráfico de escravos, Saara

Há registros de um pequeno fluxo de escravos em direção ao Mediterrâneo, através do vale do Nilo, desde o primeiro milênio a.C.. Entretanto, é só a partir do surgimento do Islã, e da conquista do norte da África pelo **Califado**, no século VII, que vai se estabelecer um comércio regular de escravos através do Saara, por rotas que ligavam a grande curva do **Níger**, o entorno do **Chade** e o Cordofã (que compreendiam, do ponto de vista dos árabes, o *Bilad-as-Sudan*, ou "país dos negros") aos portos do Marrocos, Cabília (atual Argélia), Tunísia, Tripolitânia (atual Líbia) e Egito.

Esse comércio vinculou de forma intensa a fronteira sul do Saara ao enorme mercado que, tendo por núcleo a Arábia, o Egito e o crescente fértil, se estendia da Espanha ao Sind, e se enlaçava com o Império Bizantino, os reinos francos e os estados italianos, a Índia hinduísta e budista, o sudeste da Ásia, a China e os litorais africanos do Índico [ver **tráfico de escravos, Índico**]. Nesse imenso espaço de trocas, circulavam a seda e as porcelanas chinesas, os brocados da Pérsia, o estanho espanhol, os algodões da Índia, o incenso do Iêmen, o trigo do Egito, os cavalos da Arábia e as pimentas, o azeite, as tâmaras, os tapetes, o cobre, o anil, o vidro, o coral, os perfumes, as louças, as plumas de avestruz, a prata, o ouro, o marfim e os escravos.

Significativamente mais longo que o tráfico transatlântico [ver **tráfico de escravos, Atlântico**], estendendo-se entre meados do século VII e o início do século XX, o comércio transaariano atingiu um número total estimado em cerca de 9 milhões de pessoas, das quais 3 milhões e meio teriam sido traficadas entre os anos de 900 e 1400, destinados em sua quase totalidade ao mundo muçulmano, especialmente o Egito e o Iraque, ainda que uma pequena parcela fosse desembarcada no sul da Europa. Embora, inicialmente, os africanos representassem apenas uma pequena parcela da população escrava no mundo muçulmano (que recebia também importantes fluxos da Ásia Central e da Europa Oriental), lentamente a África foi-se consolidando como a principal região fornecedora de escravos, e o caráter racial da escravidão foi sendo afirmado, incorporando, inclusive, ideias medievais europeias sobre a diferença racial.

Um dos principais impactos da rápida expansão do Islamismo foi a consolidação de um quadro ideológico e legal para a escravidão ao longo de uma vasta área geográfica. Em primeiro lugar, os vencidos em **jihad** eram destinados à escravidão, que, em teoria, funcionava como um processo de islamização, ao fim do qual poderia advir a emancipação do escravo. Na prática, a esmagadora maioria dos escravizados terminava seus dias em sujeição. Um efeito dessa disposição foi o de revestir qualquer guerra ou expedição militar do estatuto de jihad, o que significava uma forma conveniente e legítima de escravização, do ponto de vista do islamismo. Além disso, o tributo cobrado pelo Califado a países submetidos passou a ser feito, cada vez mais, em escravos, o que impulsionou a constituição de um sistema intrincado, envolvendo elites comerciais e militares especializadas na escravização, que marcou o desenvolvimento político, social e cultural do Sael e da savana setentrional africana.

O emprego dos escravos africanos no mundo islâmico era múltiplo, e variava enormemente em função das particularidades e circunstâncias locais. Entretanto, três grandes eixos parecem ter sido constantes: o uso doméstico (que congregava a maior parte das mulheres escravizadas, incluindo criadas, cantoras, musicistas, concubinas ou amas-de-leite, mas, também, de homens, especialmente como criados e eunucos, apresentando aspectos da **escravidão conspícua**), o serviço das armas [ver **escravidão ancilar]** e o trabalho agrícola ou, em menor escala, artesanal. Ao longo do tempo, as elites comerciais e militares envolvidas na escravização e no tráfico transaariano passaram a utilizar, de forma sistemática, o trabalho escravo para a produção de mercadorias [ver **escravidão mercantil**] ou para compor seus exércitos.

O declínio do tráfico transaariano está intimamente ligado à expansão do tráfico em direção às Américas [ver **tráfico de escravos, Atlântico**], que deslocou as rotas comerciais e os polos do poder político na África Ocidental em direção ao litoral, impondo, ademais, uma demanda jamais experimentada pelo comércio em direção ao Mediterrâneo e ao Oriente Médio. Entretanto, o fluxo de escravos pelas rotas do Saara, embora em pequena escala, prosseguiu até 1910, quando a escravidão foi formalmente abolida nas colônias francesas, que compreendiam, de ambos os lados do Saara, os principais pontos das rotas comerciais que atravessavam o deserto.

Unanimismo

Crença na homogeneidade cultural do continente africano ou, pelo menos, da parte do continente habitada por povos negros. Muito disseminado no senso comum e pelos meios de comunicação, o unanimismo é um dos motivos pelos quais muitas pessoas acreditam que a África é um único país, e não um continente composto por mais de cinquenta países, com diferentes povos, línguas e costumes. O unanimismo depende do **racialismo**, e também de uma concepção da tradição como algo fixo e imutável.

Volta, rio

Um dos três grandes rios que deságuam no Golfo da Guiné, no Oceano Atlântico, depois de nascer ao sul da grande curva do **Níger** e seguir em direção ao sul. Importantes jazidas de ouro foram exploradas desde cedo em seu baixo curso. Serviu como um dos eixos do comércio de longa distância na África Ocidental, que permitia levar mercadorias do litoral e da floresta, além do ouro, até a savana e a estepe, e daí ao **Níger**, de onde boa parte do ouro seguia para o Mediterrâneo, para alimentar a economia monetária do mundo islâmico.

Zambeze, rio

Importante rio da África Austral, quarto maior da África, com cerca de 2.750 km de comprimento, e uma bacia hidrográfica de, aproximadamente, 1,4 milhões de km². Nasce na Zâmbia, passa pela província angolana do Moxico, estabelece a fronteira entre a Zâmbia e o Zimbábue, e atravessa Moçambique de oeste para leste, para desaguar no Oceano Índico, em um enorme delta. Em seu alto curso estão localizadas as Cataratas Vitória (ou *Victoria Falls*), as maiores do mundo, com 108 metros de altura e um comprimento de 1,7 km, consideradas Patrimônio da Humanidade pela UNESCO.

Sobre o Autor

Fábio Baqueiro Figueiredo

Doutorando em Estudos Étnicos e Africanos (CEAO/UFBA), graduado em História (UFBA). Tem experiência na área de História, com ênfase em História da África, atuando principalmente nos seguintes temas: descolonização, nacionalismo, angola, literaturas africanas de expressão portuguesa e modernidade. Tem sido responsável pela tradução de artigos acadêmicos especializados sobre África, o mundo atlântico e a crítica pós-colonial, publicados em periódicos ou coletâneas brasileiras.